

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

GABRIELE CARLO GIUSEPPE CIAPPARELLA

ESPAÇOS, CIVILIZAÇÕES E TERRITÓRIOS:
um estudo da dialética das fronteiras na península dos Bálcãs

RIO DE JANEIRO

2018

Gabriele Carlo Giuseppe Ciapparella

ESPAÇOS, CIVILIZAÇÕES E TERRITÓRIOS:
um estudo da dialética das fronteiras na península dos Bálcãs

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Médici Metri

RIO DE JANEIRO

2018

C565 Ciapparella, Gabriele Carlo Giuseppe
Espaços, Civilizações e Territórios: um estudo da dialética das fronteiras na
península dos Balcãs / Gabriele Carlo Giuseppe Ciapparella. – 2018.
135 p. ; 31 cm.

Orientador: Maurício Médici Metri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.
Bibliografia: f. 132-135.

1. Mediterrâneo. 2. Geo-história. 3. Geo-política. I. Metri, Maurício Médici, orient.
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320

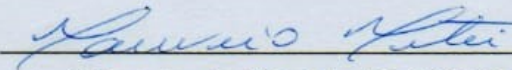
GABRIELE CIAPPARELLA

**ESPAÇOS, CIVILIZAÇÕES E TERRITÓRIOS:
UM ESTUDO DA DIALÉTICA DAS FRONTEIRAS
NA PENÍNSULA DOS BÁLCÃS**

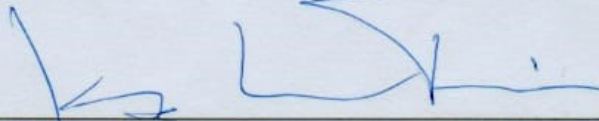
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Mé dici Metri

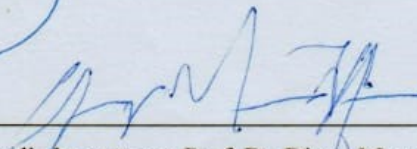
Aprovada em 2 / 4 / 2018



(Orientador: Prof. Dr. Maurício Mé dici Metri – UFRJ)



(Avaliador interno: prof. Dr. José Luis Fiori – UFRJ)



(Avaliador externo: Prof. Dr. Diogo Monteiro Dario – UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2018

Toutefois, le problème essentiel demeure le même. Il est celui de toute entreprise historique: peut-on saisir, en même temps, d'une façon ou d'une autre, une histoire qui se transforme vite, tient la vedette du fait de ses changements mêmes et de ses spectacles – et une histoire sous-jacente plutôt silencieuse, à coup sûr discrète, quasi insoupçonnée de ses témoins et de ses acteurs et qui se maintient, vaille que vaille, contre l'usure obstinée du temps? Cette contradiction décisive, toujours à expliquer, s'avère un grand moyen de connaissance et de recherche.

FERNAND BRAUDEL

CIAPPARELLA, Gabriele Carlo Giuseppe. **Espaços, civilizações e territórios**: um estudo da dialética das fronteiras na península dos Balcãs. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

Partindo da ideia de que o espaço funciona como elemento mediador entre objetos históricos, durações e temporalidades diferentes, o presente trabalho procura identificar e pôr em relação dialética a variabilidade das fronteiras políticas dos estados balcânicos, observada entre os séculos XIX e XX, com a continuidade das fronteiras culturais, gravadas no marco imutável da geografia da península. O trabalho desenvolve-se em três etapas. No primeiro capítulo, é explorada a morfologia geográfica da península balcânica e sua posição dentro de dois conjuntos geográficos mais amplos: a Ilha Mundial de Mackinder e o Mediterrâneo de Braudel. Destaca-se a estrutura montanhosa e a projeção para Oriente da península, funcionando como conexão entre a Europa e o Oriente Médio. No segundo capítulo, é examinada a geo-história da península, a partir das evoluções das civilizações mediterrâneas, apresentadas por Braudel. Elas trabalham e disputam o espaço balcânico, incidindo profundas fronteiras culturais nele e gerando fraturas e pontos de não retorno. No terceiro capítulo, é analisado o enquadramento da península balcânica dentro da geopolítica contemporânea, interpretada a partir de duas tensões, que investem os Balcãs: a expansão do *Heartland* de Mackinder e a articulação do *Rimland* de Spykman. Ao longo das fronteiras culturais, esses movimentos produzem cenários opostos, no que diz respeito à configuração dos territórios balcânicos e à articulação de suas fronteiras políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Mediterrâneo, Geo-história e Geo-política.

CIAPPARELLA, Gabriele Carlo Giuseppe. **Espaços, civilizações e territórios**: um estudo da dialética das fronteiras na península dos Bálcãs. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

Starting from the idea that space functions as a mediating element between historical objects, durations and different temporalities, the present work seeks to identify and put in dialectical relation the variability of the political borders of the Balkan states, observed between the nineteenth and twentieth centuries, with the continuity of the cultural boundaries, engraved within the immutable framework of the peninsula's geography. The work is developed in three stages. In the first chapter, are explored the geographical morphology of the Balkan peninsula and its position within two broader geographic sets: the World Island of Mackinder and the Mediterranean of Braudel. It emphasizes the mountainous structure and the east projection of the peninsula, functioning like connection between Europe and Middle East. In the second chapter, we examine the geo-history of the peninsula, from the evolutions of Mediterranean civilizations presented by Braudel. They work and dispute the Balkan space, focusing deep cultural boundaries on it and generating fractures and points of no return. In the third chapter, we analyze the Balkan Peninsula's framework within the contemporary geopolitics, interpreted from two tensions that invest the Balkans: the expansion of Mackinder's Heartland and the articulation of Spykman's Rimland. Along cultural boundaries, these movements produce opposing scenarios, in terms of the configuration of the Balkan territories and the articulation of their political borders.

KEYWORDS: Mediterranean, Geo-history and Geo-politics.

LISTA de MAPAS

Número	Título	Fonte
PRIMEIRO CAPÍTULO		
1	Mediterrâneo oriental	Autoprodução de Google Maps
2	Europa balcânica	https://goo.gl/images/kjhJ8T
3	Cordilheiras balcânicas	Autoprodução de Google Maps
4	Geologia do Mediterrâneo	https://goo.gl/images/jFnZer
5	Mediterrâneo oriental	https://goo.gl/images/anQQqm
6	Eurásia – Mapa físico	https://goo.gl/images/j2wDZv
7	Eurásia – Mapa biomas	https://goo.gl/images/hkMiOX
8	O Mundo de Mackinder	https://goo.gl/images/gkDPWJ
9	A Ilha Mundial	https://goo.gl/images/K69n1Y
10	Migrações indo-europeias	https://goo.gl/images/s1YMFo
11	Bacia do Mediterrâneo	https://goo.gl/images/Lj7XyB
12	Orografia do Mediterrâneo	O Mediterrâneo / Braudel
13	Expansão dos Bogomils	https://goo.gl/images/RmYBQJ
SEGUNDO CAPÍTULO		
14	Colônias fenícias	https://goo.gl/images/WLmEJb
15	Colônias gregas	https://goo.gl/images/gcPnjN
16	Expansão de Roma	https://goo.gl/images/1MwrTQ
17	Via Egnatia	https://goo.gl/images/fcZ5Bs
18	Ordenamento tetrárquico	https://goo.gl/images/UUVRVJ
19	Divisão do Império Romano	https://goo.gl/images/wwUcjE
20	Expansão árabe	https://goo.gl/images/ANNbyT
21	Cruzadas	https://goo.gl/images/cPPTsU
22	IV Cruzada	https://goo.gl/images/svsUhV
23	Império comercial de Veneza	https://goo.gl/images/QiHdNW
24	Expansão otomana	https://goo.gl/images/gwtQhE

	TERCEIRO CAPÍTULO	
25	Guerras Espanholas	https://goo.gl/images/tccR5e
26	Navegações planetárias - 1500	Civilização material / Braudel
27	Navegações planetárias - 1775	Civilização material / Braudel
28	Império Britânico	https://goo.gl/images/y58YYx
29	Expansão Russa	https://goo.gl/images/YhRvwy
30	The Pivot Area	https://goo.gl/images/tz4fgs
31	Europa 1923	https://goo.gl/images/x66Qux
32	Danúbio	https://goo.gl/images/MCh6y7
33	Europe 1815	https://goo.gl/images/Qddqha
34	Grécia (1832-1947)	https://goo.gl/images/gKMaot
35	Guerra da Crimeia	https://goo.gl/images/nU6osX
36	Guerra turca russa (1877/78)	https://goo.gl/images/vdnHQm
37	Tratado de Santo Estêvão	https://goo.gl/images/1NGXEh
38	Tratado de Berlim	https://goo.gl/images/vMxkZN
39	Guerras Balcânicas	https://goo.gl/images/MLWnbG
40	Europa 1944	https://goo.gl/images/WHty2t
41	Influência soviética na Europa	https://goo.gl/images/J47Br1
42	Guerra civil grega	https://goo.gl/images/UiwEVA
43	Projeção azimutal	https://goo.gl/images/eg7b98
44	Rimland	https://goo.gl/images/aD6yxa
45	Eixo Reno - Danúbio	https://goo.gl/images/2jd4HD
46	Eixo Mar Norte – Mar Negro	Autoprodução de Google Maps
47	Eixo Mar Norte – Golfo Pérsico	Autoprodução de Google Maps
48	I Guerra Balcânica	https://goo.gl/images/KxTwuQ
49	II Guerra Balcânica	https://goo.gl/images/iUsd48
50	Aspirações geopolíticas	https://goo.gl/images/xxSf6r
51	Europa 1942	https://goo.gl/images/WwgWNe
52	Eixo nos Bálcãs 1941	https://goo.gl/images/n1n7Bk
53	Suprimento naval do Eixo	https://goo.gl/images/Gys8xy
54	Áreas de guerra (1991-1995)	https://goo.gl/images/vbejJo

SUMÁRIO

Introdução	pag.	10
------------	------	----

A LONGA DURAÇÃO

<i>1 - Os espaços</i>	pag.	15
1.1 - A morfologia da região	pag.	16
1.2 - A projeção para Oriente	pag.	20
1.3 - A Ilha Mundial de Mackinder	pag.	22
1.4 - A península balcânica na Ilha Mundial de Mackinder	pag.	28
1.5 - O Mediterrâneo de Braudel	pag.	30
1.6 - A península balcânica no Mediterrâneo de Braudel	pag.	35
<i>2 - As civilizações</i>	pag.	37
2.1 - Espaço e reprodução material em Polanyi e Braudel	pag.	38
2.2 - As civilizações do Mediterrâneo na Antiguidade	pag.	40
2.3 - As civilizações do Mediterrâneo na Idade Média	pag.	55

OS CICLOS DE TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA

<i>3 - Os territórios</i>	pag.	67
3.1 - A revolução política	pag.	68
3.2 - A revolução geográfica	pag.	69
3.3 - Uma nova geografia	pag.	72
3.4 - Mackinder e a contraposição geopolítica de longa duração	pag.	75
3.5 - Spykman e a explosão cíclica	pag.	99

Conclusões	pag.	128
------------	------	-----

Referências bibliográficas	pag.	131
----------------------------	------	-----

INTRODUÇÃO

*The Balkans produce more history,
than they can consume*

(Winston Churchill)

No imaginário europeu, mencionar os Bálcãs faz emergir imediatamente uma série de associações à violência, aos conflitos étnicos, ao encontro/confronto entre culturas, etnias e religiões, a histórias complexas, que parecem que nunca conseguirão se concluir definitivamente. Uma conotação que deriva, em parte, da posição geográfica, que na história fez dos Bálcãs um ponto de encontro entre Oriente e Ocidente, uma terra de trânsito e de conquista, um espaço híbrido de extraordinária diversidade cultural.

Na contemporaneidade, da *Belle Époque* aos anos '90 do século passado, o termo *Balkanização* tem sido referido aos processos de desintegração e desmembramento de uma estrutura política unitária, na maioria dos casos de caráter estatal, estendendo-se depois a sua utilização a contextos geográficos diferentes. A crônica atual, por exemplo, fala do risco de balkanização da Espanha, onde as tendências separatistas catalãs poderiam minar a própria unidade do estado.

A historiadora búlgara Maria Torodova, no entanto, fazendo uso da noção de *Orientalismo* de Edward Said, denuncia a inconsistência da imagem dos Bálcãs, formada no imaginário ocidental, revelando os mecanismos de produção do estereótipo e alertando de uma tradição intelectual insidiosa, que ainda é transmitida como discurso cientificamente válido.

By the beginning of the twentieth century, Europe had added to its repertoire of *Schimpfwörter*, or disparagements, a new one that, although recently coined, turned out to be more persistent over time than others with centuries-old tradition. “Balkanization” not only had come to denote the parcelization of large and viable political units but also had become a synonym for a reversion to the tribal, the backward, the primitive, the barbarian. (TODOROVA, 2009, p. 3).

Consolida-se a referência a situações caóticas e instáveis, sujeitas a irracionalidade e, em muitos casos, à violência, àquelas brutalidades “balcânicas” consideradas “próprias” da região e totalmente estranhas à Europa da *Belle Époque*, anterior a 1914. Tais traços distintivos encontram nova fortuna retórica durante os anos '90, quando os Bálcãs ganham outra vez o epíteto de “barril de pólvora da Europa”.

Longe de querer ser um trabalho de desconstrução do estereótipo ocidental sobre os Bálcãs, este trabalho acata o apelo à reflexão crítica, lançado por Maria Torodova, em relação ao risco de construir ficções, para entender (e dominar) as outras culturas. Neste sentido, a pesquisa propõe-se a fornecer algumas chaves de análise geográfica, geo-histórica e geopolítica, para ler de forma cônica e honesta a complexidade dos mundos balcânicos, desde a articulação dos espaços geográficos, até as tensões entre territórios políticos, passando pelas interações das comunidades culturais.

O presente trabalho tem como objetivo a análise:

- das dinâmicas geo-civilizacionais que, na longa duração, trabalharam¹ e transformaram os espaços da península balcânica;
- das forças geopolíticas, que ciclicamente atingiram e integraram² os territórios da península balcânica.

Não se pretende realizar uma história cronológica das civilizações, nem reconstruir a ordem temporal das guerras, que atravessaram a península. Não se trata de reinterpretar nenhum evento histórico específico, nem de propor uma relação direta entre dinâmicas civilizacionais e geopolíticas. A intenção é sobrepô-las, estudando a simultaneidade de seus efeitos na história da península, para revelar a complexidade das forças sociais, que incidem sobre a região dos Bálcãs. Estudar a variabilidade das fronteiras políticas, ciclicamente redefinidas pelas iniciativas estratégicas e diplomáticas de atores políticos, internos e externos à península, entre o século XIX e XX, em relação à permanência das fronteiras culturais, gravadas no marco imutável da geografia da região.

A investigação baseia-se na hipótese de que a região dos Bálcãs, na contemporaneidade, representa uma área de atrito entre as esferas de influência do Império Russo, do Império Austro-Húngaro, do Império Otomano e do Império Britânico, cujas dinâmicas de projeção geopolítica e geoeconômica conflituam ciclicamente ao longo das fraturas culturais de longa duração, marcadas na geografia da região pela tríplice fronteira religiosa e confessional, entre mundo ortodoxo, mundo católico e mundo muçulmano.

¹ “Une civilisation est, à la base, un espace travaillé, organisé par les hommes et par l'histoire” (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 107).

² “As guerras operam na história, como mecanismo de acumulação de poder e de integração territorial” (FIORI, 2004a, p. 24).

Partindo da ideia de que o espaço funciona como elemento de mediação entre objetos históricos, durações e temporalidades diferentes, a metodologia de trabalho baseia-se numa dialética das durações braudelianas, em que as temporalidades são ajustadas aos objetos de estudo. Uma longuíssima duração de milênios está associada ao lento movimento das civilizações; uma longa duração de séculos, contrastada por viradas cíclicas de décadas, está associada à geopolítica dos impérios e aos conflitos sistêmicos; dentro desses quadros maiores, a história pontual dos eventos adquire profundidade e direção.

O trabalho se desenvolve ao longo de três etapas. No primeiro capítulo, é analisada a morfologia geográfica da península balcânica, interpretada na singularidade de suas características físicas e como parte de dois mais amplos conjuntos geográficos: a *Ilha Mundial* de Mackinder e o *Mediterrâneo* de Braudel. O enquadramento sistêmico da geografia balcânica, investigada a partir da longa duração dos movimentos migratórios que a atravessam, permite destacar as passagens, ao longo das quais se manifestam as tensões entre espaços, se desenvolvem as civilizações e se preparam as guerras.

No segundo capítulo, é examinada a geo-história dos Bálcãs, a partir dos desenvolvimentos das civilizações mediterrâneas, narradas por Braudel. Cada uma, em épocas diferentes, tenta colonizar os espaços da península, dando à região um baricentro cultural e um sistema rodoviário para alcançá-lo; cada uma ensina às comunidades a orar, dando-lhes uma liturgia a seguir e uma autoridade espiritual a qual obedecer; cada uma conta a seus filhos o significado da vida, intimando o que é bom e o que é ruim. Estes “espaços trabalhados pelos homens e pela história” (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 107) são civilizações de extraordinária perenidade, que incidem profundas fronteiras culturais na morfologia geográfica da península balcânica, determinando fraturas e pontos de “eterno retorno”.

No terceiro capítulo, é pesquisada a geopolítica contemporânea da península balcânica, através de dois esquemas de leitura diferentes. O enquadramento da península no sistema internacional é analisado, numa primeira seção, a partir da tendência à expansão do *Heartland* denunciada por Mackinder e, numa segunda seção, a partir das iniciativas de articulação do *Rimland*, identificadas por Spykman.

A LONGA DURAÇÃO

Capítulo 1 – Os espaços

O objetivo do presente capítulo é apresentar o espaço geográfico da península balcânica, explorando sua morfologia física e sua posição dentro de dois conjuntos geográficos mais amplos: a *Ilha Mundo* de Mackinder e o *Mediterrâneo* de Braudel. Os espaços, imóveis e permanentes, desses complexos sistêmicos são interpretados a partir dos deslocamentos e das rotas migratórias, que os atravessam. São esses movimentos que lhes conferem unidade e que definem as passagens obrigatórias para o trânsito. O resultado é uma primeira abordagem geográfica a uma península montanhosa, estendida no Mediterrâneo, quase cumprindo a função de ponte entre Europa e Oriente Médio, estrategicamente equidistante das planícies europeias, das florestas russas e dos desertos mediorientais.

A morfologia da região

Duas penínsulas enfrentam-se no Mediterrâneo oriental: a oeste a Grécia, a leste a Ásia Menor. A topografia montanhosa de ambas revela-se no desenvolvimento irregular do litoral, que desenha e contém dois mares: o Mar Egeu, a sudoeste e o Mar Negro, a nordeste. No centro, ponto de solda entre as penínsulas e passagem de comunicação entre os mares, os Estreitos representam a pedra angular de toda a região, caminho privilegiado e elo de conexão, por mar e por terra, entre a Europa e o Oriente.



Mapa 1 - Mediterrâneo oriental

O sistema dos Estreitos, por um lado, governa o acesso aos espaços de convergência entre a massa eurásiana com a africana; por outro, conecta duas diretrizes fundamentais de movimento: o eixo marítimo Egeu - Negro, desde o Mediterrâneo até o coração do continente, com o eixo terrestre Balcãs - Ásia Menor, entre Europa e Oriente Médio. Evidência da centralidade da região na economia dos espaços eurásianos, os Estreitos resultam equidistantes das florestas russas, das planícies europeias e dos desertos do Oriente Médio.

A presente pesquisa concentra-se no quadrante oriental do Mediterrâneo, com foco na região dos Balcãs, na Grécia e no sistema dos Estreitos. Dita, geograficamente falando, península balcânica, a região inclui os territórios no sul de Eslovênia, Croácia e Sérvia; a região do delta do Danúbio, na Romênia; o setor europeu da Turquia, além de Bósnia, Montenegro, Kosovo³, Albânia, Macedônia, Grécia e Bulgária.



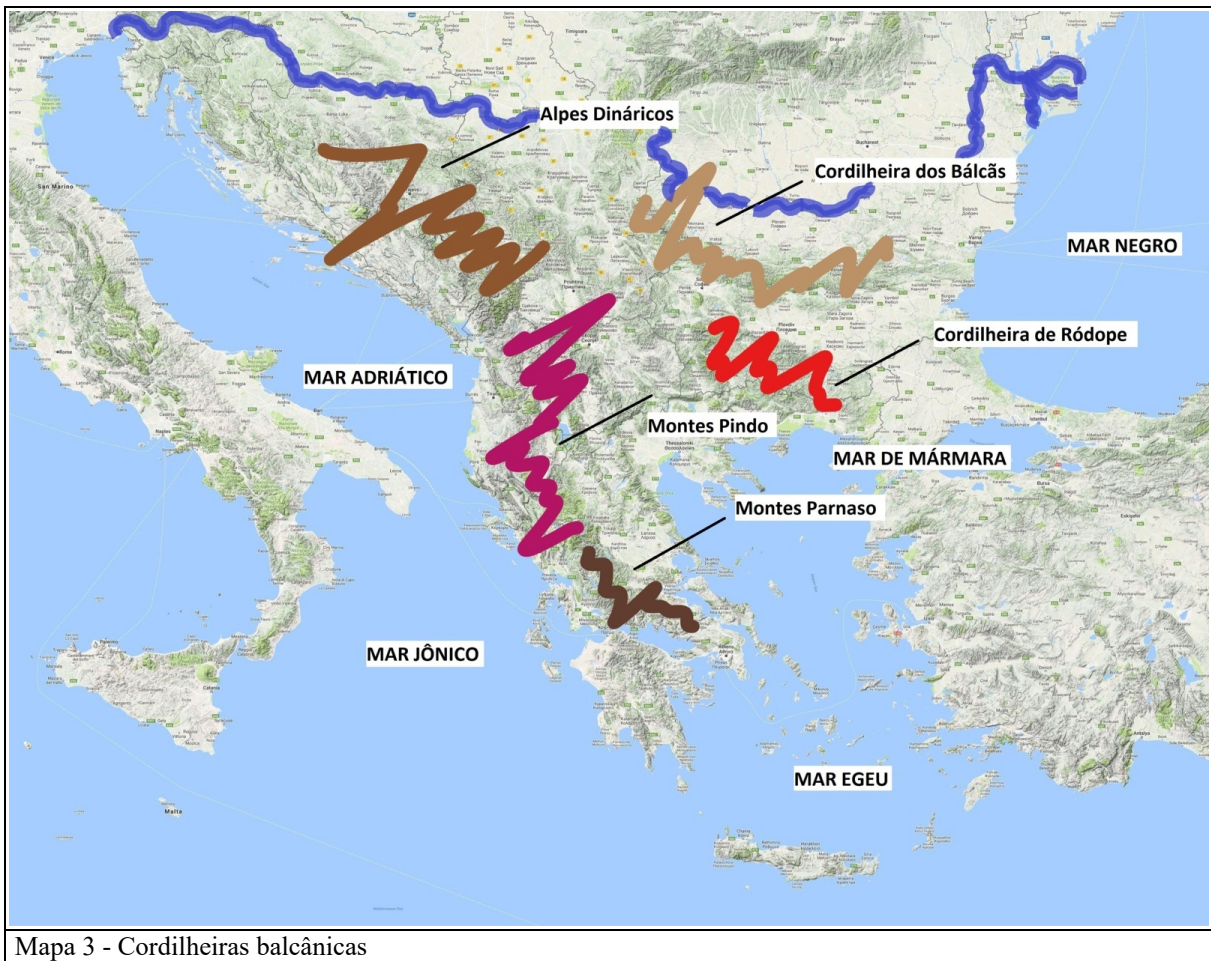
Mapa 2 - Europa balcânica

Especificamente, a região abrangida pela pesquisa, está compreendida:

- pelos rios Soča – Vipava – Krka – Sava – Danúbio, a norte;
- pelas bacias do Mar Negro, do Mar de Mármara e do Mar Egeu, a leste;
- pela bacia do Mar Jônico e do Mar Adriático, a oeste.

A paisagem é predominantemente montanhosa, caracterizada por cordilheiras paralelas, dispostas ao longo do eixo noroeste/sudeste; íngreme e descontínuo, o terreno é de difícil acesso e colonização. Descendo de noroeste para sudeste, desde os Alpes Cárnicos da Eslovênia até as planícies da Panônia, depois de atravessar o rio Drava, entra-se na Croácia. A região mantém-se plana até o rio Sava, além do qual, em território bósnio, elevam-se os Alpes Dináricos (2.692 m), dificultando o acesso ao Adriático desde o continente. Mesmo de nordeste, descendo a sul, ao longo das planícies da Valáquia danubiana, depois de atravessar o rio, entra-se na Bulgária e depara-se com a abrupta Cordilheira dos Balcãs (2.376 m).

³ O Kosovo é um Estado parcialmente reconhecido, autoproclamado independente da Sérvia em 2008. Até 2015, 115 estados da ONU tinham garantido seu reconhecimento, enquanto 51 (dos outros 82) tinham se declarado contra. Entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, EUA, Reino Unido e França reconhecem o Kosovo, enquanto China e Rússia estão contra. Dentro da União Europeia, outros 21 países estão a favor e 5 contra. A Sérvia considera o Kosovo como província autônoma.



Como um triângulo derrubado, que apoia em um único vértice, a península balcânica vai se afinando, de norte a sul, até a ponta do Peloponeso, sem, no entanto, que as montanhas cedam passo às planícies. Pelo contrário, movendo-se para o sul, os relevos intensificam-se e sobrepõem-se, com a cordilheira de Ródope (2.191 m), separando a Bulgária da Grécia, a cordilheira dos Montes Pindo (2.637 m), descendo desde a Albânia, o Epiro e a Macedônia para o sul, e formando, com o Monte Parnaso, a dorsal montanhosa da Grécia. As poucas planícies presentes na região são limítrofes ao Mar Egeu e sobretudo à costa ocidental do Mar Negro, na região da Trácia Oriental. Em contraste, a costa oriental do mesmo mar sobe, íngreme, nas montanhas do Cáucaso.

O Mar Negro está rodeado por regiões de difícil acesso, mas sempre foi uma importante plataforma para o comércio de longa distância. Enquanto no norte estendem-se as imensas planícies russas, dominadas por povos de origem tártara, ao sul e ao leste, vastas montanhas cercam o mar, entre as quais penetram as famosas rotas do Oriente que, da Pérsia, da Armênia e da Mesopotâmia alcançam o porto de Trebizonda (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 100).

A bacia do Mar Negro recebe as águas de importantes rios da região e, com elas, a influência cultural e comercial dos povos que moram nas suas costas: o Don, importante rota comercial entre a Europa nordestina e a área mediterrânea; o Dnepr, vetor da evangelização ortodoxa do povo russo do Principado de Kiev, fundado na mais meridional das cidades históricas sobre o rio; o Danúbio, fronteira política de quatro impérios, limite natural entre os Bálcãs e as planícies húngaras e valacas e união ideal entre as capitais da *Mitteleuropa* e os mundos orientais.

O Mar Egeu, por outro lado, representa, de acordo com Braudel, o mais hospitaleiro dos mares do mundo, graças a condições climáticas particularmente favoráveis e às numerosas ilhas, incluindo Creta e Rodes, que o delimitam a sul. Teatro do nascimento de civilizações antigas, como a Minoica (Creta, séculos XX – XV a. C.), a Micênica (Peloponeso, séculos XVI – X a. C.) e a Helênica (Cidades-Estado gregas, séculos IX – III a. C.), foi, por sua vez, praça de armas para as frotas de Atenas, Constantinopla, Gênova e Veneza, que monopolizaram o controle de suas ilhas mais importantes. (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 105).

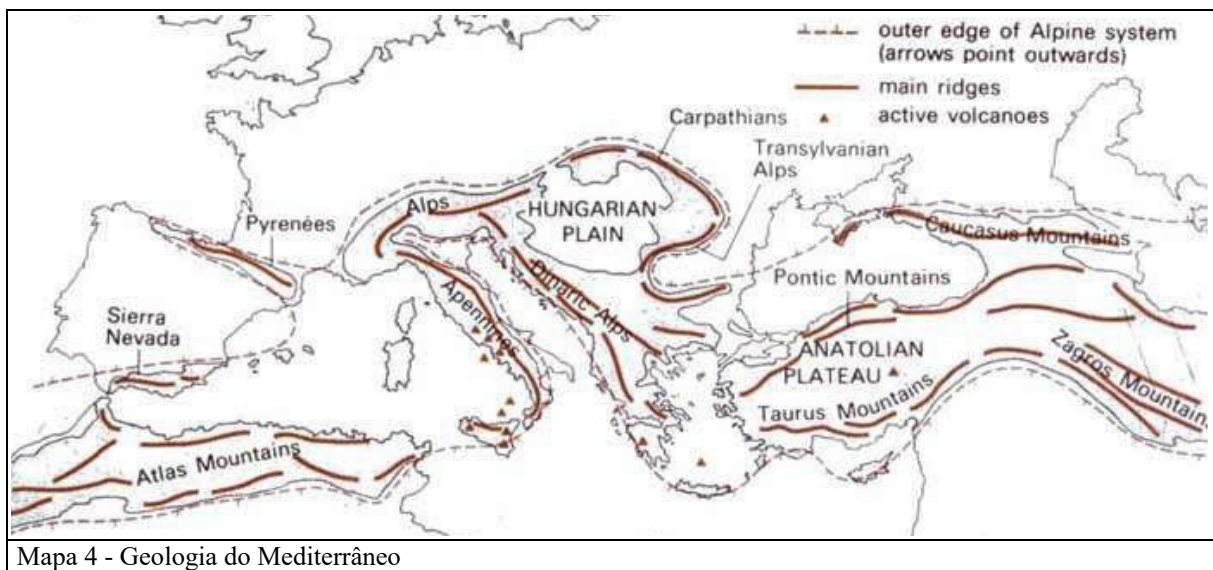
Finalmente, o Mar Adriático desenvolve-se como extensão mais longa do que larga, projetada de norte a sul, entre o litoral italiano, a oeste, baixo e pantanoso e a costa balcânica, a leste, protegida por uma primeira linha de ilhas montanhosas e por uma segunda linha de altos relevos brancos, os Alpes Dináricos, selando do mar o acesso ao interior continental, ocupado a partir do século VI d. C. por populações de origem eslava. O estreitamento meridional do Adriático, à altura do Canal de Otranto, proporciona unidade a toda a bacia e define seu ponto de controle estratégico, ao longo da costa balcânica grega, à altura da ilha de Corfu, ponto vital da estratégia naval de Veneza (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 116).

Estes são os principais fatos geográficos, a infraestrutura permanente, em torno da qual desenvolvem-se os processos históricos de uma região, que desde sempre foi uma encruzilhada de povos, raças, línguas e religiões. A sul das florestas russas, os Bálcãs encontram o Mediterrâneo em um sistema de terras e mares, que convergem num ponto: Bizâncio, na antiguidade; Constantinopla, na Idade Média; Istambul, na idade moderna e contemporânea. A mesma cidade segue dominando os Estreitos e, com eles, os movimentos de tropas, frotas e riqueza entre os dois continentes.

A projeção para Oriente

Em sua extensão de norte a sul, nas águas do Mediterrâneo, a península balcânica se projeta para Oriente, deixando a impressão de querer “dar as costas” ao Mar Jônico e ao Adriático, que a separam da Itália, para privilegiar, em vez disso, o Egeu e os Estreitos, que a ligam à Ásia Menor.

Não é apenas uma impressão. Reconstruções⁴ da paleogeografia do Quaternário mostram como o norte do mar Egeu, cerca de 18.000 anos atrás, aparecia como uma ampla planície, limitada, a sul, por uma extensa área montanhosa, a *Egeide*, que ligava a Grécia ao Peloponeso, a Creta e à Ásia Menor. Uma continuidade territorial, depois quebrada e engolida pelas águas, como resultado de intensas atividades vulcânicas e do aumento, pós-glacial, do nível do mar.



Mapa 4 - Geologia do Mediterrâneo

A ruptura e o subsequente afundamento da *Egeide* causaria o alagamento progressivo das áreas planas, dando forma aos golfos e aos canais do mar Egeu, enquanto as zonas mais altas, não alcançadas pelas águas, contribuiriam para moldar cabos, ilhas e colinas. Ao mesmo tempo, o imenso extravasamento de águas egeias⁵, através do Bósforo e dos Dardanelos, ampliaria o tamanho do Mar Negro, de modo a insinuar suas águas até as profundezas continentais das estepes asiáticas.

⁴ O nível dos mares gregos seria de 100 metros abaixo do nível atual (VAN ANDEL; SHACKLETON, 1982).

⁵ Acontecimento que inspiraria o conto do dilúvio universal (RYAN; PITMAN, 2000).

Tectônica, atividade vulcânica e eustatismo⁶ são, portanto, a origem da principal característica geográfica da região, sua tensão, através de um duplo movimento cruzado, por terra e por mar, para Oriente: por um lado, ao longo da península balcânica, que estende-se de norte a sul, projetando-se para a Ásia Menor, através do sistema dos Estreitos; por outro, ao longo da rota de navegação marítima, que sobe o Mar Egeu e o Mar Negro, de sul a norte, avançando para além dos Estreitos, em direção das costas continentais da Ásia Central⁷. É uma articulação complexa de terras e mares, que funciona como ponte entre Europa e Oriente Médio, com as estepes eurásianas, banhadas pelas águas do Mar Negro, ao fundo.



Mapa 5 - Mediterrâneo oriental

⁶ Fenômeno de subida e descida, em escala global, do nível médio dos mares, independentemente de fenômenos locais, como o afundamento de bacias marinhas ou de áreas continentais.

⁷ Uma conhecida narração da mitologia grega conta da viagem aventureira, a bordo do navio Argo, que leva os Argonautas às terras da Cólquida, para a reconquista do Velocino de Ouro. De acordo com Robert Graves, os Argonautas seriam, em realidade, agentes comerciais das cidades gregas, em missão na afastada região do Mar Negro (GRAVES, 1955).

A Ilha Mundial de Mackinder

Para entender a geografia sistêmica da região, seu contexto geral e suas tensões intrínsecas, escolheu-se avançar a partir da perspectiva geográfica, proposta por Halford John Mackinder, em ocasião da conferência realizada em 25 Janeiro de 1904, na *Royal Geographical Society* de Londres⁸. Nessa circunstância, o geógrafo inglês, assumido o domínio praticamente absoluto da marinha britânica sobre os mares do planeta, opta por chamar a atenção do público para os imensos espaços de um continente “novo”: a Eurásia. Não mais a Europa de Mercator ou a Ásia das colônias, mas uma grande *Ilha Mundial*, composta por Europa, Ásia e África, soldada pela cadeia dos Urais e pelo Istmo de Suez, e cercada pelas águas de um único grande oceano.



Mapa 6 - Eurásia – Mapa físico

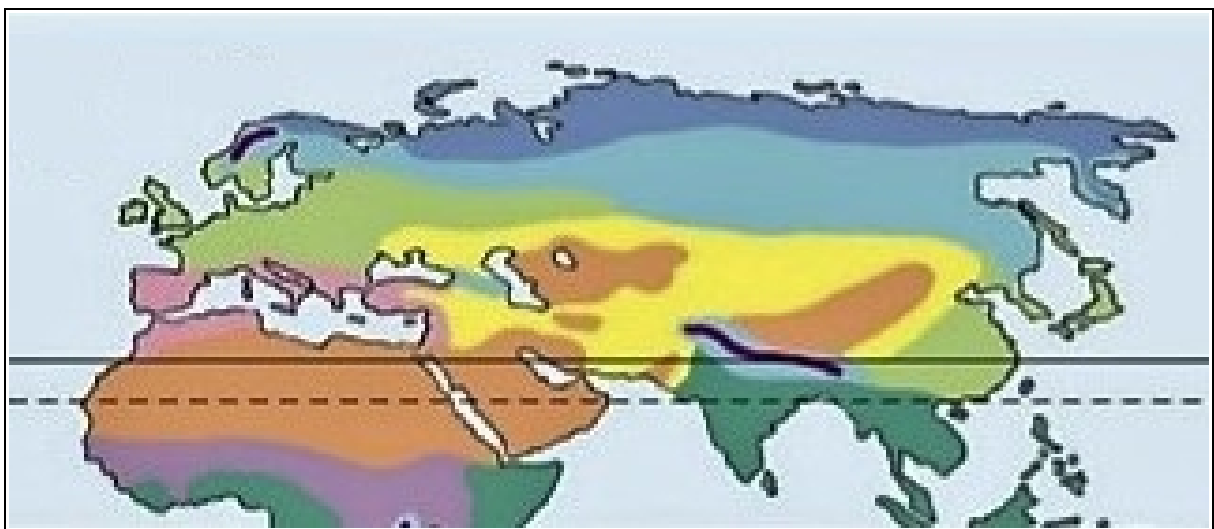
Toda representação geográfica, mesmo antes de descrever um território específico, fala da cultura geográfica que a gerou; neste sentido, a representação de Mackinder nos fala de uma Grã-Bretanha, consciente de sua insularidade⁹ e de sua potência naval, projetada sobre os mares do planeta, resumidos em um único grande oceano, como prova de sua incontestável supremacia marítima. Mas que tipo de relação ocorre entre a potência oceânica anglo-saxônica e as forças terrestres que dominam a Ilha Mundial? Na economia dos espaços eurásianos, qual posição é reservada para a Europa? Como articula-se a geografia física do grande continente com a história dos povos que o habitam? A essas questões, Mackinder tenta responder no curso da conferência.

⁸ MACKINDER, 1904.

⁹ De acordo com a expressão de Braudel (BRAUDEL, 1986, p. 326).

O objetivo da pesquisa de Mackinder é a definição de uma fórmula, capaz de expressar o nexo de causalidade geográfica, inscrito no curso da história universal: a equação de poder, com fórmula geográfica, apta a descrever a relação entre as características físicas do mundo e as principais forças, que movem a história (MACKINDER, 1904, p. 422). Por um lado, explicar a história humana como dinâmica de vida do organismo-mundo; por outro lado, capturar, em perspectiva, os antagonismos da política internacional contemporânea.

O geógrafo inglês começa com a descrição geográfica da Ilha Mundial, destacando sua articulação, de norte a sul, em faixas climáticas progressivas: a tundra, de terreno congelado, ao norte do paralelo 60°; a taiga, de floresta densa, entre os paralelos 60° e 50°; a estepe, de planície gramada, entre os paralelos 50° e 40°; a imensa cadeia de desertos, ao sul do paralelo 40°, desde as costas do Oceano Atlântico até as fronteiras setentrionais da China. Ao norte dos desertos e ao sul das florestas, vigorosas tribos nômades, de origem mongol e turcomana, recorrem as latitudes das estepes, pastoreando cavalos e camelos, que – antes de quaisquer outros – souberam domar e cavalgar¹⁰.



Mapa 7 - Eurásia – Mapa biomas

Mackinder insiste na grande mobilidade desses grupos humanos e no impacto da sua cavalaria. Enumera as populações nômades (Hunos, Ávaros, Búlgaros, Magiares, Cazaques, Pechenegues e Mongóis) que, entre os séculos V e XV, das estepes da Ásia central, através da passagem entre os Urais e o Cáspio, espalharam-se pela planície magiar e dali atacaram as populações do centro-leste europeu, pilhando coletas, gado e riquezas acumuladas em séculos de agricultura e criação de gado (MACKINDER, 1904, p. 426).

¹⁰ OUTRAM et al., 2009.

As florestas e as montanhas europeias contribuíram para salvar o velho continente, reduzindo a capacidade de movimento e força de choque das cavalarias asiáticas, armadas com tecnologia superior¹¹, mas indissolúvelmente ligadas aos contextos planos das estepes.

No entanto, a resposta militar europeia não demorou, tanto assim que a moderna França, a Veneza insular, Alemanha, Áustria e Hungria nascem, ou amadurecem, como povos e unidades políticas territoriais, a partir da reação à ameaça, trazida ao coração da Europa, pelos nômades das estepes asiáticas. Ao mesmo tempo, o progressivo enraizamento de populações eslavas nas planícies entre o Mar Negro e o Mar Báltico reduziu, quase completamente, a chegada na Europa de novas ondas de migrações.

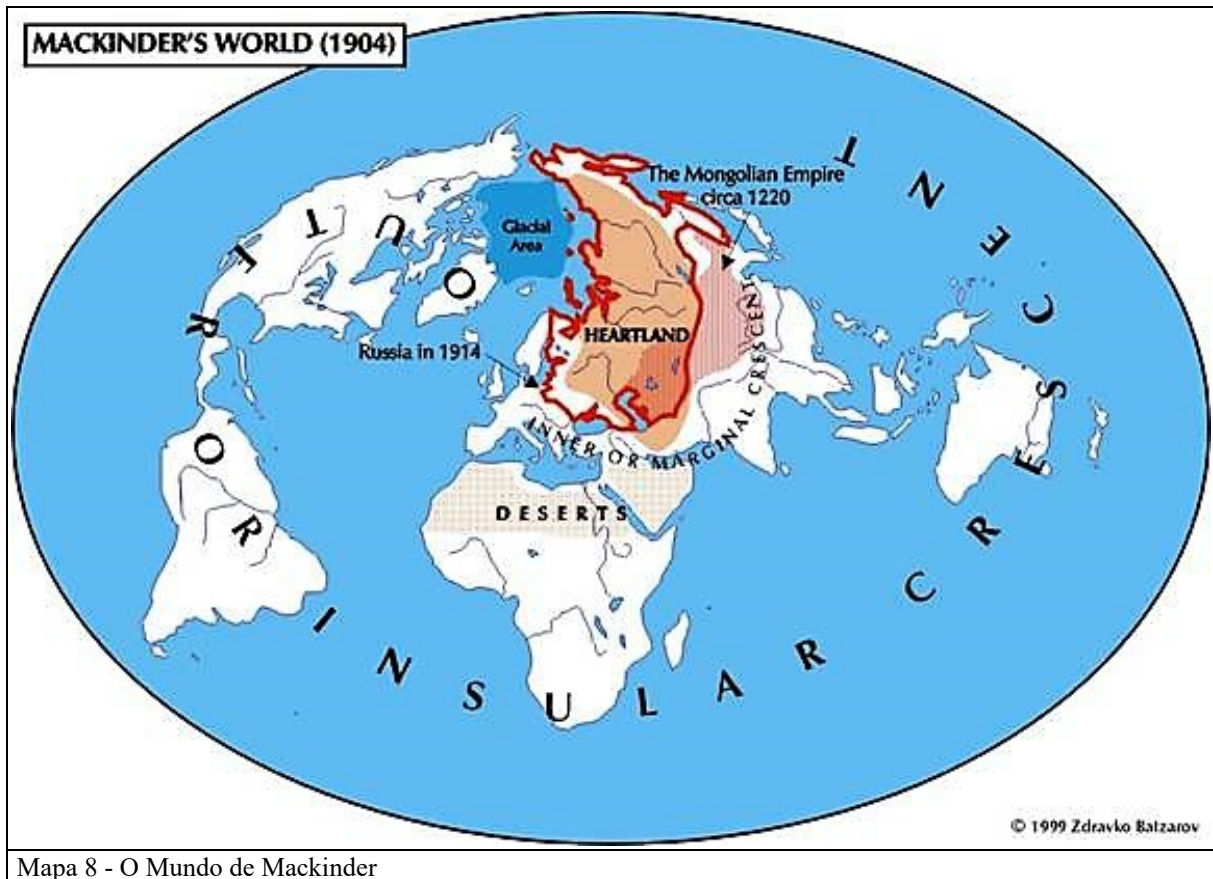
A hipótese de trabalho de Mackinder é que a civilização europeia se construiria e se definiria como resultado da luta secular de seus povos contra as invasões asiáticas¹² e que os destinos do mundo estariam intimamente ligados ao pulsar do coração eurasiático. A dialética “invasões asiáticas *versus* reação europeia” fornece a Mackinder o nexos de correlação histórico-geográfico global, que estava buscando (MELLO, 1999, p. 44).

What I may describe as the literary conception of history, by concentrating attention upon ideas and upon the civilization which is their outcome, is apt to lose sight of the more elemental movements whose pressure is commonly the exciting cause of the efforts in which great ideas are nourished. A repellent personality performs a valuable social function in uniting his enemies, and it was under the pressure of external barbarism that Europe achieved her civilization. I ask you, therefore, for a moment to look upon Europe and European history as subordinate to Asia and Asiatic history, for European civilization is, in a very real sense, the outcome of the secular struggle against Asiatic invasion (MACKINDER, 1904, 423).

No centro da Ilha Mundial, o coração continental – *Heartland* – plano e rico em recursos minerais, constitui uma fortaleza inexpugnável, protegida pelo gelo a norte, pelos desertos a sul e pelas florestas a leste e a oeste. Inalcançável desde o oceano por via fluvial, mas aberto aos estragos dos povos das estepes, esse núcleo exerceria uma pressão inesgotável sobre a meia lua de terras ao redor. Assim, desde a Puszta até a Manchúria, os povos asiáticos a cavalo ameaçariam por milênios as civilizações sedentarizadas das faixas marginais da Ilha Mundial, na Europa, no Oriente Médio, na Índia e na China.

¹¹ O arco composto mongol, construído com materiais com propriedades mecânicas precisas (madeira, cordas, varas, cola), garante a mesma potência que o mais longo arco inglês, no entanto, ele requer uma menor distância de tensão e, acima de tudo, é manejável desde o cavalo, arte em que os guerreiros mongóis ganharam grande domínio (SIERRA, 2014, p. 56).

¹² Às hordas nômades das regiões centrais da Ásia, somam-se, na Idade Média, o impulso dos Sarracenos, do sul do Mediterrâneo, e dos Normandos, do norte do Mar Báltico e do Mar do Norte.



Mapa 8 - O Mundo de Mackinder

Quatro penínsulas cercam o coração eurásiano, formando o litoral da Ilha Mundial: a oeste, a Europa, projetada entre o Báltico, o Mar do Norte, e o Mediterrâneo; a sul, o Oriente Médio, cercado por cinco mares (Mediterrâneo, Negro, Cáspio, Vermelho e Mar da Arábia) e a Índia, estendida no Oceano Índico; finalmente, a China, a leste, frente ao Pacífico. Nessas regiões, caracterizadas por biomas diferentes das estepes, as vias de água foram uma alternativa viável ao transporte a cavalo e as civilizações desenvolveram-se ao longo das rotas fluviais (período potâmico: Yangste, Ganges, Tigres, Eufrates e Nilo) e marítimas (período talássico: Mediterrâneo e Oceano)¹³.

Nesta geografia peninsular, o istmo de Suez dividiu por milênios os espaços marítimos entre o Oriente e o Ocidente, enquanto os desertos persas facilitaram os ataques, desde a Ásia Central até as águas do Golfo Pérsico. O resultado foi a separação entre China e Índia, por um lado, e Mediterrâneo, pelo outro, e a fragilidade das civilizações agrícolas dos grandes oásis (Babilônia e Egito) e das civilizações marítimas (Mediterrâneo e Índia), fáceis presas dos ataques dos povos nômades do coração continental (MACKINDER, 1904, p. 432).

¹³ De acordo com Mackinder, a história das comunidades humanas seria determinada pelas características geográficas do ambiente. Espaço, posição, relevos, clima e recursos naturais seriam os fatores principais, capazes de afetar de forma mais consistente sobre a história dos grupos humanos.

A cristandade medieval, portanto, de acordo com Mackinder, desenvolve-se em uma região restrita e ameaçada pelos bárbaros: é uma Europa presa pelo deserto a sul, pelo oceano a oeste, pelo gelo a norte e ameaçada a leste e a sudeste pela superior mobilidade dos nômades. A grande vantagem estratégica, decorrente da posição central e móvel dos povos das estepes, vai diminuindo gradualmente com o descobrimento da circunavegação do Cabo de Boa Esperança e a revolução geográfica, inaugurada por Colombo.

A conexão entre a navegação costeira ocidental e oriental permite à cristandade uma maior mobilidade em torno da Ilha Mundial, enquanto o vasto oceano ininterrupto resultante torna-se o pressuposto geográfico para o domínio europeu sobre os mares e a inversão das relações de força entre Europa e Ásia. A época que vai se inaugurando, que Mackinder chama de “colombiana”, registra uma contínua expansão europeia sobre mares e terras do planeta, à qual opõem-se experiências de resistência em geral insuficientes. Com a Idade Moderna, a Europa vem à tona no mundo, ampliando sua influência ao redor do coração continental da Eurásia.

O desenvolvimento tecnológico do século XIX, capaz de alterar a rigidez do meio ambiente e de reduzir seus aspectos mais coercitivos, reforça, numa primeira fase, a posição dominante da Europa: com a invenção do barco a vapor e a abertura do Canal de Suez, aumenta a mobilidade relativa das forças navais europeias, devido à redução dos tempos e das distâncias de conexão marítima entre Ocidente e Oriente. A ascensão da Inglaterra e a imposição da *Pax Britannica* ao nascente sistema internacional representariam a coroação desta época dourada do poder naval, inaugurada quatrocentos anos antes, com as grandes navegações oceânicas para as Américas e ao redor do continente africano (MELLO, 1999, p. 50).

No entanto, enquanto as forças navais europeias ocupam o oceano com suas esquadras, colonizando as costas e impondo tributos aos povos que as habitam, outra revolução geográfica está se realizando: pela primeira vez na história, uma grande população sedentária assenta-se nas pradarias asiáticas. É a Rússia, que, organizando a ofensiva dos cossacos, deixa as florestas para “normalizar” as estepes, desde Moscou até a Sibéria. Uma grande migração de camponeses russos a acompanha, levando a agricultura para fora das florestas e transformando as estepes em campos de trigo (MACKINDER, 1904, p. 434).

A Rússia, com uma topografia plana, sem fronteiras naturais, se constitui império, num recorrer de ciclos de expansão e colapso, desde a Alta Idade Média até o início da Era Moderna, a partir do eterno confronto com os nômades das estepes. Com a dinastia Romanov, afirma-se como país moderno, colocando mecanização e organização administrativa a serviço da conquista. Em 300 anos de dinastia, a Rússia subjuga Polônia e Lituânia, detém a França de Napoleão, se expande na Crimeia, nos Bálcãs, no Cáucaso, na Ásia Central e na Sibéria, alcançando o Pacífico. A falta de proteção oferecida pelo território e o medo constante de invasões, acabam gerando uma ansiedade de conquista, que leva a Rússia a se expandir por 170° de longitude (KAPLAN, 2013, p. 158).

Trata-se de um evento histórico, com importantes consequências políticas, que Mackinder não hesita em chamar de “revolucionário”, comparável à circunavegação do Cabo da Boa Esperança. Se o desenvolvimento das ferrovias caracteriza-se, pelo menos numa fase inicial, como ferramenta de articulação do comércio oceânico, desde o século XIX e o advento da época pós-colombiana, sua aplicação maciça no coração das terras eurásianas altera suas condições de poder, aumentando a mobilidade e fortalecendo o potencial de desenvolvimento demográfico, agrícola, mineral e industrial.

Como veremos mais a frente, uma Rússia geograficamente expandida e territorialmente coesa, em virtude das conexões ferroviárias continentais, de acordo com Mackinder, seria a versão contemporânea das hordas de invasores mongóis e, graças à enorme massa terrestre, exerceria sobre Finlândia, Polônia, Bálcãs, Turquia, Síria, Iraque, Pérsia, Índia e China, uma pressão de intensidade jamais registrada na história (MACKINDER, 1904, p. 436).

A península balcânica na Ilha Mundial de Mackinder

A tese de Mackinder baseia-se na persistência de relações geográficas constantes nos espaços da Ilha Mundial. O coração da Eurásia, anteriormente disputado por nômades e agora interconectado pelo sistema ferroviário russo, representaria o eixo fundamental, em torno do qual rodariam as estratégias e as políticas para conquistar o mundo.

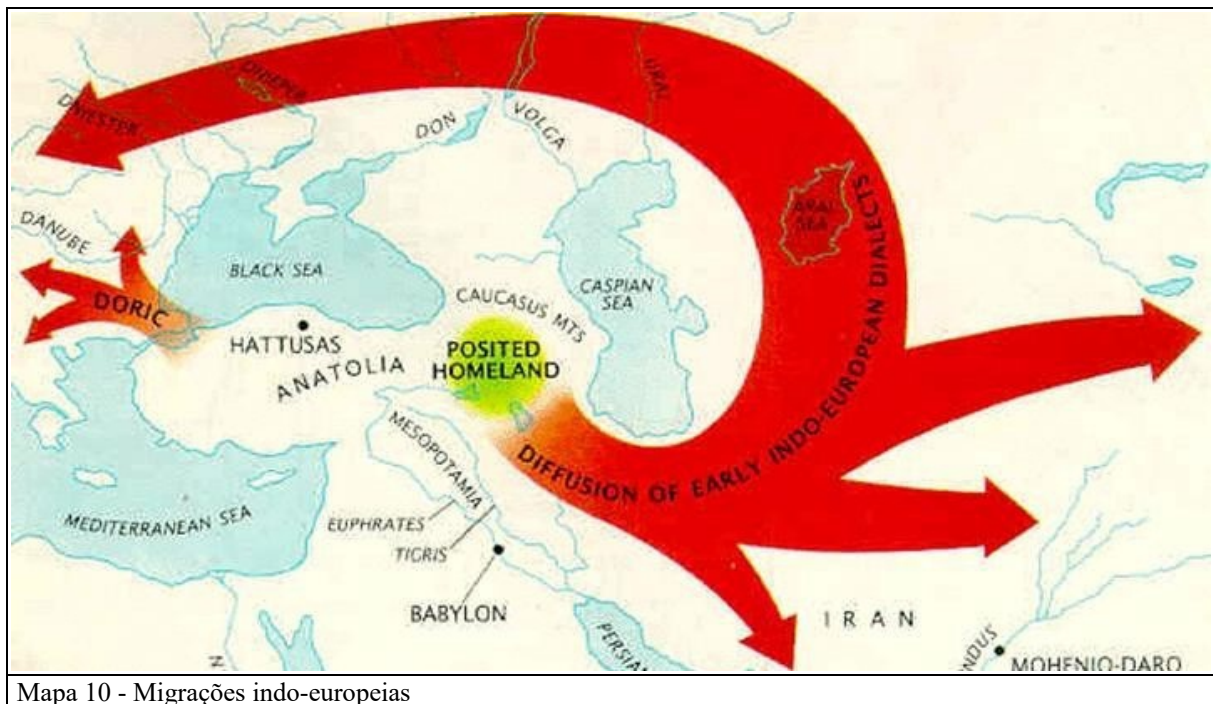


Mapa 9 - A Ilha Mundial

Dentro deste esquema, o significado da localização de uma região específica depende da posição relativa que ela ocupa, em relação ao Heartland. A Península Balcânica faz parte do *Crescente Interior*, que cerca o núcleo da Ilha Mundial. Mais especificamente, pertence à península europeia, uma península marginal, que se estende para o oeste, entre o Mar Báltico, o Mar do Norte e o Mediterrâneo.

O movimento de projeção para a Ásia Menor da península balcânica, no entanto, tende a contrabalançar o desenvolvimento para Ocidente da península europeia. A combinação dessas tensões opostas produz um duplo resultado: por um lado, a preservação da conexão com o Oriente, representada pelo sistema dos Estreitos; por outro, o fechamento da profundidade continental da bacia do Mar Negro. Estas especificidades geográficas produzem, ao longo dos milênios, precisas consequências históricas.

No que diz respeito à ameaça, trazida pelos povos nômades da Ásia, às civilizações sedentárias, desenvolvidas ao longo das rotas marítimas mediterrâneas, é possível afirmar que, com exceção da civilização minoica, protegida pela insularidade de Creta, as civilizações enraizadas nesta “sub-península” balcânica, europeia e mediterrânea, sofrem uma dupla exposição à pressão migratória do Oriente. Além do impacto do leste/nordeste, ao longo das clássicas latitudes planas das estepes, as civilizações do Mediterrâneo oriental estão sujeitas à pressão migratória do leste/sudeste, através dos desertos da Ásia Central, dos planaltos da Ásia Menor, dos Estreitos, até os Bálcãs.



Mapa 10 - Migrações indo-europeias

Relativamente à ameaça trazida pela Rússia, potência continental, que com a Idade Moderna consegue ocupar e pacificar o coração continental, aumentando ainda mais a pressão sobre as regiões marginais da Ilha Mundial, pode-se dizer que a península balcânica ocupa uma posição crítica, em relação à secular projeção russa para os “mares quentes”. O imperativo estratégico da potência continental, de se expandir em direção às regiões costeiras da Ilha Mundial, para conquistar uma saída sobre os mares não gelados, encontra, de fato, na opção balcânica, a alternativa mais desejável a ser perseguida. Além de maior viabilidade logística, em relação às alternativas asiáticas, a expansão russa nos Bálcãs é facilitada por importantes elementos de caráter religioso e cultural, a fé cristã e a confissão ortodoxa, que os povos balcânicos compartilham com o povo russo.

O Mediterrâneo de Braudel

Mesmo para o historiador francês, Fernand Braudel, que ao Mediterrâneo dedica sua tese de doutorado¹⁴, a oposição entre um pólo europeu e um pólo desértico marcaria a história do “mar interior”. O próprio Mediterrâneo seria, para Braudel, o ponto de convergência entre os desertos, quentes e frios, que, de oeste a leste, cortam toda a latitude da massa continental do velho mundo, desde as costas atlânticas do Norte de África, até as costas pacíficas da China. Por três lados, de fato, o Mediterrâneo encontra com a cadeia de desertos, que desde o Sahara, no sul da costa líbica, passa pelo deserto da Síria, ao leste do Anti-Líbano, até as estepes, a norte do Mar Negro.



Mapa 11 - Bacia do Mediterrâneo

Enquanto um movimento constante de caravanas atravessa estepes e desertos, para convergir nos portos do “mar interior”, dois grandes cataclismos batem às portas do Mediterrâneo, penetrando até as costas, através de dois “cortes abertos”¹⁵ sobre o mar, a leste e sudeste: duas grandes invasões, que mudam definitivamente a ordem reinante ao longo das costas mediterrâneas. No século VII d. C., a invasão árabe a camelo, desde os desertos quentes. No século XI, a invasão turca a dromedário, desde os desertos frios.

¹⁴ BRAUDEL, 1982.

¹⁵ DE PLANHOL apud BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 86.

Muitas e diferentes são as polaridades e as tensões, com as quais trabalha Braudel, com o objetivo de dar uma visão geral do Mediterrâneo, que assim é introduzido por ele:

La Méditerranée est au moins double. Elle est composée d'une série de péninsules compactes, montagneuses, coupées de plaines essentielles; Italie, Péninsule des Balkans, Asie Mineure, Afrique du Nord, Péninsule ibérique. En second lieu, la mer insinue, entre ces continents en miniature, ses vastes espaces compliqués, morcelés, car la Méditerranée, plus qu'une masse maritime unique, est un «complexe de mers» (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 21).

Ao longo das cinco penínsulas, superabundantes montanhas, raras colinas, poucas planícies e amplos planaltos repetem-se com constância. Protagonistas absolutas são as cadeias de montanhas que impõem-se à análise, como a verdadeira unidade estrutural do espaço mediterrâneo, o esqueleto onipresente “que fura a pele em todo lugar” (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 23).

Nessas áreas montanhosas, caracterizadas por espaços amplos, de difícil circulação, sem os contatos e as trocas, que renovam uma civilização, prevalece uma escassa densidade demográfica e o habitado esparsos, tipo aldeia¹⁶. Nas montanhas, forçadas a viver de autoprodução e recursos locais, a sociedade e a economia mantêm o caráter arcaico e insuficiente dos mundos marginais, afastados dos centros urbanos e dos mercados de troca e refratários frente a toda influência modernizadora. Se, por um lado, a montanha constitui uma barreira ao fluxo de inovações, ideias e trocas, que alimentam as civilizações, por outro, ela representa um refúgio, uma terra sem os constrangimentos de coação e sujeição, que toda civilização impõe. Longe de encontrar nela ricos sacerdotes, nobres orgulhosos e um sistema de justiça severo, a montanha aparece como um oásis de liberdade: asilo para místicos, esconderijo para rebeldes, hereges e renegados.

Ao contrário da montanha, poderia-se imaginar que as planícies do Mediterrâneo sejam o lugar da abundância e da riqueza, mas – pelo menos até a recuperação do século XX – este cenário não se verificará. Em vez disso, são as colinas e as alturas estratégicas, que dominam as planícies, a serem historicamente ocupadas. Entre os 200 e os 400 mt. do nível do mar, encontra-se o ambiente ideal para desenvolver uma agricultura mista, recolher as águas das montanhas e fugir dos pântanos e das epidemias das planícies.

¹⁶ CVIJIC apud BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 28.

Frequentemente, as planícies têm sido lugares desolados e perigosos, cujo uso humano sempre foi tanto imperfeito e efêmero, quanto exigente. Do ponto de vista sazonal, as chuvas de outono tendem a causar fortes inundações nos vales, que só podem ser evitadas através da construção de barragens, canais e lagos artificiais, para coletar e remover o excesso de água. Do ponto de vista hidrográfico, as águas que descem das montanhas e não encontram uma saída no mar, tendem a parar nas planícies, formando pântanos insalubres, drenáveis somente através de complexas intervenções de remoção do excesso de água.

Trata-se, portanto, de uma eterna luta entre o homem e as terras baixas. Onde as águas são drenadas e a terra cultivada, a malária – endêmica nessas regiões – se afasta até desaparecer. Onde a prática da drenagem é perdida, deixando os campos ao paludismo, as comunidades são forçadas a deixar as planícies, se refugiando nas alturas.

Há, portanto, um duplo movimento entre planície e montanha. Por um lado, a continua luta pela recuperação das terras baixas, leva os habitantes das planícies a fugir para a montanha, nas fases de recuo da agricultura e de avanço da malária. Por outro lado, a pobreza da montanha empurra os montanheseiros para as planícies e as cidades.

A geografia montanhosa do Mediterrâneo confirma seu protagonismo, quando nos voltamos para o mar, preso entre estreitas passagens, que Braudel descreve assim:

La Méditerranée n'est pas une mer, mais une succession de plaines liquides communiquant entre elles par des portes plus ou moins larges. Ainsi s'individualisent, dans les deux grands bassins Ouest et Est de la Méditerranée, entre les diverses avancées des masses continentales, une série de mers étroites, de *narrow-seas*. Chacun de ces mondes a ses caractères, ses types de bateaux, ses usages, ses lois propres d'histoire; et les plus étroits, en règle générale, sont les plus riches de signification et de valeur historique, comme si l'homme avait saisi, avant tout, les Méditerranées de dimensions restreintes (BRAUDEL, 1982, Vol 1, p. 99).

Requisito fundamental, que faz de uma região costeira do Mediterrâneo, um próspero mundo marítimo, é a proximidade de alturas arborizadas, onde encontra-se a madeira necessária para a fabricação de navios. São os relevos que cobrem as penínsulas da costa norte, que oferecem esta possibilidade, enquanto as montanhas da costa sul, afetadas pela seca, são desfavorecidas em florestas e, portanto, em construção naval.

Por outro lado, muitas vezes a emigração das montanhas dirige-se naturalmente para o mar, especialmente quando a via navegável representa o melhor, se não o único, itinerário, que permite a comunicação entre diferentes locais costeiros. Estabelece-se então uma relação de complementaridade e de mútua influência entre a vida marítima e a economia de montanha, entre as aldeias dos altos e as marinhas, associando os escassos recursos da terra com os escassos recursos do mar (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 132).

Entre as terras, que prendem o Mediterrâneo em estreitas passagens, recriando as muitas bacias que o distinguem, ilhas e penínsulas disputam o primado. As primeiras exercem um papel fundamental para os movimentos no mar, oferecendo indispensáveis escalas ao longo das rotas marítimas, sucedendo uma às outras, como uma frota imóvel.

As segundas, para Braudel, são a parte essencial do espaço mediterrâneo, a mais rica em população e com maiores possibilidades de vida. O mar serpenteia entre esses blocos de terra, definindo mundos próprios, compostos, uma vez mais, pelas onipresentes montanhas, cercadas por amplos planaltos, escassas planícies, costas irregulares e inevitáveis ilhas. Deve-se notar que, ao longo da fronteira terrestre, essas penínsulas são protegidas e isoladas por imponentes barreiras naturais¹⁷, que limitam as trocas e as relações com o continente, fazendo delas “verdadeiros espaços históricos coerentes” (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 149).

A afirmação política de uma dessas penínsulas mediterrâneas, protagonistas da história do “mar interior”, sempre representou o sinal de grandes mudanças para toda a bacia mediterrânea. Assim é, na unidade da Grécia, feita pelos macedônios; na unidade da Itália sob Roma; ou na unidade espanhola, forjada pelos Reis Católicos. As penínsulas, tão fechadas para o continente, estão perigosamente abertas e projetadas no mar, “agressivas quando são fortes, conquistadas quando são fracas” (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 150). É sua projeção nas águas do Mediterrâneo, que inevitavelmente liga entre si os destinos desses universos peninsulares, ora conquistadores, ora conquistados.

As rotas marítimas mais importantes concentram-se nas ligações entre penínsulas próximas, no interior dos mares estreitos, dispostos em torno de duas grandes, vazias e solitárias extensões de mar, colocadas no centro da estrutura geral do Mediterrâneo.

¹⁷ Braudel refere-se às cordilheiras dos Pirineus, dos Alpes, do Tauro e do Atlas, e ao rio Danúbio, que separam do continente respectivamente a península ibérica, a Itália, a Ásia Menor, o Norte de África e os Bálcãs.

Trata-se de zonas hostis, regiões perigosas e proibidas, que separam a bacia oriental da bacia ocidental do Mediterrâneo. O mais importante desses espaços mortos é o Mar Jônico, que estende ao mar o vazio terrestre da Líbia, onde o deserto atinge a costa. O outro é o Mar da Sardenha, também de difícil cruzamento, com costas inóspitas e ventos carregados de perturbações. As rotas históricas que estabelecem uma ligação entre o Mediterrâneo oriental e ocidental contornam essas duas grandes áreas hostis, com uma navegação que mantém-se ao longo da costa, verdadeiro fio condutor da viagem.

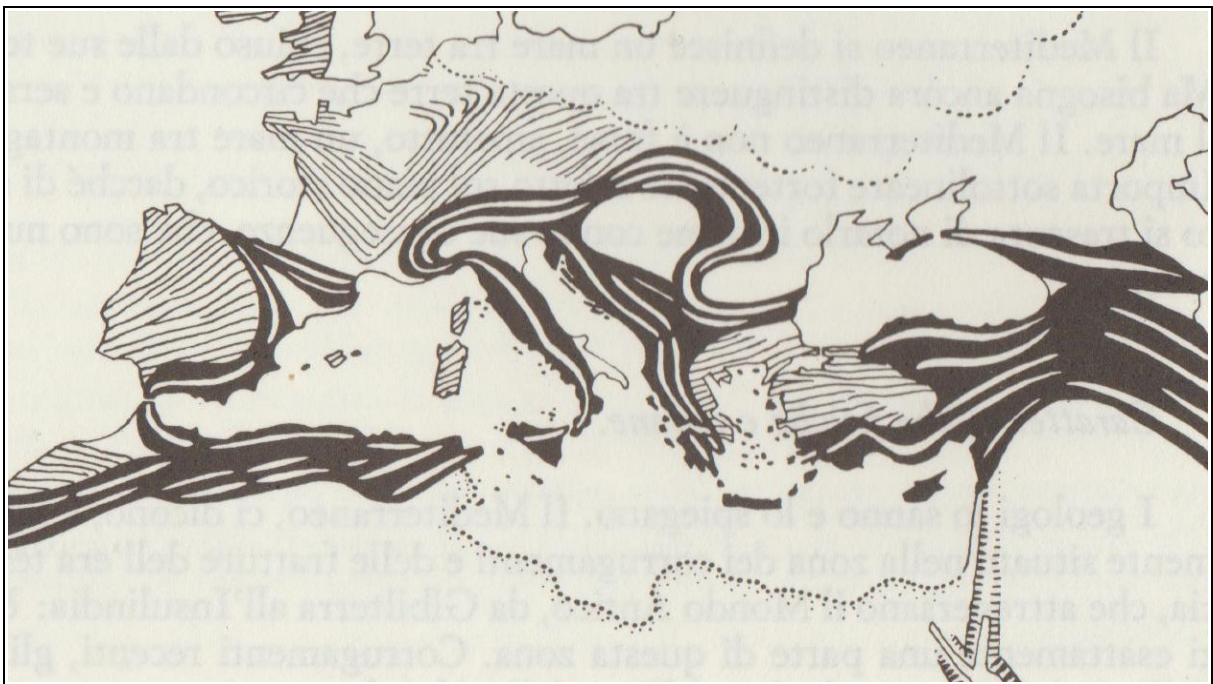
Apesar da ligação dos tráfegos comerciais e dos intercâmbios culturais, a bacia oriental e a bacia ocidental do Mediterrâneo mantêm autonomia e circuitos próprios ao longo dos milênios, de modo que a verdadeira mistura de populações, usos e culturas vai se dando dentro de cada bacia, independentemente das barreiras de raça, civilização e religião. Historicamente, podemos falar de regiões distantes e isoladas, que mantêm uma originalidade irreduzível, mas que, ao mesmo tempo, se buscam e se atraem (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 124).

Cada movimento lançado de uma extremidade à outra do Mediterrâneo é uma aventura, uma aposta. Assim é, para os fenícios, originários de Tiro e estacionados em Cartago; para os gregos, provenientes de Focea e instalados em Marselha; para os bizantinos, donos da Sicília, da Itália, do norte da África e da Bética; para os árabes, conquistadores do norte da África, da Espanha e da Sicília. Em todas essas circunstâncias históricas, a distância impõe-se acima de tudo e essas grandes vitórias, ou permanecem sem futuro, ou rapidamente trazem uma fratura entre as tropas avançadas no Ocidente e as metrópoles distantes, no Oriente. Durante o século XVI, quando o imperialismo espanhol toma controle da bacia ocidental e o sultão turco domina a bacia oriental até o Mar Jônico, a política enfatiza a fragmentação do Mediterrâneo. Nestas condições, os grandes choques marítimos¹⁸ entre as duas esquadras insistem na linha de junção entre as duas bacias, ao longo de sua aproximada fronteira no centro do Mediterrâneo (BRAUDEL; 1982, Vol. 1, p. 125).

¹⁸ Braudel refere-se às batalhas de Trípoli (1511, 1551), Djerba (1510, 1520, 1560), Tunes (1535, 1573, 1574), Bizerta (1573, 1574), Malta (1565), Lepanto (1571), Modon (1572), Corone (1534), Preveza (1538).

A península balcânica no Mediterrâneo de Braudel

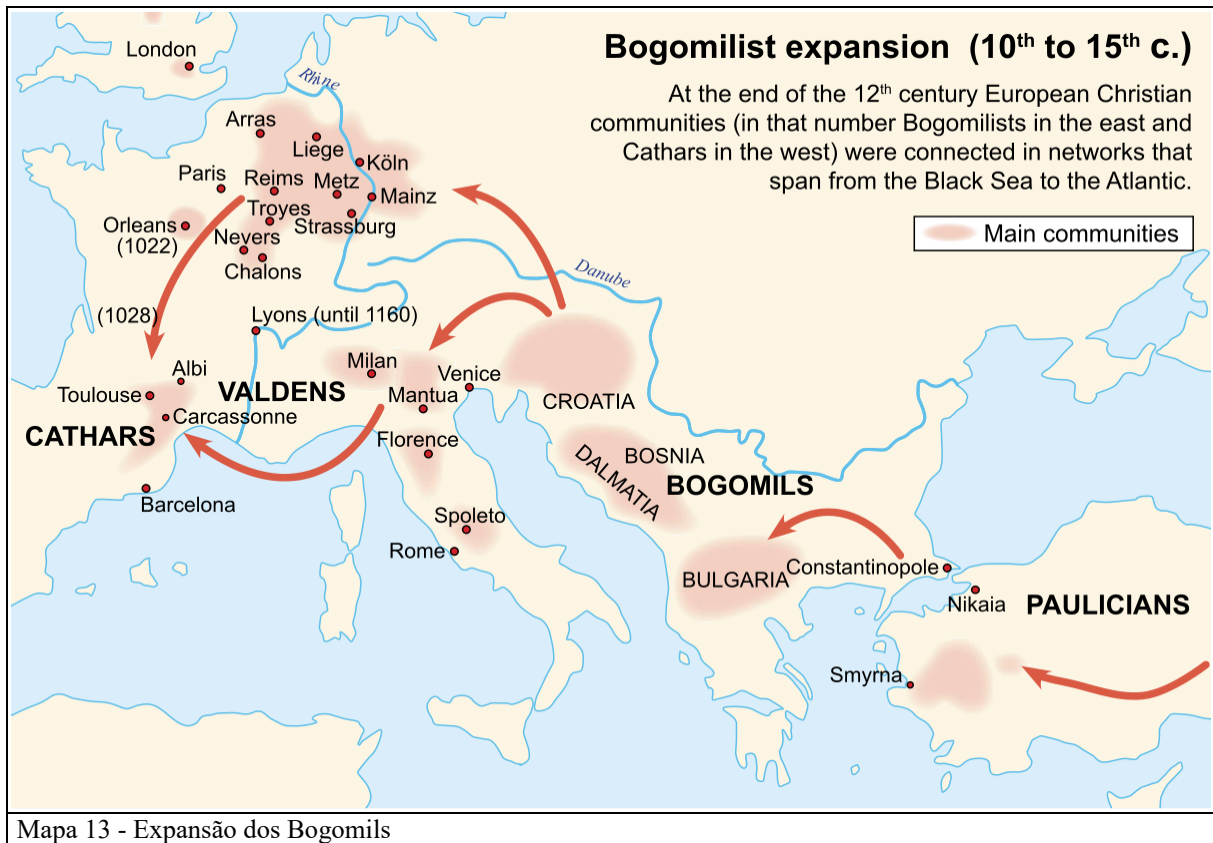
As polaridades sugeridas por Braudel, para ler a complexidade do Mediterrâneo, constituem uma preciosa ferramenta para interpretar a península balcânica. Em primeiro lugar, a oposição entre o pólo europeu e o pólo do desértico, que marca a história do Mediterrâneo. Nesse sentido, a península balcânica é um caso complexo. Apesar de ser, geograficamente, parte do pólo europeu, entre os séculos XIV e XIX, ela é colonizada pelo império otomano, expressão política do pólo desértico. Seu perfil cultural fica marcado para sempre. Se os Estreitos constituem o ponto de encontro geográfico entre os pólos, Constantinopla, sede imperial que os domina, projeta seu poder para todas as direções, investindo terras e mares das duas penínsulas adjacentes. Isso acontece tanto na colonização bizantina do Oriente Médio, quanto na penetração otomana nos Bálcãs.



Mapa 12 - Orografia do Mediterrâneo

Em segundo lugar, a dialética entre os mundos da montanha e do mar, que atravessa a história do Mediterrâneo e dos Bálcãs. As montanhas, normalmente interpretáveis como obstáculo e elemento de descontinuidade em um espaço plano, no contexto dos Bálcãs, são tão redundantes, que se tornam um elemento de continuidade do território. Esses espaços, dificilmente acessíveis ao poder, na Idade Média tornam-se abrigos para hereges, que fogem dos centros urbanos, mais facilmente vigiados pelas autoridades.

O bogomilismo, por exemplo, foi uma seita gnóstica cristã fundada pelo padre Bogomilo, no século X. Surge em torno do que é hoje a Macedônia, como resposta à estratificação social resultante da introdução do feudalismo e como uma forma de movimento político opositor ao império búlgaro e a igreja.



Mais tarde, durante o domínio turco, as autoridades otomanas alocam importantes recursos para colonizar as montanhas, na Bulgária, Macedônia, Kosovo, Albânia e Bósnia. O legado desses processos é um traço cultural indelével na paisagem balcânica, onde a conversão ao Islã das comunidades eslavas das montanhas costuma enxertar em um ambiente propício, já marcado pela experiência da heterodoxia, da heresia e da fuga.

Capítulo 2 – As civilizações

O objetivo do presente capítulo é analisar em termos geo-históricos as evoluções das civilizações mediterrâneas, descritas por Braudel, com foco nos desenvolvimentos que afetam os espaços da península balcânica. A integração viária, na Idade Antiga, e a evangelização, na Idade Média, são vetores pelos quais os espaços dos Bálcãs são disputados por centros civilizatórios rivais: desde o Ocidente, Roma, centro da civilização romana, latina e católica; desde o Oriente, Constantinopla, capital da civilização grega, bizantina e ortodoxa. Com a conquista e colonização otomana dos Bálcãs, a penetração da civilização islâmica na península é facilitada pelas rivalidades entre as confissões cristãs, contribuindo para definir uma tríplice fronteira cultural, aumentando enormemente a complexidade da região.

Espaço e reprodução material em Polanyi e Braudel

O ponto de partida do trabalho de Karl Polanyi¹⁹ é a desconstrução crítica da narrativa smithiana, segundo a qual a vida econômica, a partir do início da humanidade, se desenvolveria de acordo com lógicas de troca e acumulação de lucro, essencialmente atribuíveis a mecanismos de mercado. De acordo com Polanyi, a questão da reprodução material deve ser abordada, sem cair em anacronismos, válidos para o contexto contemporâneo do autor, mas inúteis em uma perspectiva histórica de longa duração. São necessárias novas premissas, que integrem a Economia Política com a História Social e a Antropologia Econômica, e que permitam aprofundar o papel e o significado da economia na sociedade e na história.

A perspectiva temporal abraçada por Polanyi é de extraordinária amplitude: ele leva em consideração processos de reprodução material, desde as sociedades tribais e arcaicas do mundo antigo até os últimos desenvolvimentos da sociedade moderna e contemporânea. A adoção de uma perspectiva de tão longa duração permite ao autor compreender o caráter original e sem precedentes na história do homem, de uma sociedade organizada com base em um sistema de preços: a chamada “sociedade de mercado” que, datável desde o século XVIII, se difunde a nível planetário, entre o século XIX e o século XX.

Neste ponto, surge uma questão: se a economia de mercado representa uma anomalia contemporânea, como as sociedades pré-modernas se organizaram durante séculos, no que diz respeito a produção, redistribuição e consumo?

Para Polanyi, o caminho a seguir, para entender o processo de reprodução material, parte da relação que cada coletividade estabelece com o ambiente em que vive e do qual se sustenta. Como alternativa à modelagem matemática da economia formal, Polanyi propõe o paradigma da Economia Substantiva, segundo o qual não há vida, nem atividade ou desenvolvimento econômico, fora da dimensão concreta do espaço físico. O ponto-chave para Polanyi reside, portanto, na relação que uma comunidade estabelece com o espaço habitado: com as inundações dos rios a serem domadas, com as terras ao longo das margens a serem cultivadas, com os picos das montanhas a serem venerados.

¹⁹ Refere-se particularmente a sua obra principal (POLANYI, 1944).

Sugerindo investigar a lógica, segundo a qual esta relação institucionaliza-se ao longo do tempo, Polanyi desmonta a ideologia do *homo economicus* e volta a colocar o tema da reprodução material no campo das ciências sociais, as únicas capazes de explicar o vínculo entre ambiente e relações sociais, o processo de integração entre economia e sociedade e o nascimento dos primeiros poderes reguladores e civilizações antigas.

Mesmo para Braudel²⁰, o espaço é o componente-chave de toda civilização. De fato, “antes da unidade nas manifestações da arte, é - na base - um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história” (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 107). Falar de civilização significa, portanto, falar de terras, relevos, climas, vínculos e oportunidades territoriais, mas também de respostas coletivas à escravidão imposta pelo meio ambiente, tanto na agricultura quanto na pecuária, na alimentação quanto no lar, na língua quanto na comunicações.

Firmemente enraizadas ao seu próprio espaço geográfico, as civilizações caracterizam-se por dois elementos-chave, ambos ligados à perenidade dos espaços geográficos nos quais são moldadas.

Em primeiro lugar, o vínculo essencial com o espaço originário. A geografia de uma civilização é localizável em um mapa e pode variar nas margens, mas não no centro, onde seu domínio permanece inalterado e imóvel. Esta imobilidade faz com que as civilizações aprofundem suas raízes em um passado ainda mais antigo; uma civilização, com efeito, representa continuidade. Quando ela muda, o faz absorvendo os valores antigos, que sobrevivem através dela e continuam a constituir sua substância.

Em segundo lugar, a longa duração, ao longo da qual códigos e significados de uma comunidade se regeneram continuamente, renovando a relação com o espaço vivido, habitado e trabalhado. Toda civilização é também um passado distante, muito distante, que persiste em viver e se impor nas práticas cotidianas dos homens.

Ainsi les dunes, bien accrochées à des accidents cachés du sol: leurs grains de sable vont, viennent, s'envolent, s'agglomèrent au gré des vents, mais, somme immobile d'innombrables mouvements, la dune demeure en place. (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 95).

²⁰ BRAUDEL, 1982; BRAUDEL, 1985.

As civilizações do Mediterrâneo na Antiguidade

Se retomem agora as considerações de Braudel, sobre os espaços históricos do Mar Interior. De acordo com o historiador francês, em torno do variado “complexo de mares”, que é o Mediterrâneo, é possível identificar e circunscrever três ambientes fundamentais: três tipologias de espaços geográficos, fisicamente heterogêneos, mas convergentes, pelo menos do ponto de vista climático, em um bioma comum, caracterizado pela tríade de culturas mediterrâneas: oliveiras, parreiras e trigo.

- Ao norte, os relevos florestados da Europa precipitam nas costas do Mediterrâneo, formando um pólo europeu de clima temperado, que introduz no “mar das trocas” os frutos de suas florestas selvagens e os produtos de suas culturas agrícolas.
- Ao sul e ao leste, os desertos do norte da África e do Oriente Médio chegam até as águas do Mar Interior, representando um pólo desértico, de clima árido, que troca com o mesmo mar as primícias das oásis e os tesouros de outros mares distantes.
- Ao leste, as ilhas e as penínsulas do Egeu preenchem o mar “Arcipelago”, fechado entre Grécia e Ásia Menor, compondo um terceiro pólo marítimo, de terras dispersas no mar, colonizadas em busca de espaço e integradas em ricas redes comerciais.

Nesses espaços físicos, entre mundos geográfica e antropologicamente opostos, nascem e se desenvolvem as grandes civilizações mediterrâneas. Natureza, história e alma mudam, de acordo com que se coloca à norte ou à sul do mar, ou se perde entre suas ilhas. Mediterrâneos diferentes rivalizam, confrontam-se, colidem, reivindicando papéis, identidades e estilos de vida, que têm pouco em comum um com o outro, a não ser o debruçar sobre o mesmo mar e, com isso, a preciosa possibilidade de interlocução.

Braudel considera as civilizações como os personagens mais complexos e contraditórios do Mediterrâneo e descreve-os da seguinte forma:

La Méditerranée, au-delà de ses divisions politiques actuelles, c'est trois communautés culturelles, trois énormes et vivaces civilisations, trois façons cardinales de penser, de croire, de manger, de boire, de vivre.... En vérité, trois monstres toujours prêts à montrer les dents, trois personnages à interminable destin, en place depuis toujours, pour le moins depuis des siècles et des siècles. (...). Ces civilisations sont en fait les seuls destins de long souffle que l'on puisse suivre sans interruption à travers les péripéties et les accident de l'histoire méditerranée. (BRAUDEL, 1985, p. 158).

Do Oriente ao Ocidente

O primeiro espaço, que narra Braudel, juntando os desertos e o Mediterrâneo, é o espaço da colonização fenícia. Estrategicamente localizadas ao longo da estreita costa do Líbano, no ponto de encontro entre Mediterrâneo, Mesopotâmia e Egito, as cidades fenícias vivem da exportação dos produtos de suas indústrias, trocando alimentos por matérias-primas e empurrando-se para o mar aberto. O seu comércio investe todo o Levante, atinge o Mar Vermelho, avança para o Oceano Índico, se estende até Gibraltar, se aventura no Atlântico. A história fenícia é apenas um capítulo da história deste espaço, articulado entre o mar e os desertos, e projetado ao longo das ribeiras saarianas do Mar Interior, desde o Oriente Médio até a península ibérica²¹.



Mapa 14 - Colônias fenícias

Mais ao norte, entre as costas e as ilhas do Egeu, o espaço da colonização grega se espalha sobre e pelo mar, em oposição ao caráter íngreme e de difícil acesso do interior montanhoso. Se os fenícios preferem longas distâncias, cortando o Mediterrâneo de leste a oeste, os comerciantes gregos animam as curtas e lotadas rotas do Egeu, repondo também na colonização do *Pontus Eusinus* e do Mar Jônico, um modelo de desenvolvimento comercial que privilegia a densidade das trocas e as rotas de proximidade.

²¹ A história do espaço fenício, de acordo com Braudel, é uma história pouco narrada, da qual nem sempre são descritas a unidade e a potência. Ela põe em cena outras paisagens e outras realidades humanas, diferentes das paisagens e das realidades humanas do Mediterrâneo clássico, dos gregos e dos romanos, que tornar-se-à Ocidente. O espaço fenício representa a antena marítima de conexão e expansão do Oriente Próximo (BRAUDEL, 1988, p. 80).



Mapa 15 - Colônias gregas

Com o século VIII a. C., das costas do Líbano e do mar Egeu, navios fenícios e gregos lançam-se para o oeste, a conquista do Mediterrâneo ocidental. Em breve, as novas colônias se emanciparão de suas respectivas metrópoles: Cartago, filha do Oriente, tomará o lugar de Tiro, no centro do sistema comercial fenício, enquanto Siracusa disputará com Atenas o comando do comércio grego no Ocidente. Os vastos espaços do Jônico permitem, pelo menos em uma primeira fase, a coabitação entre diferentes colonizações, com os gregos instalados ao longo da ribeiras do norte, além do Canal de Otranto e do Estreito de Messina, e os fenícios, ao longo da costa africana, do Egito ao Atlântico.

À altura da Sicília, no entanto, os dois projetos entram perigosamente em contato: a ilha, porta de acesso entre o Mediterrâneo oriental, hegemônico pelos gregos e o Mediterrâneo ocidental, dominado pelos púnicos, torna-se objeto de disputa entre Siracusa, que controla a Sicília oriental, e Cartago, projetada sobre sua porção ocidental. O equilíbrio instável precipita definitivamente, quando Roma, nova potência itálica em expansão, intervém no conflito, adquirindo sua primeira frota naval.

Estrategicamente fundada no ponto em que a rota de conexão entre a *Etrúria* e a Magna Grécia cruza o rio Tibre, Roma representa e sintetiza o terceiro espaço mediterrâneo, que narra Braudel, entre os relevos florestados do continente europeu e o Mar Interior. Climaticamente temperado e dedicado à agricultura e à pecuária, este é um mundo vinculado sobretudo à terra, povoado por gente camponesa e guerreira, federada em um pacto de aliança, tendo Roma no centro, futuro poder hegemônico da península itálica.

Derrotada Siracusa e os exércitos gregos de Pirro, que vieram ao resgate, Roma e Cartago enfrentam-se em um confronto secular, complexo e definitivo, o que conferirá a Roma a supremacia total sobre o Mediterrâneo. No ano em que Cartago é destruída, o exército romano vence Corinto, negando qualquer desejo de autonomia política ao mundo grego. A guerra contínua e o imperialismo de Roma aplacam-se só depois de ter reduzido à obediência todos os povos, do que os vencedores chamarão *Mare Nostrum*.



Derrubando Cartago, Roma confere um golpe fatal a todo o Oriente; ao curvar Corinto, subjuga todo o mundo grego. No entanto, ao impor sua vontade e unidade política ao conjunto das civilizações do Mediterrâneo, Roma não consegue suprimir as diferenças, divergências e conflitos culturais, pelo contrário, ela própria é alcançada e moldada por culturas mais refinadas, vindo da Grécia e do Oriente Médio. Para todo o Mediterrâneo, no entanto, Roma impõe a linguagem superior de sua política e de suas instituições (BRAUDEL, 1985, p.117).

Acontece que, no momento do choque, a civilização mais forte penetra na mais fraca, coloniza-a e instala nela suas posições de comando. A longo prazo, no entanto, a aventura tende ao fracasso: uma civilização madura e estabelecida, de fato, apenas se submete à aparência; em tais situações, tende a adquirir uma maior consciência de si, às vezes atingindo a exasperação, o nacionalismo cultural e até o condicionamento da civilização dominante. Para que, no final de um cativeiro multi-secular, a civilização submissa se encontre igual a si mesma, intacta, como se nada tivesse acontecido (BRAUDEL, 1985, p.113).

Os Bálcãs no Império Romano

A península balcânica ocupa uma posição muito importante na economia dos espaços do império. Sua porção marítima, jônica e egeia, está organizada nas províncias de *Epirus* e *Acaia*, enquanto a costa adriática, libertada da presença de piratas ilírios, é governada através da província de *Dalmatia*.

No entanto, é o interior que concentra a maior atenção estratégica dos romanos, que o acessam pelo noroeste, ultrapassando a base militar de Aquileia e, do sudeste, subindo as províncias da *Macedonia* e da *Thracia*. Aqui, além dos Alpes Dináricos e dos Montes Balcânicos, o curso do Danúbio marca, por quase três mil quilômetros, a fronteira do império, ao longo do qual os romanos investem enormes recursos, humanos e materiais, construindo um imponente sistema de fortificações fluviais, o *Limes*, para proteger os territórios ao sul do Danúbio. *Pannonia* e *Moesia* constituem as províncias da fronteira, bastiões da segurança romana, constantemente fortalecidas no número de legiões e de armados presentes. A centralidade estratégica da área é testemunhada, entre outras coisas, pelo grande número de imperadores, originários dessas regiões em disputa.

A civilização romana fala latim e move-se ao longo de estradas, pontes e aquedutos, com os quais provê a infra-estrutura para as terras que debruçam-se sobre o “seu” mar, exportando seu modelo e assimilando, ao mesmo tempo, as populações e as civilizações subjogadas. Trata-se de um processo tão profundo que, durante séculos, após o fim do império, esses povos continuarão a se definir como “romanos”. Desta forma, a civilização nascida nas margens do Tibre projeta-se no tempo como base da civilização ocidental.

À navegação jônica, de costume grego, Roma responde com a construção da *Via Egnatia*, futuro eixo de comunicação com o Oriente. Projetada como uma continuação da *Via Appia*, do outro lado do Adriático, a estrada penetra os Alpes Dinaricos, a altura do *Epirus*, até chegar a Pella e Salónica, na província de *Macedonia*. Na era imperial, a estrada é prologada até Constantinopla, adquirindo um extraordinário peso econômico e cultural. Seu traçado marca uma importante fronteira linguística: ao sul, durante séculos, fala-se grego, enquanto, ao norte, o latim começa a se impor.



Mapa 17 - Via Egnatia

Na época medieval, a *Via Egnatia* desempenhará um importante papel estratégico na propagação do cristianismo nos Bálcãs, e mais tarde, no início do segundo milênio, será recorrida pelos exércitos dos cruzados de Roberto da Normandia, chegado por mar da *Puglia*, e de Raimondo de Toulouse, chegado por terra da Dalmácia, ambos viajando - através dos Bálcãs - até a Terra Santa. Esta importante rota romana também representará o eixo terrestre, ao longo do qual se desenvolverão as trocas comerciais entre o Império Bizantino e o Ocidente.

Mais significativas, do ponto de vista militar, são as duas artérias de comunicação, que desde os Alpes Julianos, descem para leste, ao longo dos vales dos rios Drava e Sava, alcançando o Danúbio, em *Sirmium* (Mitrovitza) e em *Singidunum* (Belgrado). A via que margeia o Danúbio, que somada àquela que margeia o Reno, totaliza 27.000 km de fronteira, do Mar do Norte ao Mar Negro, procede de *Vindobona* (Viena) *Aquincum* (Budapeste) e continua pelas planícies valaquianas, até o delta do rio.

Desde *Sirmium*, ao longo do *Limes Danubiano*, outra importante via de comunicação move-se em direção ao sul grego, bifurcando, a altura *Naissus* (Nis), em duas seções: a primeira, penetrando os montes balcânicos, no sentido sudeste, aponta para Bizâncio, passando por *Serdica* (Sofia) e *Philippopolis* (Plovdiv); a outra, subindo o curso do rio Morava, em direção sul, dirige-se para *Scupi* (Skopie) e *Heraclea* (Bitola), onde encontra a *Via Egnatia*, em uma importante encruzilhada.

Na época imperial, a organização política e administrativa da península balcânica, dentro da mais ampla estrutura do império, evolui em função de duas variáveis-chave: por um lado, a ameaça externa e a pressão sobre as fronteiras, *in primis* ao longo do Danúbio; por outro lado, a instabilidade interna, devido à fraqueza da autoridade política, diante do poder excessivo do exército²². Diocleciano, um duro soldado ilírio, no final do século III d C., consegue resolver uma longa fase de anarquia, centralizando o poder político, recuperando o controle das legiões e fortalecendo as posições militares no Danúbio. A estrutura territorial do império é redefinida em um esquema tetrárquico, articulado em quatro grandes áreas territoriais. Roma desaparece da geografia do poder e, com ela, o Senado, como autoridade política. *Nicomedia* e *Sirmium*, no Oriente, *Mediolanum* e *Treveri*, no Ocidente, são as novas capitais de um império autocrático e militar, que se reposiciona, aproximando o eixo do poder às fronteiras sensíveis.

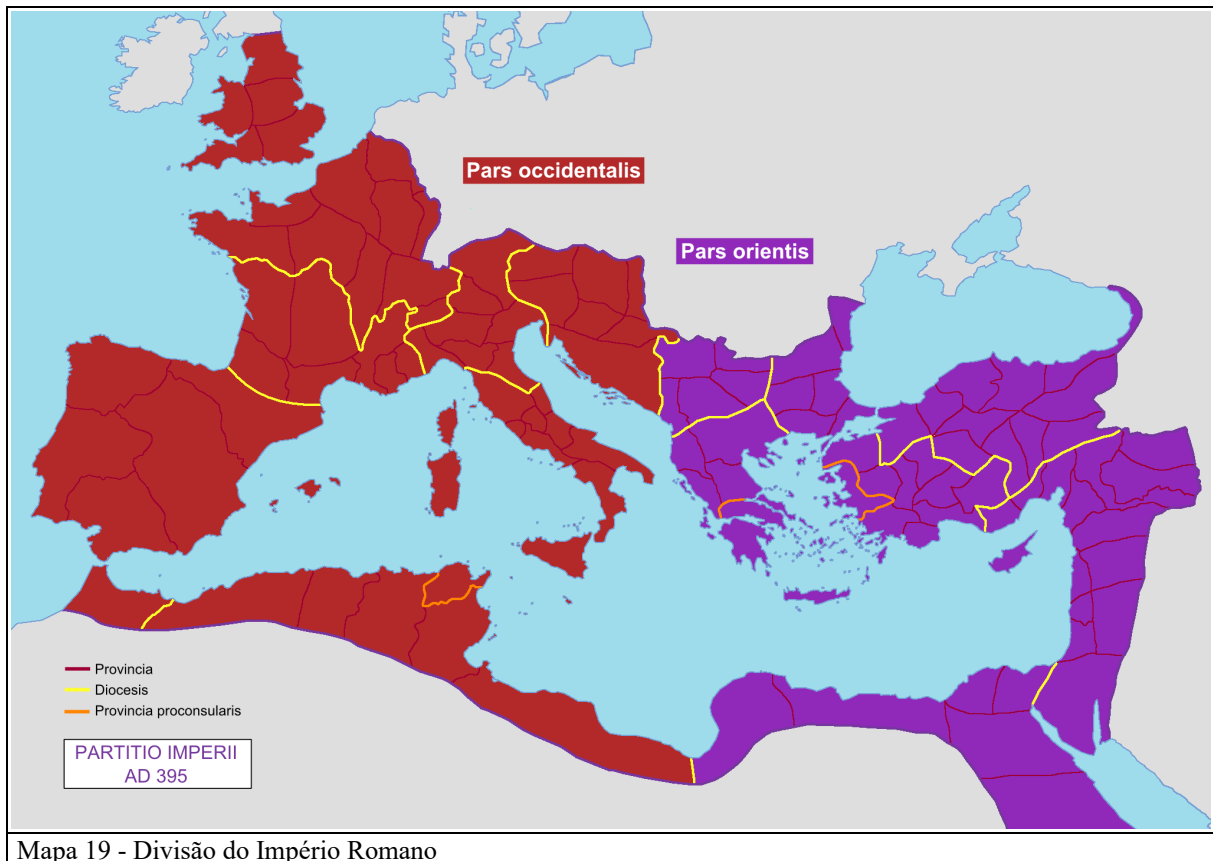
Administrada por um *Cesar*, subordinado a um *Augusto*, a península balcânica constitui um dos quatro corpos unitários que compõem a Tetrarquia. Subdividida em três dioceses (*Pannonia*, *Moesia*, *Thracia*), a região gravita ao redor de *Sirmium*, baricentro imperial no Danúbio. O novo sistema de governo se revela efetivo, em termos de estabilidade política e defesa das fronteiras, mas não conseguirá superar a prova da sucessão.

²² REDDÉ, 1986.



Ao final do século IV, após as experiências centralizadoras de Constantino e Teodósio, o império volta a se descentralizar. No novo sistema organizacional, no entanto, a fronteira administrativa que divide *Pars Orientis* e *Pars Occidentis* já não passa a oeste de uma península balcânica administrativamente unida, com a capital *Sirmium*, como foi no esquema tetrárquico de Diocleciano. Desta vez, a fronteira entre os impérios de Honório e Arcádio, move-se mais para leste, seguindo – entre as montanhas - o curso do rio Drina e quebrando, de norte a sul, os Balcãs em duas partes: a oeste, o mundo latino ou latinizado, órfão de Roma, projetado, por terra, dos Alpes ao meio Danúbio e, pelo mar, de Ravena ao Adriático inferior; do outro lado, a leste, o mundo grego, do Jônico ao Egeu, até o baixo Danúbio, com um centro de gravidade em Constantinopla, a nova capital do império.

A conjuntura política da divisão administrativa do império combina-se assim com uma oposição mais antiga, de tipo antropológico, entre povos de planície e mundos de montanha, transformando a barreira natural das alturas, que contém a bacia do Drina, em uma barreira complexa, que contribuirá na conversão de regiões próximas em mundos balcânicos divergentes.



Do Ocidente ao Oriente

Nem mesmo a nova capital representa mais, o que foi a *Nicomedia* de Diocleciano: uma cidade do Oriente romanizado, eleita como nova capital do império, pela proximidade com as fronteiras do Danúbio e do Eufrates. Constantinopla, em vez disso, surge como novo centro político e ideológico de um império, que torna-se cristão. No momento do colapso dos valores sociais e culturais da tradição romana, esgotada pela crise do século III, Constantino intui a oportunidade de se associar com o novo Deus vencedor cristão, como estratégia para construir uma nova coesão social e uma nova classe dominante.

O Mediterrâneo de Constantino é um mar ainda pagão, onde miríades de cultos orientais interagem com oráculos gregos e divindades romanas, em um pluralismo religioso, no qual o cristianismo começa a abrir caminho. Por vários lados, no entanto, afirma-se uma tendência a hierarquizar o mundo dos deuses, submetendo-os ao comando de um deus supremo. Sobre o politeísmo tradicional, de tipo horizontal, enxerta-se uma dimensão vertical, caracterizada por uma representação unitária e universalista do divino.

É um conceito elitista, desprovido de evidências rituais, fruto da reflexão de intelectuais e filósofos. Isso explica o escasso sucesso entre as massas, em comparação com o desafio lançado pelo monoteísmo cristão, fundado no amor ao próximo e na assistência aos últimos. Constantino aplica a mentalidade organizacional romana à nova religião cristã, em um articulado esforço de perpetuação do império, numa era de desconstrução social. Através da experiência dos concílios, promove uma teologia e uma hierarquia eclesiástica à imagem da estrutura administrativa romana. Constantinopla, síntese do mundo antigo e continuação do império, é moldada pela religião cristã e impõe-se como novo centro, de um novo império, com um novo deus.

Construída num lugar inexpugnável, entre Ásia e Europa, unindo posição estratégica e força imperial, Constantinopla está no centro do setor oriental do império, o mais rico e populoso do mundo romanizado, com ampla difusão de comércio e uma densa rede de centros urbanos. Como Troia, a cidade controla o comércio entre o Mar Negro e o Egeu e intercepta a chegada do Oriente das caravanas, que transitam pela antiga Estrada da Seda. Finalmente, os muros monumentais, construídos por Teodósio II, protegerão nos séculos a cidade dos ataques de hunos, avaros, árabes, russos e búlgaros, garantindo outros mil anos de vida ao império, até o aparecimento dos canhões e da pólvora.

A revolução constantiniana, salva, portanto, o império no oriente, mas condena o setor ocidental ao progressivo enfraquecimento, até o colapso da autoridade política e militar romana, a favor dos reinos bárbaros. Os desenvolvimentos no Reno bem descrevem a complexidade de uma situação, na qual os povos germânicos encontram-se ao mesmo tempo atacando e defendendo as fronteiras ocidentais do império. De fato, por um lado, eles são um precioso recurso para o mundo romano, que tende a integrá-los, usando-os para colonizar áreas agrícolas fronteiriças e ampliar as fileiras do exército; por outro lado, no entanto, na dramática contingência do impulso dos Hunos desde o Oriente, eles exercem uma enorme pressão sobre o *Limes* romano, até determinar seu colapso. O último imperador oriental de língua materna latina, Justiniano, no século VI d. C. lançará várias iniciativas militares para restaurar o império, no entanto, desde o século VII, devido ao aumento da pressão sobre as fronteiras do Danúbio, nos Bálcãs, e do Eufrates, no oriente, Constantinopla perderá o interesse nos territórios ocidentais.

O papa em Roma

No contexto da desintegração política e da desenfreada insegurança, a população de Roma reúne-se em torno da figura do bispo²³, último “oficial imperial”²⁴ sobrevivente na cidade. Por ocasião do avanço em direção a Roma de Atila, rei dos hunos, o papa Leão I encontra-se no comando da delegação imperial, com o objetivo de dissuadir o bárbaro de prosseguir na cidade, após a destruição de Aquileia²⁵. O episódio, envolvido na lenda, contribuirá para a popularidade do bispo de Roma e para a afirmação do papa como guia carismático do Ocidente cristão.

Até Constantino, a Cristandade reconhecia o primado às sedes de Roma, Alexandria, Jerusalém e Antioquia, enquanto ligadas ao ministério de Pedro. Com a afirmação de Constantinopla, entre os bispos de Roma e a sede episcopal da Nova Roma, promovida por Constantino ao *status* de Patriarcado, surge uma inevitável competição. No contexto dessa contraposição, as comunidades difundidas na Europa Ocidental e no Norte da África farão referencia a Roma, formando a chamada “igreja latina”, oposta à chamada “igreja grega”, com centro em Constantinopla, formada por cristãos do Oriente.

A partir do século VIII, acabado o domínio bizantino na península italiana, os bispos de Roma começam a gozar de maior autonomia jurisdicional e assumem o papel de administradores da propriedade fundiária da igreja, gradualmente expandidas através das doações territoriais dos soberanos lombardos e francos. Graças a complexas interações políticas com os carolíngios, os papas conseguem, por um lado, justificar e consolidar seu domínio temporal; por outro, impor a sua titularidade exclusiva sobre a legitimidade do poder imperial. O programa político, subjacente à aliança entre a autoridade responsável pelo governo da Cristandade em matéria de fé, e a máxima autoridade política do Ocidente, não tardará em provocar a ruptura entre o Ocidente romano-germânico e o Oriente grego-bizantino.

²³ “Só se atinge, pois, uma civilização no tempo longo, na longa duração, apreendendo um fio que não se pára de desenrolar; de fato, aquilo que, no curso de uma história tumultuosa, muitas vezes tempestuosa, um grupo de homens terá conservado ou transmitido, de geração a geração, como seu bem mais precioso” (BRAUDEL, 1989, p. 54).

²⁴ Com o Édito de Tessalônica, o cristianismo torna-se religião oficial e ao bispo de Roma é reconhecido um papel formal na administração imperial.

²⁵ A fuga para a lagoa dos habitantes de Aquileia está na origem da fundação de Veneza.

A Evangelização dos Bálcãs

Nesta fase, os bizantinos, que continuam a se dizer “romanos”, apesar da língua grega, completam a helenização do império, tornando o grego idioma oficial e resgatando as raízes culturais da Grécia clássica. Entre o final do século IX e o início do século XI, os imperadores de descendência macedônica lideraram uma nova fase de expansão territorial do império, trazendo de volta seu antigo esplendor, político, econômico e cultural. Do ponto de vista territorial, com Basílio II, os bizantinos reconquistam os Bálcãs aos búlgaros e completam o processo de evangelização dos povos eslavos, instalados a partir do século VII na península balcânica.

Constantinopla, nesta fase, desenvolve uma verdadeira política de evangelização dos povos que aparecem no Danúbio, provenientes das estepes asiáticas. Tanto o Império Bizantino quanto a igreja grega comprometem-se profundamente nesta obra de diplomacia missionária, que envolve desde o sul as populações instaladas na Europa central e oriental.

Cirilo e Metódio, no final do século IX, dotam de escritura a língua dos povos eslavos, inventando, do grego, o cirílico, um novo alfabeto, capaz de expressar as sonoridades específicas das línguas eslavas, tornando acessíveis aos novos povos balcânico as sacra-escrituras. Desta forma, doando um preciosíssimo instrumento cultural, como a escrita, através do qual o Evangelho é traduzido e anunciado em língua eslava, Constantinopla consegue atrair quase toda a região ao sul do Danúbio para dentro de sua órbita cultural, cristianizando sérvios e búlgaros, a partir de modelos culturais bizantinos.

Também o Mar Negro, ao leste dos Bálcãs, oferece possibilidades extraordinárias de difusão da fé cristã, conectando os Estreitos com a costa norte do mesmo mar, onde desembocam importantes rios russos. Na época do primeiro Império Russo, entre os séculos XII e XV, o Principado de Kiev, fundado na mais meridional das cidades históricas sobre o rio Dnieper, mantém contatos regulares com Constantinopla, de cujo patriarcado partem legiões de evangelizadores, que, através do Mar Negro sobem o rio Dnieper, contribuindo para a conversão dos eslavos à ortodoxia. Desta forma, a influência da igreja grega estende-se para o norte, evangelizando moravianos e russos.

Seguindo a mesma linha, após a queda de Constantinopla, os cristãos do oriente, fugindo dos turcos, encontrarão refúgio em Moscou, para onde levarão conhecimentos políticos, militares e administrativos, cruciais para a construção de um novo império, lançando assim as bases para o nascimento da Terceira Roma.

No âmbito da campanha de evangelização do mundo balcânico, a iniciativa grego-bizantina entra imediatamente em competição com um movimento igual e contrário, que visa cristianizar a região, mas a partir de um centro de civilização alternativo, Roma, coração da universo latino. O seu impulso evangelizador desce desde o norte das planícies panônicas e da costa adriática, convertendo eslovenos e croatas ao catolicismo, até se esgotar nas encostas das montanhas, no coração dos Bálcãs.

Efetivamente - como observa Braudel - a casa latina é a casa das planícies, enquanto as montanhas, paraíso de dissidências religiosas, confirmam-se como espaços quase impermeáveis as infiltrações religiosas (BRAUDEL, 1982, Vol. 1, p. 30). Vai assim se delineando uma geografia da difusão dos processos de evangelização: capazes de se alargar de forma notável em sentido horizontal, são impotentes diante de um obstáculo de algumas centenas de metros, em sentido vertical. As montanhas acabam então por, representar um fiel divisor de águas entre as opostas correntes evangelizadoras, que atravessam os Bálcãs.

A península balcânica, se vê, então, entre dois fogos, e os eslavos do sul são conduzidos no horizonte cristão pela ação contraposta de dois centros civilizadores rivais, Roma e Constantinopla; conseqüentemente também as idéias religiosas, os projetos políticos, a percepção do direito e as expressões artísticas, típicas desses povos, tomarão caminhos evolutivos divergentes.

Também neste caso, assim como para a divisão administrativa entre *Pars Orientis* e *Pars Occidentis* do império, a fratura interconfessional solda-se sobre uma pré-existente oposição antropológica entre planícies e montanhas, reservando ao mundo latino católico, as planícies panônicas e a costa adriática, enquanto ao universo grego ortodoxo, as planícies tráicas e as costas jônicas, egeias e do Mar Negro. Entre eles, uma ampla espessura montanhosa, destinada a ser repetidamente conquistada e reconquistada espiritualmente.

A revolução islâmica

Como explica Braudel, uma civilização afunda suas raízes num passado muito remoto (BRAUDEL, 1985, p. 107); ela, na verdade, representa uma continuidade, que muda ao longo do tempo e absorve os valores antigos, que sobrevivem através dela, continuando a constituir sua substância. Assim, na transição da Antiguidade para a Idade Média, o mundo grego e o mundo romano renovam a secular rivalidade, encontrando-se em lados opostos na disputa interconfessional entre igreja grega ortodoxa e igreja latina católica. A irreduzibilidade dos espaços desponta, arrancando a tela dos grandes projetos, que – desde o império romano até a fé cristã – tentam unificar o Mediterrâneo, além de suas específicas particularidades.

Enquanto ao longo da margem setentrional do Mar Interior, Roma e Constantinopla disputam o primado da Cristandade, em termos de proximidade com Deus e de fiéis pagantes, desafiando-se em questões teológicas e medindo forças em campanhas de evangelização, o outro grande espaço mediterrâneo, ao longo da costa sahariana do Mar Interior, do Oriente Médio até o Atlântico, está prestes a vivenciar um grande despertar, o que contribuirá para transformar definitivamente a face do Mediterrâneo.

Ao longo das rotas caravaneiras de Meca e Medina, uma nova revelação divina agita, divide, contrasta e, finalmente, une as tribos árabes, desde as oásis do deserto até as cidades costeiras. O anúncio do profeta Muhammad, de uma nova religião baseada no culto exclusivo de um deus, único e indivisível, abre ao monoteísmo os espaços pagãos, entre os desertos e o Mar Interior, fundindo sincreticamente costumes árabes, tradições cristão-siríacas e práticas judaicas.

Muhammad consegue tornar os árabes uma nação, superando a fragmentação política das tribos beduínas e fundando um estado teocrático. Com sua morte, os califas dão início a uma rápida expansão, aproveitando-se das fraquezas de bizantinos e persas, arruinados por décadas de guerra. Entre os séculos VII e IX, unificam a Arábia, conquistam a Pérsia, o Oriente Próximo, o Magrebe, a península ibérica e a Sicília, chegando a saquear a Borgonha e a cidade de Roma. O Mediterrâneo torna-se um “lago muçulmano”, infestado por piratas sarracenos e transitado por mercadores levantinos.



O objetivo da expansão muçulmana é a subjugação de territórios nas mãos dos infiéis e não a islamização dos habitantes desses territórios²⁶. A conversão ao Islã, por outro lado, ocorre na tentativa cada vez mais generalizada entre as populações conquistadas de se tornar parte, sem reserva, de uma sociedade triunfante e vitoriosa. Como resultado, os muçulmanos, minoritários no Mediterrâneo no momento da conquista, tornam-se maioria, com o passar do tempo, nos territórios ocupados por eles.

Paralelamente à expansão religiosa, há uma forte floração cultural. A língua árabe, veículo da religião, torna-se meio de uma nova civilização, com caracteres originais inspirados pela cultura árabe, mas também pelas tradições dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo. Com Braudel, de fato, pode-se dizer que a civilização árabe, por um lado, irrompe dos desertos nas costas do Mar Interior, com o deslumbrante ritmo de conquista dos nômades beduínos; por outro, coleta e re-lança o patrimônio cultural do mundo púnico, com respeito ao qual constitui uma continuidade. Uma civilização, de fato, não é apenas uma religião, embora este seja o centro de qualquer sistema cultural, mas sobretudo uma arte de viver, a reprodução de milhares de atitudes. Novamente, como nos tempo de Carthago, o Mediterrâneo é recorrido, desde as costas ibéricas até o Médio Oriente, por mercadores que movem-se em um mundo que entendem e conhecem.

²⁶ MANTRAN apud BRAUDEL, 1989, p. 23.

As civilizações do Mediterrâneo na Idade Média

Com o avanço do Islã, entre os séculos VII e IX d. C., e a ruptura entre a igreja latina e grega, sancionada pelo Cisma de 1054 d. C., estão presentes quase todos os elementos, para tentar definir um mapa das continuidades culturais do Mar Interior.

O primeiro espaço considerado por Braudel, é constituído pelo pólo europeu, de clima temperado e relevos florestados, que se estendem ao longo da margem norte do Mar Interior. Nesses espaços, na Antiguidade, estabelece-se a civilização romana, da qual surge um império que unifica todo o Mediterrâneo. Quando o império torna-se cristão e move para outro lugar seu centro político, em torno da autoridade espiritual do bispo de Roma, sedimentar-se-à um novo poder, também temporal, que retoma e ressignifica as estruturas do império implodido, para dar vida na Idade Média, ao universo latino da igreja católica romana, da qual o Ocidente será a continuação. Sua extensão atinge o Atlântico, o Reno e o Danúbio, marcando as fronteiras da Europa Ocidental.

O segundo espaço é representado pelo pólo desértico, debruçado sobre a margem sul do Mar Interior. A partir dessas costas áridas, na Antiguidade, florescem as civilizações fenícia e depois púnica, antenas marítimas do Oriente Próximo, posteriormente submissas a Roma. Enquanto o Mediterrâneo se cristianiza e a concorrência entre a igreja latina e a grega se intensifica, dos desertos da Arábia, um novo monoteísmo será revelado, conquistando a fio de espada as latitudes que unem Marrocos e Indonésia. Este “outro” mediterrâneo, prolongado por desertos e inspirado pelo Alcorão, tende a coincidir com o Oriente Próximo, mas Braudel prefere chamá-lo de Contra-Ocidente (BRAUDEL, 1985, p. 106).

Em posição intermediária, e às vezes ambígua, entre os dois, eis o terceiro espaço, composto pelo pólo marítimo, articulado entre as costas do mar Egeu. Nessas terras, dispersas e ligadas pelo mar, toma forma a civilização grega, a vanguarda cultural da Antiguidade. Renovada em chave cristã, com a fundação de Constantinopla, torna-se o berço do universo grego da igreja ortodoxa bizantina. A sua extensão inclui a Grécia, parte da península balcânica, as planícies danubiano-carpáticas, até a exterminada Rússia, onde se elevará a Terceira Roma, futuro pólo de irradiação da ortodoxia.

De acordo com Braudel, as civilizações enraízam-se em espaços determinados, com fronteiras conhecidas, a partir das quais é possível distinguir entre guerras “internas”, entre atores políticos pertencentes à mesma civilização, e guerras “externas”, entre universos civilizadores hostis. Ao longo dos anos, em função da conjuntura material, os centros de gravidade e as linhas de ação se deslocam, alternando guerras “externas” com guerras “internas”, numa história bélica que, de Gibraltar à Síria, pulsa ao mesmo ritmo (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 172).

No final do primeiro milênio, o espaço europeu e mediterrâneo caracteriza-se por uma enorme pressão sobre as fronteiras, originada por séculos de expansão muçulmana na margem sul do Mar Interior, pelas invasões dos vikings do norte e pelos magiares do leste. No seu interior, o elevado grau de fragmentação da autoridade política territorial atinge a escala mínima do castelo feudal. Com o novo milênio, no entanto, dois processos mudam a situação. Do ponto de vista militar, os primeiros séculos são atravessados por um poderoso movimento ofensivo contra os não-cristãos, visando retomar o controle das rotas comerciais para o Oriente. Paralelamente, do ponto de vista econômico, uma fase de recuperação excepcional da vida social e econômica segue a ofensiva militar, enquanto as cidades voltam a florescer e reaparecem as moedas.

Entre os vários fatores que contribuem para a recuperação, a iniciativa de guerra contra os não-cristãos desempenha um papel fundamental. Seu efeito expansivo sobre a economia não depende unicamente dos resultados da conquista. Se, de um lado, de fato, uma campanha militar, mobilizando recursos para a guerra, induz a necessidade de reprodução material em maior escala, por outro, em caso de vitória, oferece a possibilidade de saquear as riquezas do inimigo, mas acima de tudo, de conquistar posições privilegiadas de tipo monopolístico ao longo dos circuitos comerciais. Desta forma, a guerra se torna o instrumento central para a acumulação acelerada de riquezas.

Roma e o universo latino são a liderança política e moral do movimento de reconquista do Mediterrâneo, também graças à enorme concentração de recursos fundiários e mobiliários, coletados como doações na época das invasões bárbaras. A seu favor, a especialíssima capacidade de impor impostos, os dízimos, a todos os povos da Cristandade, mesmo - e acima de tudo - fora das fronteiras políticas de seu território.

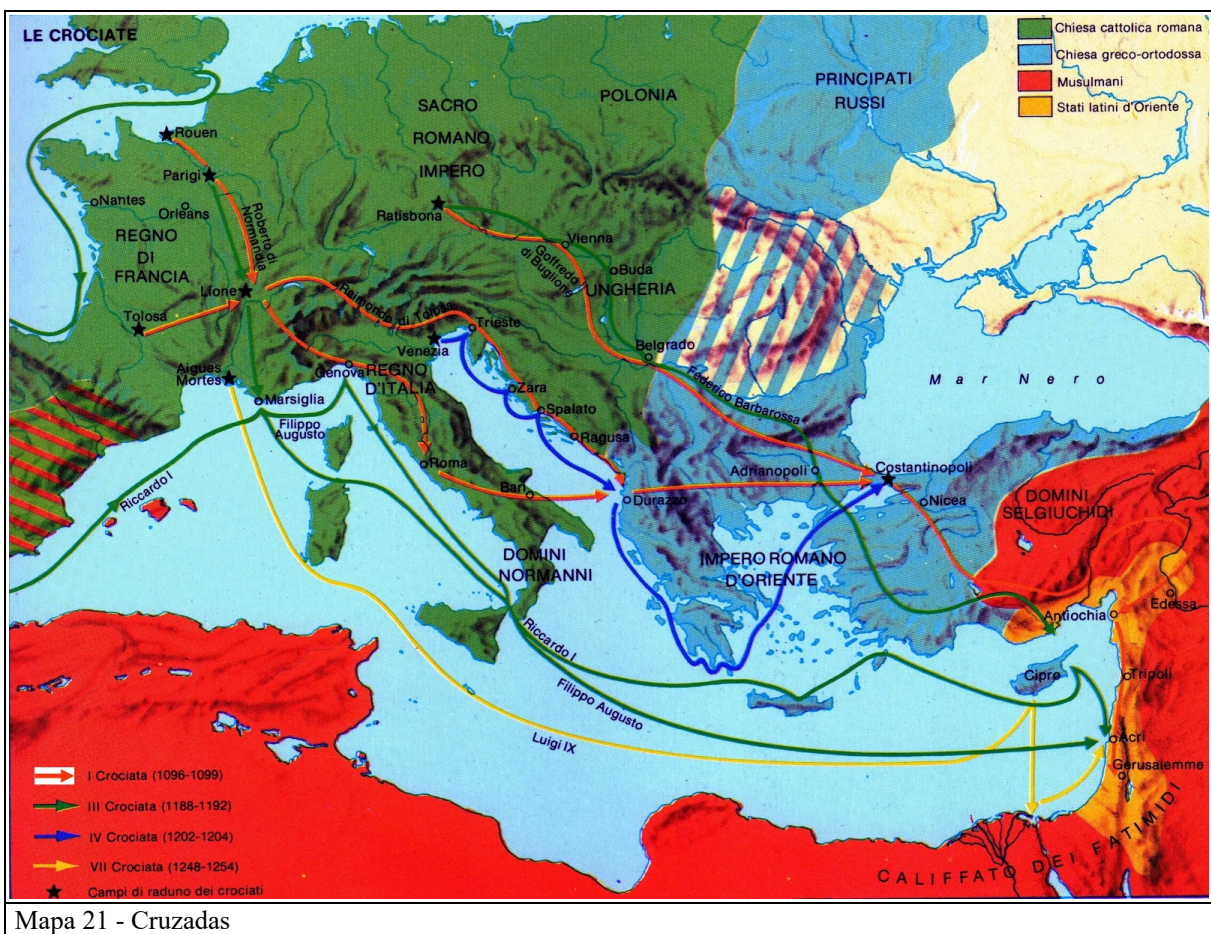
Aos olhos do papa, o Islã se apresenta como o grande inimigo da Cristandade, se expandindo no Mediterrâneo. A ruptura da unidade política islâmica, no entanto, favorece a retomada cristã. Após a vitória sobre os magiares em Lech em 955 d. C., desde várias partes são lançadas iniciativas visando libertar terras e mares caídos sob o controle dos sarracenos, desde a *reconquista* das terras ibéricas e da Sicília, até a reabertura do Mediterrâneo.

Um papel fundamental, na obra de legitimação moral da reconquista do Mediterrâneo e da libertação do Santo Sepulcro, é desempenhado pelos clérigos: monges e bispos representam a classe intelectual da época e, sendo freqüentemente os irmãos menores dos senhores-cavaleiros, observam de uma perspectiva privilegiada, a violência inerente a um sistema politicamente tão fragmentado, como o medieval. A aposta é canalizar essa força contra o inimigo externo, o muçulmano. A iniciativa é apoiada pela rede dos mosteiros cristãos, que contribuem para o apoio econômico da empresa. À legitimação moral e ao apoio da igreja católica, acrescenta-se um crescimento demográfico, muito além das possibilidades de reprodução material da sociedade da época, que impõe a busca de saídas econômicas e territoriais, onde colocar uma população em aumento e uma nobreza sobredimensionada, em relação as terras disponíveis.

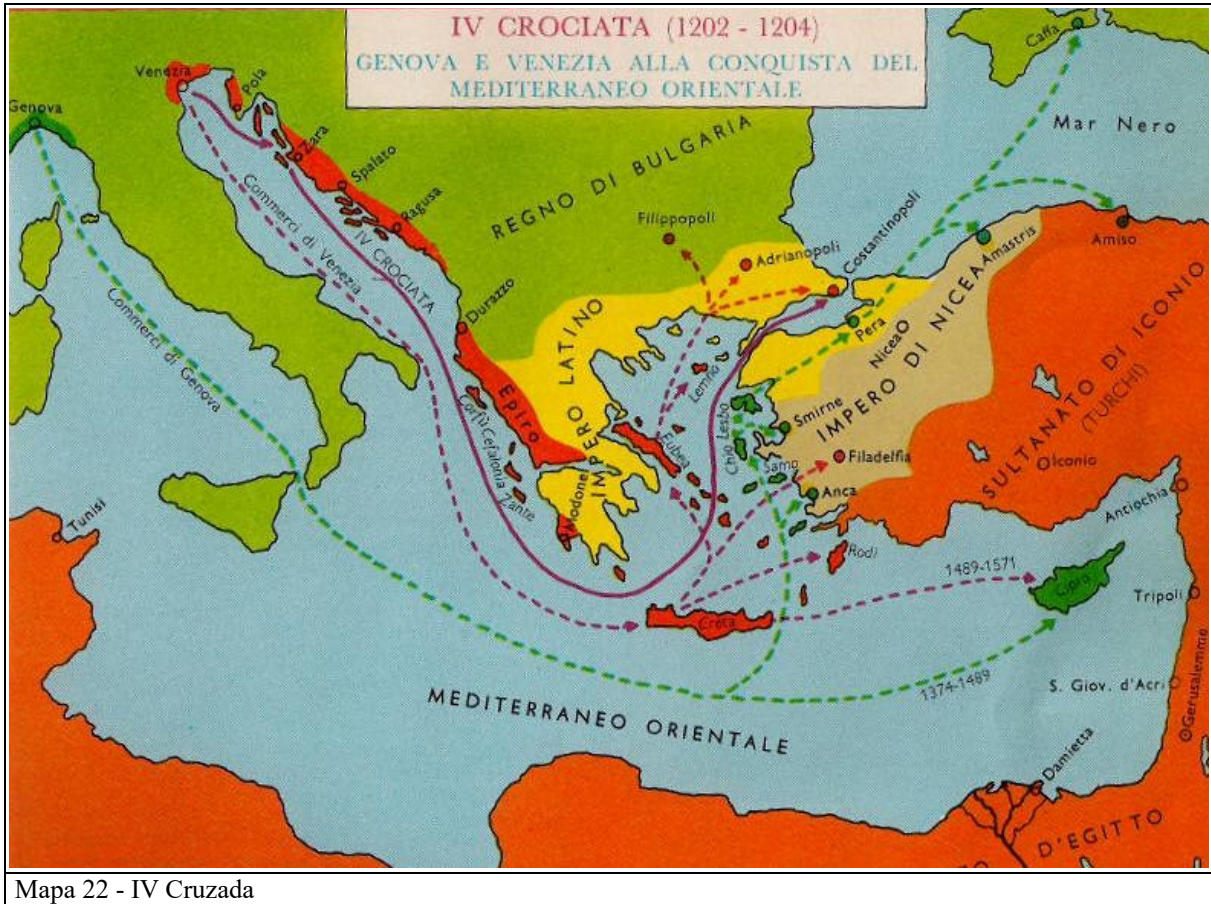
Se a direção das operações está firmemente nas mãos da igreja católica, diferentes são os atores políticos na linha da frente, distribuídos ao longo dos quadrantes da costa norte do Mediterrâneo. Os reinos de Portugal, Leão, Castela, Navarra e Aragão atacam os mouros na frente ibérica, a partir da fragmentação do califado de Córdoba. As frotas das repúblicas marítimas de Pisa e Gênova destroem as bases sarracenas na Córsega e na Sardenha, libertando o mar Tirreno das incursões por piratas sarracenos. Os normandos conquistam dos árabes a Sicília. A frota da República de Veneza liquida as bases dos piratas dálmatas e, com o apoio do Império Bizantino, quebra o bloqueio sarraceno, e depois normando sobre Otranto, libertando o mar Adriático.

Tudo isso cria as condições para um ataque cristão no Oriente Médio: as cruzadas. Embora a empresa não possa, se não temporariamente, libertar os lugares sagrados da presença islâmica, as cruzadas centram o objetivo de garantir aos europeus o monopólio do tráfego de longa distância do Oriente, através do Bósforo, da Síria e do Nilo, em direção a Gibraltar.

Em posição ambígua, quase equidistante no choque entre Cristandade e Islã, a Segunda Roma, grega, ortodoxa e bizantina, não sofre só a pressão militar muçulmana sobre as fronteiras do sudeste. Também as fronteiras tributárias de sua igreja são questionadas pelas agressivas políticas pontificias no sul da Itália e nos Bálcãs. Uma Cristandade dividida, então, enfrenta o inimigo islâmico: os latinos apontam para Jerusalém, enquanto os muçulmanos para Constantinopla. Prioridade absoluta para as cidades italianas, o acesso exclusivo aos circuitos comerciais asiáticos, que encontram no Oriente Médio o ponto de contato com as rotas mediterrâneas e os mercados europeus.



Em torno desse monopólio, do século XIII, desencadeia-se uma guerra entre Gênova e Veneza. A invasão mongol e a retomada do Saladino fecham os acessos ao Golfo Pérsico e ao Mar Vermelho, deixando à competição entre as republicas marítimas, só o acesso, por Constantinopla, às rotas da Ásia Central. Não é suficiente para as ambições de acumulação acelerada das cidades italianas. Os interesses de Veneza convergem com os do papado, de atacar seu rival no universo da Cristandade, assim as galeras da IV cruzada desviam para o Bósforo e a expedição resolve-se na conquista latina de Constantinopla.



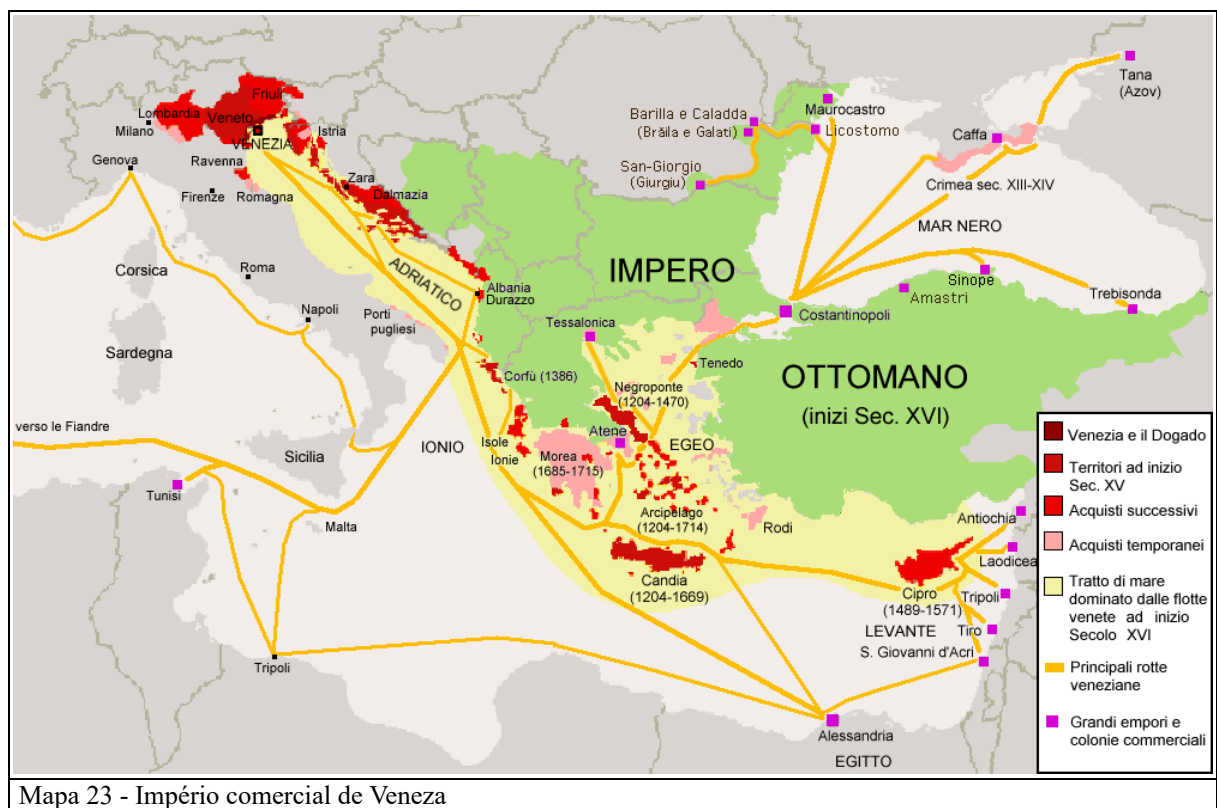
Mapa 22 - IV Cruzada

A guerra entre Gênova e Veneza reordena as relações de poder entre os atores políticos do Mar Interior: então, no Mediterrâneo oriental, Gênova alia-se alternadamente com bizantinos e otomanos, em função anti-veneziana, enquanto nas costas ilírias, apoia os húngaros, que pretendem disputar a hegemonia adriática da Serenissima; por sua vez, Veneza, no Ocidente, alia-se aos aragoneses, para enfraquecer o domínio de Gênova.

Veneza, estrategicamente colocada no ponto de encontro entre as rotas marítimas e continentais, que unem a Europa central com o Adriático e o Levante, define uma estratégia que visa a construção de posições privilegiadas, no limite monopólios ou acordos de exclusividade, ao longo dos fluxos de comércio de longa distância, impondo Rialto, como praça exclusiva para as trocas. Por esta razão, desenvolve uma estrutura de poder naval, articulada em *check-points* estratégicos e bases em sequência, que garantem com a força a exclusividade da ação de seus mercadores. Assim, as ilhas dálmatas, as ilhas jônicas e, em seguida, Creta até Chipre, formam uma frota imóvel, capaz de controlar todos os movimentos no mar, do Adriático até as costas da Síria.

A conquista otomana

Enquanto Gênova e Veneza disputam, entre o Bósforo e o Egeu, o controle exclusivo dos comércios com o Oriente, aproveitando-se da fraqueza bizantina, os turcos otomanos ocupam progressivamente o interior balcânico. A partir da segunda metade do século XIV, uma forte corrente migratória desde a Anatólia leva à turquização da Trácia e da Bulgária Oriental. Naquela época, o pequeno estado otomano é considerado ferramenta útil no complexo jogo político-militar, conduzido pelos principados balcânicos.

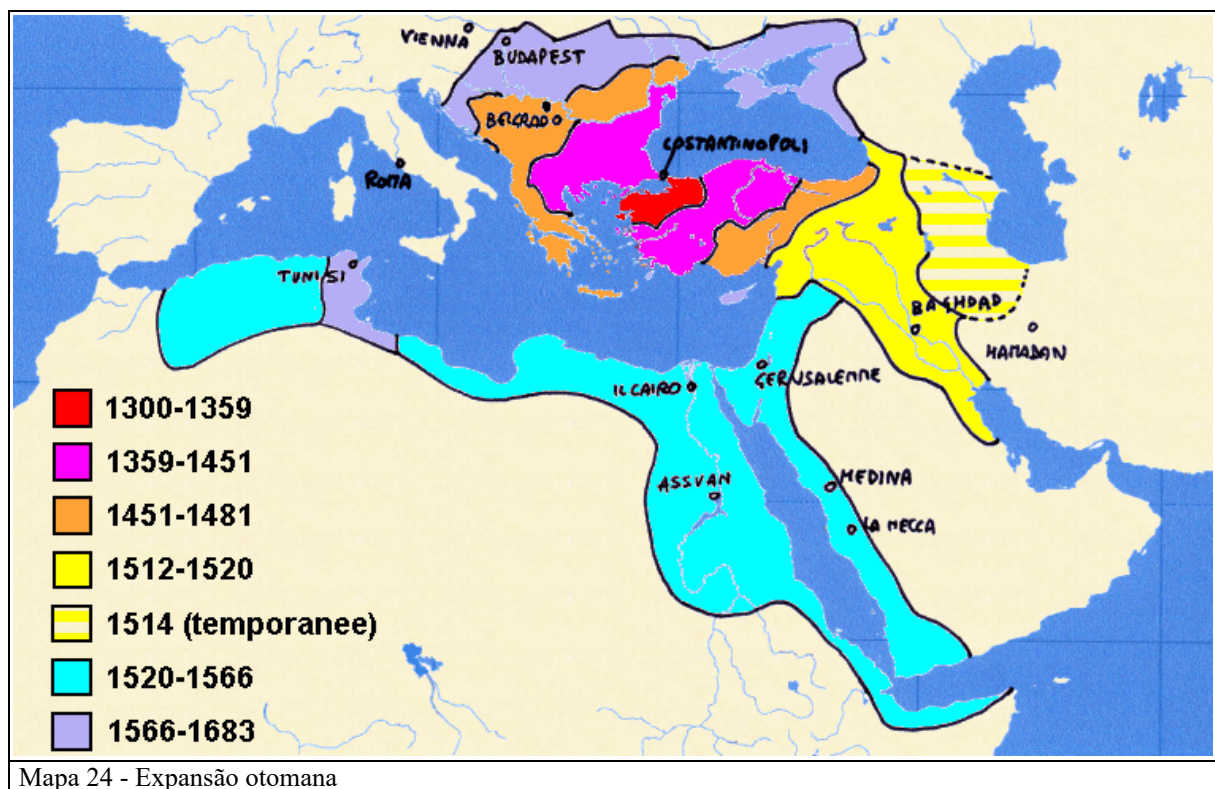


O estado turco na Ásia Menor é formado por populações nômades de etnia turcomana, provenientes das estepes da Ásia Central e governadas por uma aristocracia guerreira, dedicada à guerra e ao saqueio. Nos países conquistados, os habitantes são submetidos a uma exploração feudal, da qual beneficiam-se os chefes militares, que formam uma oligarquia de ricos latifundiários.

Com os primeiros dois *khans*, Osman e Orchan, é formado o primeiro exército permanente, composto por infantaria com corpos de cavalaria. Enquanto isso, dos povos subjugados, os turcos aprendem a religião muçulmana e várias técnicas militares.

Sob a liderança de Murad, os turcos começam a conquista dos Bálcãs: desde a cidade de Adrianópolis, nova capital do império, a ocupação otomana se estende até a Sérvia e a Bulgária, para alcançar, mais tarde, a Macedônia e a Tessália. Finalmente, em 1453, Muhammad II conquista Constantinopla, para depois ocupar a Moreia e a Bósnia.

Com a tomada de Constantinopla, o Império Otomano impõe-se como principal potência do sudeste da Europa e do Mediterrâneo oriental. A cidade converte-se no centro multi-étnico de uma nova civilização, que incorpora o legado das tradições turco-mongol, islâmica e bizantina. Entre os séculos XV e XVI, o império conhece um longo período de expansão e prosperidade, graças ao controle das rotas terrestres entre Ásia e Europa.



Desde o século XVI, os Bálcãs experimentam um período excepcional de paz e desenvolvimento, caracterizado pelo cultivo de novas terras, o crescimento demográfico e o nascimento de novos centros urbanos, incluindo Sarajevo e Tirana. A intervenção católica nos Bálcãs, com a extensão da influência húngara na Bósnia, Sérvia e Valáquia, e a dominação de Veneza na Moreia, na Albânia e no Egeu, tinha despertado a hostilidade do clero ortodoxo e da população local.

Os otomanos mostram que sabem se aproveitar da situação, apresentando-se como protetores da fé ortodoxa, reconhecendo os popes e garantindo suas pensões, terras e autonomia, em troca da aceitação da autoridade otomana. Mesmo a maioria da população ortodoxa aceita seu domínio, preferindo-o ao veneziano. Expulsados os latinos, os mercadores locais, muçulmanos, judeus, gregos e ragusanos, são encorajados a substituí-los, com grande sucesso.

A dominação otomana também se reflete nas relações sociais do campo, modificando-as para o benefício dos camponeses. O regime altamente centralizado dos turcos elimina quase completamente os hábitos feudais, impostos pela aristocracia terratenente, nos últimos tempos de fraca dominação bizantina. São cancelados os suprimentos obrigatórios de trabalho e bens, que são substituídos por um simples imposto, rigorosamente aplicado por funcionários diretamente dependentes do sultão. Por este motivo, foi sempre muito escassa, pelo menos até o século XVII, a adesão dos camponeses cristãos à luta anti-otomana, conduzida pelos latifundiários, que, por sua vez, não demorarão a se converter ao Islã, com vista a obter o mesmo tratamento fiscal dos muçulmanos ou a possibilidade de carreira militar ou judicial.

Do ponto de vista demográfico, no século XVI, a população da península dos Bálcãs duplica²⁷, redefinindo-se em termos étnicos e religiosos²⁸. A conquista otomana, de fato, é acompanhada por notáveis migrações: não só de populações de origem anatólica, estabelecidas na Trácia e na Bulgária Oriental, mas também de camponeses católicos, fugindo em frente ao avanço otomano, em direção a Dalmácia e Croácia, e substituídos, nas terras de origem, por novos colonos muçulmanos ou por sérvios ortodoxos, já refugiados de invasões anteriores. O governo otomano incentiva esses movimentos populacionais, com o objetivo de manter densamente povoados os territórios de uma frente em expansão²⁹.

²⁷ Em termos de densidade demográfica, no entanto, não alcança a metade da densidade francesa ou italiana. (FAROQHI et al., 1994).

²⁸ É preciso lembrar que a Sublime Porta nunca gostou as categorias étnicas, portanto nunca falou de sérvios, croatas ou bósnios, mas de grupos religiosos: ortodoxos, católicos ou latinos, judeus.

²⁹ A mesma política, mas em sentido oposto, será implementada mais tarde pelo governo austríaco, nas regiões meridionais da católica Croácia, onde sérvios ortodoxos, fugindo dos turcos, serão acolhidos, com o objetivo de fortificar as regiões cristãs na fronteira com o império otomano.

O número de católicos na região diminui consideravelmente: muitos migram, outros se convertem ao islamismo e à ortodoxia. Na Bósnia, como na Albânia, o fenômeno das conversões à fé muçulmana é particularmente pronunciado. Nas montanhas - escreve Braudel - a civilização é um valor pouco estável (BRAUDEL, 1982, Vol. 1 p. 31). Na verdade, enquanto as planícies da Croácia, da Sérvia, da Bulgária e da Grécia dispõem de igrejas bem enraizadas e organizadas, grandes e ativos mosteiros e de uma forte estrutura episcopal, a Bósnia, enquanto espessura montanhosa, compreendida entre as bacias do Sava (católico) e do Drina (ortodoxo), constitui uma terra de hereges³⁰ e de “sem deus”, onde a penetração da cultura islâmica é facilitada pela rivalidade entre confissões cristãs.

Assim, na península balcânica vão se delineando três espaços culturais fundamentais, entre os quais corre a mais singular fratura mediterrânea, entre o Oriente e o Ocidente:

- no noroeste, um universo eslavo, latinizado e católico, entre o Adriático e o Danúbio;
- no nordeste, um universo eslavo e ortodoxo, entre o Danúbio e o Mar Negro;
- no sul, um universo grego e ortodoxo, entre o Jônico e o Egeu;
- entre eles, íngremes montanhas, refúgio de hereges e convertidos ao Islã.

O avanço do Islã em terras cristãs, já divididas e disputadas entre confissões rivais, é um fator que contribui para aumentar enormemente a complexidade da área dos Bálcãs. Se, por um lado, é legítimo considerar a península como ponto de contato e proximidade entre placas tectônicas culturalmente diferentes, por outro lado, é impossível não entender a escassa integração e integrabilidade dos territórios que a compõem e que a apresentam como uma área de fratura cultural, que tende a assumir o caráter de “falha”. De acordo com Braudel, foi o confronto secular com árabes e otomanos que converteu os europeus ao cristianismo, “desempenhando um papel decisivo na construção da identidade e do próprio conceito de Europa e desenhando, praticamente, suas fronteiras ao sul e ao sudeste, onde se criaram zonas de fratura geopolítica e geocultural, que se estendem até o século XX” (FIORI, 2004a, p. 23). Drina e Danúbio são testemunhas diretas de mundos, que gradualmente se afastam, atraídos por pólos culturais e políticos opostos.

³⁰ Muito presente na Bósnia, a heresia cristã do Bogomilismo, proíbe o consumo de carne de qualquer animal, reduzindo as fazendas de suínos e promovendo indiretamente a propagação do islamismo.

No mar, os latinos, venezianos e genoveses, conseguem defender suas posições por mais tempo, graças à tecnologia e aos meios, por longo tempo, superiores àqueles dos turcos. No entanto, enquanto os otomanos estão se preparando para conquistar o Egeu, ilha por ilha, até a conquista de Chipre e Creta, uma guerra social de baixa intensidade é travada entre “nativos” gregos e aristocracia colonial latina. Mais de uma vez, os marinheiros gregos colaboram na vitória turca, se alistando nos navios do sultão, que, além do engajamento militar, lhes oferece os lucros das viagens ao Mar Negro e ao Egito.

Em um Mediterrâneo que, entre o final do século XIII e o início do século XVII, recalibra progressivamente de leste a oeste os próprios primados, em termos de riqueza da civilização material e da técnica, de força da indústria e do banco, uma nova potência em crescimento desafia a frota otomana, enquanto as cidades italianas têm dificuldade de aguentar o confronto militar e econômico com as nascentes autoridades políticas territoriais, verdadeiras máquinas de guerra.

Trata-se da Espanha, fruto da integração política sob uma única coroa, dos reinos católicos de Aragão, Castela, Leon e Navarra, completada com a conquista do reino de Granada e celebrada com coroação de Carlos V. O mar ocidental torna-se, indiscutivelmente, um mar espanhol, enquanto o Jônico, simetricamente, o mar otomano. No século XVI, os dois mediterrâneos são duas zonas políticas de signo oposto e as grandes lutas marítimas entre a Cristandade espanhola e o Islã otomano insistirão na conjunção dos dois mares.

A Idade Média mediterrânea termina com a batalha de Lepanto, na qual a frota da Liga Santa, composta por galeras venezianas, cheias de infantaria espanhola, às ordens de João da Áustria, consegue bloquear nas águas do mar Jônico o avanço otomano, mas sem apontar para a reconquista de Chipre, recém perdida. É o último ato das cruzadas, guerras “externas” entre universos hostis, lançadas pela política romana contra o inimigo islâmico, para o controle do Mediterrâneo.

Mais Lépante c'est une conclusion. Une éclipse de la croisade s'annonçait depuis longtemps. (...) La raison en est, en partie, la montée de la réaction catholique contre la Réforme, au moins à partir de 1550, un changement de front idéologique. La Chrétienté méditerranéenne renonce à une guerre pour en courir une autre, sa passion religieuse a changé de sens. (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, p. 171).

Durante a Idade Moderna, o Império Otomano conhece uma significativa expansão territorial. Forte do controle dos comércios com o Oriente, dispõe dos recursos para se expandir não só na Europa, onde ultrapassa o Danúbio, mas também no Oriente Médio, Ásia Central e África do Norte.

Especificamente nos Bálcãs, a dominação otomana dura ao redor de cinco séculos, destinados a transformar seu perfil, desde um ponto de vista cultural, bem como político e econômico. Ao longo desta longa parêntesis otomana, é possível distinguir:

- uma primeira fase de expansão, entre os séculos XIV e XVII, na qual o império prospera economicamente, graças ao controle dos fluxos comerciais com o Oriente. Os exércitos turcos propagam-se nos Bálcãs, até o sítio de Viena e a Paz de Karlovitz, com a qual os turcos aceitam a inviolabilidade das fronteiras dos estados soberanos europeus e põem fim à *Jihad* contra os infiéis³¹. Neste período, a península balcânica beneficia-se da integração econômica no sistema imperial otomano, condição que lhe permite valorizar os recursos locais, dentro dum marco de desenvolvimento regional mais amplo, superando as dificuldades estruturais da região, devidas à natureza montanhosa e fragmentada do território.
- uma segunda fase de regressão, entre os séculos XVIII e XX, na qual o império perde o monopólio comercial com o Oriente, afundando em uma séria crise, econômica e administrativa, enquanto rebeliões internas e ataques externos ameaçam sua integridade territorial, até o colapso, no começo do século XX.

Durante o longo período de dominação otomana nos Bálcãs, no nível continental e planetário, chegam a maturidade importantes processos históricos de natureza política e econômica. Eles levam na direção de uma gradual superação do sistema feudal e de uma progressiva perda de força e centralidade do Mediterrâneo.

³¹ BLACK apud FIORI, 2004a, p. 23.

OS CICLOS DE TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA

Capítulo 3 – Os territórios

O objetivo do presente capítulo é analisar o enquadramento dos Bálcãs no sistema internacional contemporâneo, colocando a península balcânica dentro das disputas geopolíticas eurásianas, com a guerra como principal força dinâmica e princípio hierarquizador do sistema internacional. As repercussões dessas dinâmicas nos territórios, que compõem a península, são analisadas a partir de duas tensões que afetam os Bálcãs: a expansão da *Heartland* de Mackinder e a articulação do *Rimland* de Spykman. O resultado é uma precária composição da unidade política balcânica, ciclicamente imposta pela potência que, de maneira transitória, ocupa posição hegemônica no sistema internacional. Esta composição, por sua vez, é ciclicamente detonada pela projeção geoeconômica da potência revisionista sobre a região.

A revolução política

Durante o período de dominação otomana nos Bálcãs, no nível continental e planetário, chegam a maturidade importantes processos históricos de natureza política e econômica, que levam na direção de uma gradual superação do sistema feudal e de uma progressiva perda de força e centralidade do Mediterrâneo. Do ponto de vista político, príncipes e soberanos avançam na obra de centralização do poder, fortalecendo as funções de defesa e tributação. O resultado é uma consolidação geral das autoridades políticas territoriais, que convertem-se em verdadeiras máquinas de guerra. É a vingança da política sobre a economia (BRAUDEL, 1985, p. 119): as cidades italianas, já dominadoras do Mediterrâneo, enquanto rainhas do comércio medieval de longa distância, já não conseguem aguentar o confronto, militar e econômico, com os novos “gigantes” do nascente sistema internacional.

As aumentadas dimensões territoriais das unidades políticas permitem aumentar o poder de fogo dos exércitos. Além disso, as características balísticas da nova artilharia geram mudanças na doutrina estratégica de defesa: não é mais uma questão de levantar altos muros para proteger o castelo, mas de projetar a linha de defesa sobre o território, até coincidir - no limite - com a linha de fronteira. Desta forma, o sistema tende a evoluir para uma configuração rígida e fechada, altamente competitiva, caracterizada pela crescente contiguidade entre unidades políticas territoriais.

A Espanha, graças ao ouro e à prata das colônias, lança-se à conquista da Europa, tentando restaurar o sonho de uma monarquia universal e uma paz imperial, fundada na unidade dos Cristãos na profissão católica. Segundo Fiori, são as “guerras espanholas” as parteiras dos primeiros estados nacionais europeus (FIORI, 2004a, p. 24): de Portugal, no final do século XIV; da França, que desafia a Espanha em solo italiano e germânico; da Inglaterra, que derrota a “*invencible armada*”, subtraindo-lhe o controle dos oceanos; finalmente, da Holanda, que atravessa uma sangrenta revolta contra os Habsburgos, conquistando a independência política e econômica, que a projeta para a hegemonia mundial. Os espanhóis conseguirão prevalecer no Mediterrâneo, impondo-se na Itália e parando os turcos em Lepanto, mas serão derrotados na frente atlântica e no continente.

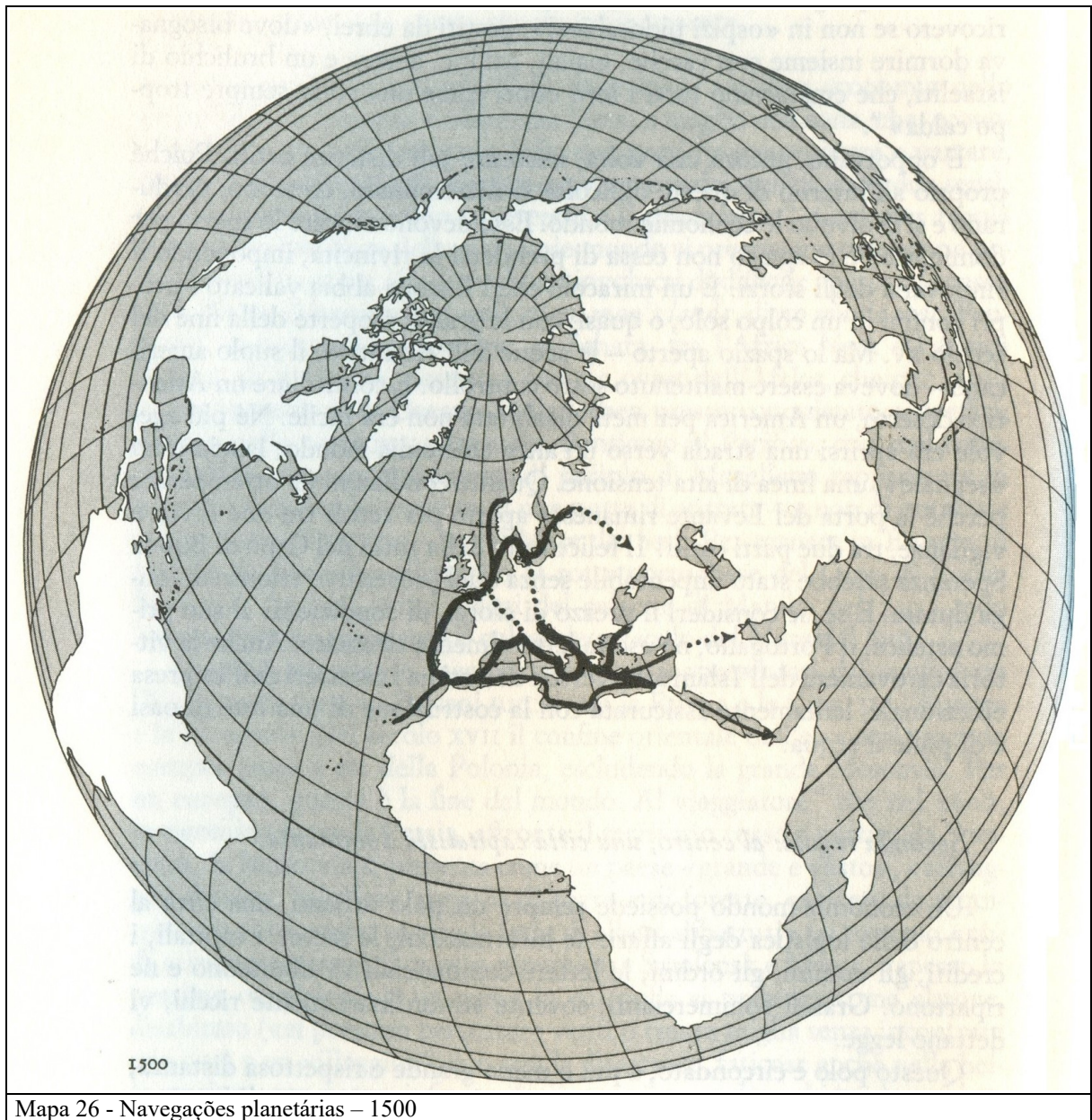


A revolução geográfica

No que se refere ao Mediterrâneo e a sua centralidade geoeconômica, durante o longo período otomano assiste-se a uma revolução das rotas comerciais para o Oriente, já comprometidas pela queda de Constantinopla em mãos turcas. Com a abertura da rota de circulação-navegação da África e a descoberta do Novo Mundo, portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses prevalecem sobre os italianos, no redesenho do comércio com as Índias, substituindo - com novas rotas e novos destinos - as posições monopolísticas italianas. No Mediterrâneo, a dominação comercial veneziana cede lugar à política espanhola de contenção dos turcos, enquanto navios nórdicos, provenientes dos portos de Amsterdã e Londres, descarregam especiarias do Oriente nas escalas italianas.

É o fim - segundo Braudel - da centralidade de longa duração do Mediterrâneo, enfraquecido pela "revolução política" da Idade Moderna e deslocado pela "revolução geográfica" do Atlântico.

De acordo com Rapp, no entanto, além da revolução das rotas, o golpe de misericórdia ao protagonismo comercial mediterrâneo viria da astúcia e violência, com as quais os nórdicos conseguem conquistar o Mar Interior, chegando a ditar lei, onde Cristandade e Islã tinham abandonado as armas, após o fabuloso esforço de Lepanto (RAPP apud BRAUDEL, 1985, p. 121).

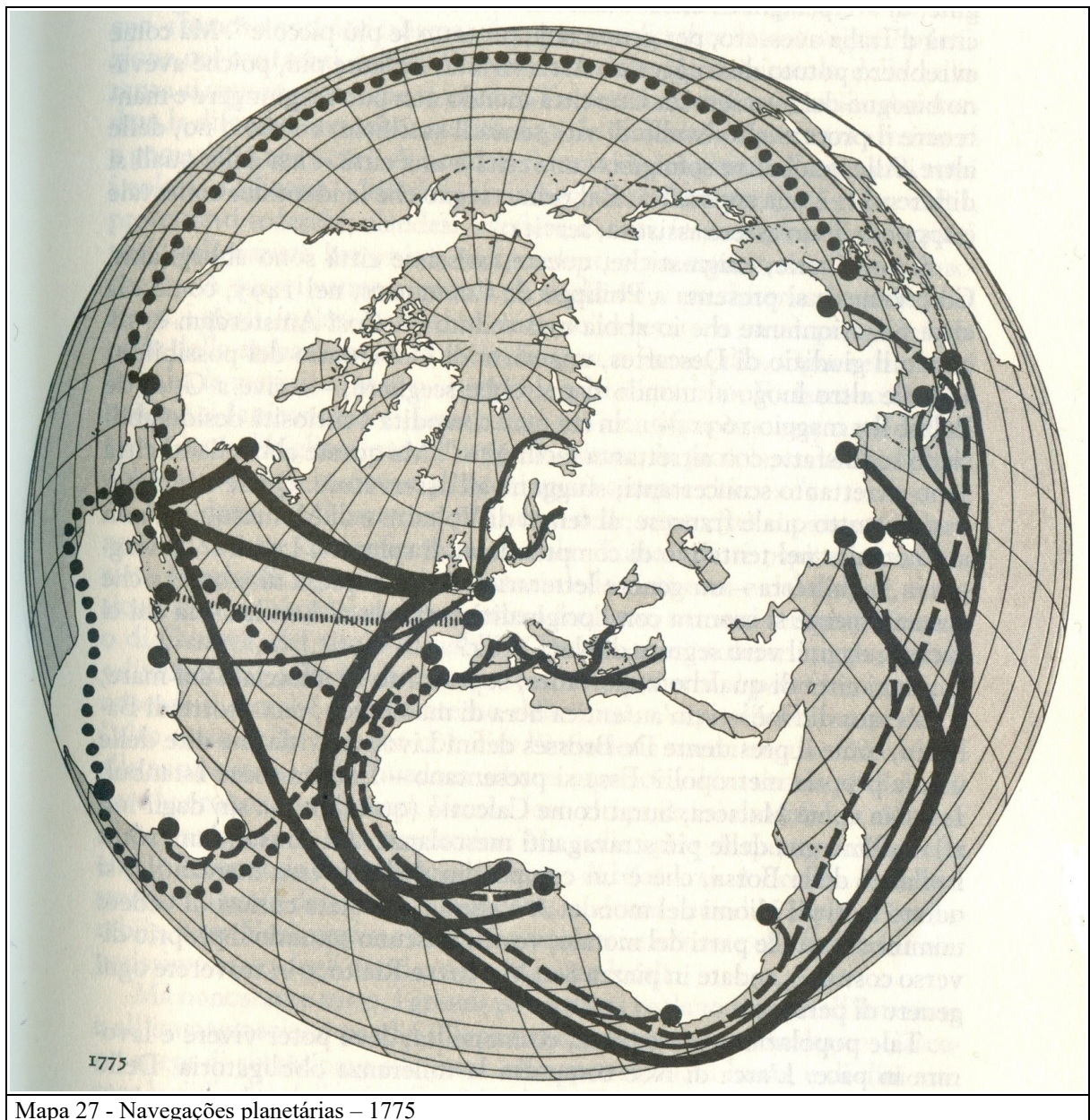


Pouco a pouco, os tráfegos principais passam em mãos holandesas ou inglesas, graças a navios melhor armados, tripulações mais eficientes e acordos secretos com a pirataria de Argel e com os turcos.

Conquista, então, e saqueio, mas também bloqueios, no Oceano Índico, com os quais os holandeses interrompem o fluxo de especiarias para os portos do Levante, excluindo o Mediterrâneo: a “revolução comercial”, portanto, não refere-se só as rotas, mas realiza-se graças a uma concorrência feroz, com a qual os nórdicos conseguem penetrar no Mar Interior.

Escreve Braudel:

La Méditerranée a été d'une part assaillié chez elle, d'autre part tournée pour dérober à ses riverains les trafics les plus fructueux. Et depuis lors, la mer ne leur a jamais été rendu. (BRAUDEL, 1985, p. 182).



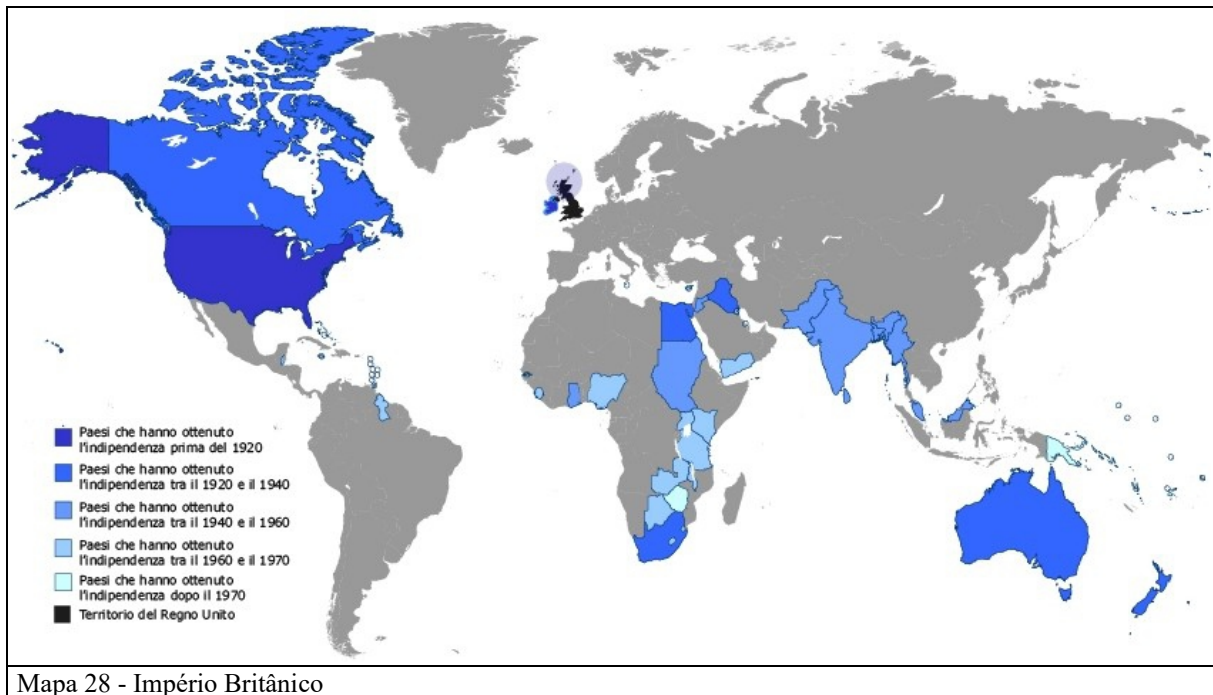
Mapa 27 - Navegações planetárias – 1775

Uma nova geografia

O universo europeu, a partir do século XVI expande-se, em todas as direções: para as Índias Ocidentais, graças à descoberta dos novos continentes americanos; para às Índias Orientais, ao longo da nova rota da circunavegação da África; para o Oceano Pacífico Setentrional, através da difícil e tenaz colonização russa das estepes siberianas. A revolução geográfica abre novos espaços e novas rotas, que, alterando as relações entre unidades políticas territoriais no espaço, redefinem o campo de batalha e recalibram a pressão competitiva do sistema. A abertura das rotas atlânticas leva a Modernidade a se medir com o desconhecido, além das disputadas fronteiras do Mediterrâneo, enquanto a totalidade geográfica do planeta ultrapassa a antiga tradição do Mar Interior.

Um novo mundo esférico, feito de oceanos e novos continentes, toma gradualmente forma, enquanto o Mediterrâneo, contornado por portugueses e espanhóis, agredido por holandeses e ingleses e selado pelos turcos, conhece um período de decadência e marginalização. O coração pulsante do comércio internacional muda-se para o Atlântico, enquanto as companhias comerciais de Lisboa, Antuérpia, Amsterdã e Londres disputam os monopólios do Oriente. Neste novo mapa-múndi tridimensional, dois novos atores candidatam-se ao grande desafio de dominação mundial: por um lado, a potência britânica, em breve rainha dos mares do planeta; por outro, a potência russa, herdeira da inesgotável propulsão das estepes.

Através do controle de uma cadeia de ilhas e dos estreitos mais importantes no Atlântico, no Pacífico e no Mediterrâneo, a Grã-Bretanha domina e governa as principais rotas marítimas do planeta. Seu triunfo na América e na Ásia, graças à vitória na Guerra dos Sete Anos, desloca para o Mediterrâneo a competição com a França, devolvendo valor estratégico à navegação no Mar Interior, redesenhada como rota de trânsito entre Londres e Índia. Bloqueada a tentativa napoleônica de quebrar o eixo comercial britânico para o Oceano Índico, o Mediterrâneo torna-se um “lago inglês”: à conquista de Gibraltar, sancionada no Tratado de Utrecht, os britânicos acrescentam o controle naval de Malta e Chipre, pontos estratégicos para o domínio do Mar Interior, do sul da Europa e do norte da África.



A dominação inglesa sobre o Mediterrâneo, garantida por bases navais instaladas em pontos estratégicos, coroa um processo de penetração comercial, já começado no século XVII, momento a partir do qual invertem-se as rotas para o Levante, tradicionalmente controladas por italianos e as especiarias do Oriente começam a chegar no Mar Interior em navios nórdicos. Vai surgindo um novo modelo comercial de tipo triangular, entre Londres, centro estratégico financeiro, o Levante, fornecedor de matérias-primas e os países mediterrâneos, mercados de troca e canais de investimento para capitais ingleses.

Enquanto a marinha britânica impõe-se nos oceanos, a Rússia, em uma recorrência de ciclos de expansão e colapso, com a dinastia Romanov, afirma-se como um país moderno, pondo mecanização e organização administrativa à serviço da conquista. Em trezentos anos, a Rússia subjuga a Polônia e a Lituânia, pára a França de Napoleão, se expande para a Crimeia, os Bálcãs, o Cáucaso, a Ásia Central e a Sibéria, até chegar ao Pacífico. A falta de proteção oferecida pelo território e o constante medo da invasão, acabam por gerar uma ânsia de conquista, que leva a Rússia a se estender territorialmente por 170° de longitude no continente eurasiático (KAPLAN, 2013, p. 158).

O Mediterrâneo oriental do final do '700 caracteriza-se, então, pela presença do vasto Império Otomano que, esgotada sua força propulsora, apresenta os primeiros sintomas de decadência, devidos à incapacidade de modernizar a estrutura administrativa.



Mapa 29 - Expansão Russa

A sua sobrevivência política é refém, desde o norte, da projeção militar russa, orientada estrategicamente para a busca de acesso aos “mares quentes” e, desde o sul, das políticas britânicas de contenção russa, estruturadas ao redor do imperativo estratégico de proteção das rotas para Índia.

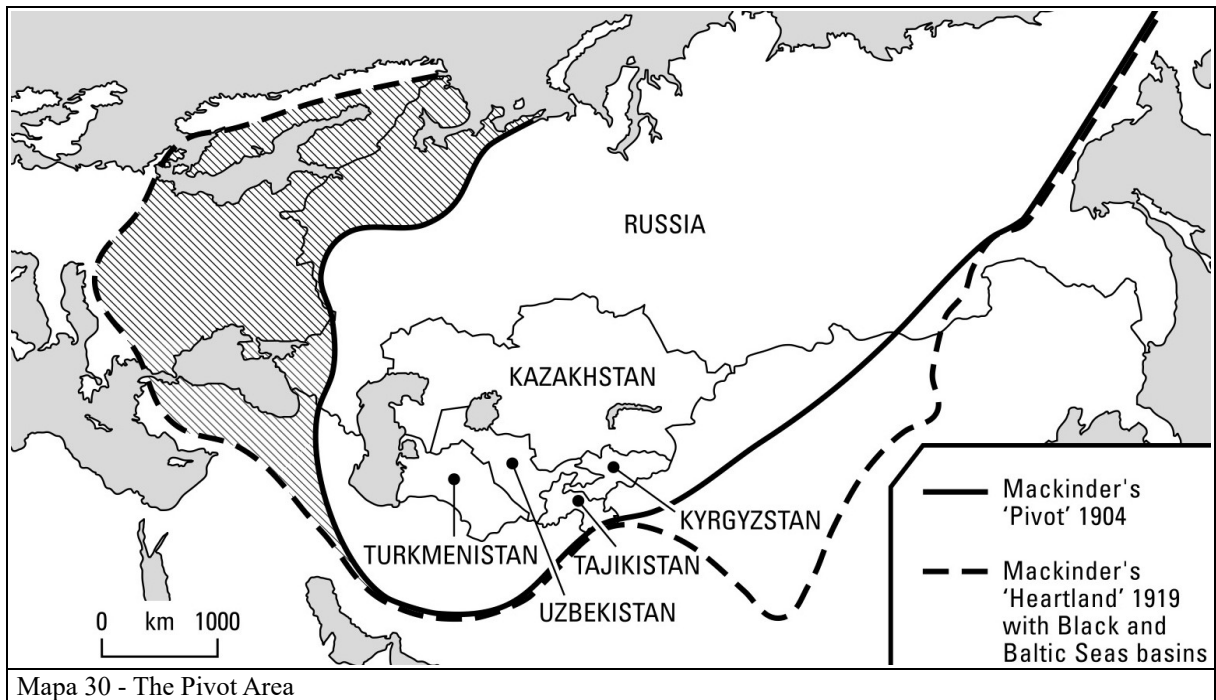
Neste quadro, a península balcânica é atravessada apenas marginalmente pela novidade napoleônica, enquanto o surgimento das identidades nacionais é retido por um sistema, no qual é a religião que define a identidade das pessoas, também em campo administrativo. A conquista da independência por parte da Grécia, a nacionalidade mais desenvolvida do império, dotada de uma importante *élite* comercial e de grupos intelectuais de uma certa consistência, será, no entanto, um precedente histórico muito significativo, destinado a inflamar os Bálcãs.

Mackinder e a contraposição geopolítica de longa duração

No final da conferência na *Royal Geographical Society* em Londres, John Halford Mackinder declara sua vontade de trocar a visão geográfica, orientada pelas correlações entre forças geográficas e acontecimentos históricos, para assumir a perspectiva geopolítica, atenta aos antagonismos da política internacional contemporânea. Começa, assim, a se delinear nos estágios finais da reunião, o perfil político do geógrafo inglês, que quinze anos mais tarde virá à tona, com a publicação de *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*, no qual Mackinder tomará posição em relação as negociações de paz, no final da Primeira Guerra Mundial, contrapondo a força da geografia ao idealismo de Wilson.

As preocupações de Mackinder estão intimamente ligadas ao marco evolutivo de longa duração do sistema político internacional. Após o cerco medieval à Cristandade, por mongóis, vikings e sarracenos, após a expansão europeia sobre o globo terrestre através das grandes navegações, até as regiões mais remotas do planeta foram integradas em uma sociedade internacional unificada, estruturada em uma rede de relações políticas e econômicas de escala mundial: um sistema político fechado, de alcance mundial, onde qualquer explosão de forças sociais está destinada a ecoar do outro lado do mundo, minando os elementos mais fracos do organismo político e econômico internacional.

Neste contexto, de acordo com Mackinder, o espaço, a posição, o clima e os recursos naturais são os fatores geográficos, que retornam com maior constância na história dos grupamentos humanos, influenciando fortemente seu desenvolvimento em torno de uma oposição secular: continentalismo *versus* oceanismo. Nesta visão, as forças continentais, utilizam-se de sua posição central e de suas linhas interiores, para se expandir em direção as regiões periféricas e conseguir saídas para mares e oceanos, enquanto as forças oceânicas apoiam-se em sua posição insular e em suas linhas exteriores, para dominar as regiões litorâneas, e manter as forças continentais, encurraladas dentro de suas fronteiras terrestres.



Mackinder reinterpreta a história universal à luz desta oposição fundamental, tirando duas importantes lições. Em primeiro lugar, um aviso: no caso de um poder terrestre dispor simultaneamente de uma sólida base continental e de uma ampla frente oceânica, a sua tendência constante será a de desenvolver uma força naval, que lhe permita se tornar um poder anfíbio; em segundo lugar, uma constatação: muito raramente na história, um poder marítimo, a partir da sua posição insular, conseguiu ascender a condição de potência terrestre.

A análise de Mackinder está permeada de constante preocupação pelas conseqüências geopolíticas da assimetria existente no exercício do poder, entre potências continentais e potências marítimas: resultaria muito mais fácil para as primeiras, construir uma frota e se lançar aos oceanos, a partir da plataforma continental, do que para as segundas, organizar um exército e se lançar para a terra, a partir da base insular. A partir dessa assimetria estratégica, Mackinder deriva sua visão teleológica da história: o sistema tenderia estruturalmente para o conflito, se caracterizando por uma tensão permanente entre a possibilidade de que a potência terrestre acesse as regiões costeiras e se transforme em potência anfíbia e a necessidade de que a potência marítima expanda o seu poder sobre as periferias eurásianas, afim de evitar que as regiões costeiras caiam sob o controle do poder terrestre.

O contexto político internacional

Passando do plano das relações geográficas àquele da política internacional contemporânea, de acordo com Mackinder, o coração continental da massa eurásiana coincide com as fronteiras russas do início do século, enquanto Europa, Oriente Médio, Índia e China representam suas penínsulas marginais, em perene disputa entre tropas terrestres russas e forças navais britânicas. Tais periferias funcionam, seja como espaço de expansão da potência continental russa, na busca de um acesso aos “mares quentes”, seja como barreira física de contenção da força terrestre russa, por parte do poder marítimo britânico. Dada a supremacia quase absoluta da Grã-Bretanha sobre os mares do planeta, resulta implícita a ideia de que apenas uma potência continental do calibre da Rússia, inexpugnável em suas profundidades terrestres, possa representar um rival³², capaz de desafiar a Grã-Bretanha, na luta pelo domínio do mundo.

Agir sobre as regiões periféricas da Eurásia, mantendo um equilíbrio de poder em relação às forças internas expansivas, de forma a evitar que a potência continental domine as áreas costeiras e se expanda sobre os oceanos, torna-se a pedra angular da visão estratégica de Mackinder, articulando um duplo imperativo: por um lado, manter o domínio absoluto sobre os mares e as rotas estratégicas; por outro, controlar politicamente a faixa costeira, a partir do primeiro círculo de países, situados ao redor do coração continental, na Europa, no Oriente Médio, na Ásia meridional e oriental.

A expansão da potência continental sobre mares e oceanos do planeta pode ser facilitada por uma aliança entre Rússia e Alemanha, capaz de criar uma união eurásiana com acesso ao Mar do Norte, ao Báltico e ao Adriático e, portanto, em condições de montar uma grande frota e atacar com sucesso a marinha anglo-saxônica. A solução proposta por Mackinder consiste em uma ampla cunha estratégica de estados independentes, interpostos entre a Alemanha derrotada e a Rússia revolucionária, afim de evitar futuras alianças. Um *cordão sanitário*, estendido desde o Báltico até o Mar Negro e o Adriático, composto por Finlândia, Países Bálticos, Polônia, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia.

³² A derrota francesa e a vitória russa, nas Guerras Napoleônicas, levam a Grã Bretanha a mudar seu posicionamento estratégico, identificando no Império Czarista seu novo inimigo estratégico.



Nesta estratégia de divisão, torna-se fundamental o bloqueio da artéria danubiana, eixo de comunicação fluvial, ao longo do qual os alemães acedem ao Mar Negro e ao Oriente Médio. Por esta razão, Versalhes decreta a divisão da área danubiana em pequenos estados, aliados de Grã-Bretanha e França, o alargamento da Romênia, para controlar o delta do Danúbio e a projeção da Sérvia para Dalmácia e Croácia, para bloquear aos alemães o acesso ao Adriático.



Por um lado, o Mackinder geógrafo encontra o nexo de correlação histórico-geográfico global, a partir do qual baseia a teoria do poder terrestre e identifica a contraposição estrutural entre potência continental e marítima; por outro, o Mackinder político assume o desafio para a hegemonia planetária, lançado pela potência russa, primeiro czarista, então bolchevique, movida pelo imperativo estratégico de uma saída sobre os “mares quentes”, articulando dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, manter o domínio absoluto sobre os mares; em segundo lugar, impor nas penínsulas marginais da Eurásia um equilíbrio de poder em relação às forças internas expansivas, de modo a evitar que a potência russa domine as áreas costeiras do continente e se expanda para os oceanos. Estes são objetivos a serem perseguidos através de uma política de contenção constante e de uma cuidadosa ação de divisão, em relação a potenciais alianças no continente.

Os desenvolvimentos históricos parecem concordar com Mackinder e sua constante preocupação de uma expansão continental para os “mares quentes”. Considerando o período histórico contemporâneo, desde o Congresso de Viena (1815) até o início do século XXI, identificamos aproximadamente três grandes fases históricas de forte contraposição entre a potência marítima, Grã-Bretanha e depois Estados Unidos, e a potência continental, Império Czarista e União Soviética:

1815 – 1878:	Do Congresso de Viena ao Congresso de Berlim 1) A Questão de Oriente
[1879 – 1918]	-----
1919 – 1938:	Da Conferência de Paris à Conferência de Munique 2) O período entreguerras
[1939 - 1946]	-----
1947 – 1990:	Da Doutrina Truman à queda da União Soviética 3) A Guerra Fria
[1991 - 2000]	-----

1815 – 1878: Do Congresso de Viena ao Congresso de Berlim
1) A Questão de Oriente

No final das Guerras Napoleônicas, a ordem estabelecida pelo Congresso de Viena marca, de acordo com Kissinger, “o ponto mais próximo do governo universal, ao qual a Europa tenha chegado, desde o colapso do Império de Carlos Magno” (KISSINGER, 2015, p. 66), garantindo o mais longo período de paz na história da Europa moderna. Estruturado na aliança entre a Grã-Bretanha, a Prússia, a Áustria e a Rússia, para a proteção da ordem territorial e na aliança entre a Prússia, a Áustria e a Rússia, para a manutenção do *status quo* interno, o mecanismo do concerto europeu entra em crise na segunda metade do século. O surgimento de nacionalismos mina a coesão política interna dos impérios plurinacionais; as revoluções de 1848 deterioram a antiga ordem aristocrática, enquanto a Guerra da Crimeia quebra a unidade dos estados conservadores, inaugurando o confronto militar entre britânicos e russos para os Estreitos. Quinze anos mais tarde, a unificação alemã, liderada pela Prússia, derruba definitivamente o equilíbrio de poder europeu, pondo fim à fragmentação westfaliana da Europa central.



Nesta fase, a contraposição entre poder terrestre e marítimo é identificável na oposição britânica à tentativa russa de penetrar os Bálcãs, tomar o controle dos Estreitos e acessar os “mares quentes”. Por outro lado, Áustria e Rússia, grandes aliadas no Congresso de Viena, estão prestes a entrar em competição, para uma projeção hegemônica na região, tentando explorar, para facilitar sua penetração na área, a identidade confessional, respectivamente católica e ortodoxa, em comum com os eslavos cristãos.

O conflito desenvolve-se ao longo de três planos. A nível global, o confronto geopolítico entre Rússia e Grã-Bretanha, vive uma dimensão estratégica que transcende a área em questão, para se estender a outras regiões asiáticas, onde o coração continental russo tende a se expandir em direção a mares e oceanos. Sob a ameaça, além dos Estreitos, está a Índia, a mais preciosa joia da coroa inglesa. Convergente, mas a um nível limitadamente regional, a competição entre Rússia e Áustria insinua-se no vácuo do poder otomano, articulando-se com o terceiro nível do conflito, estritamente local, dos nacionalismos balcânicos.

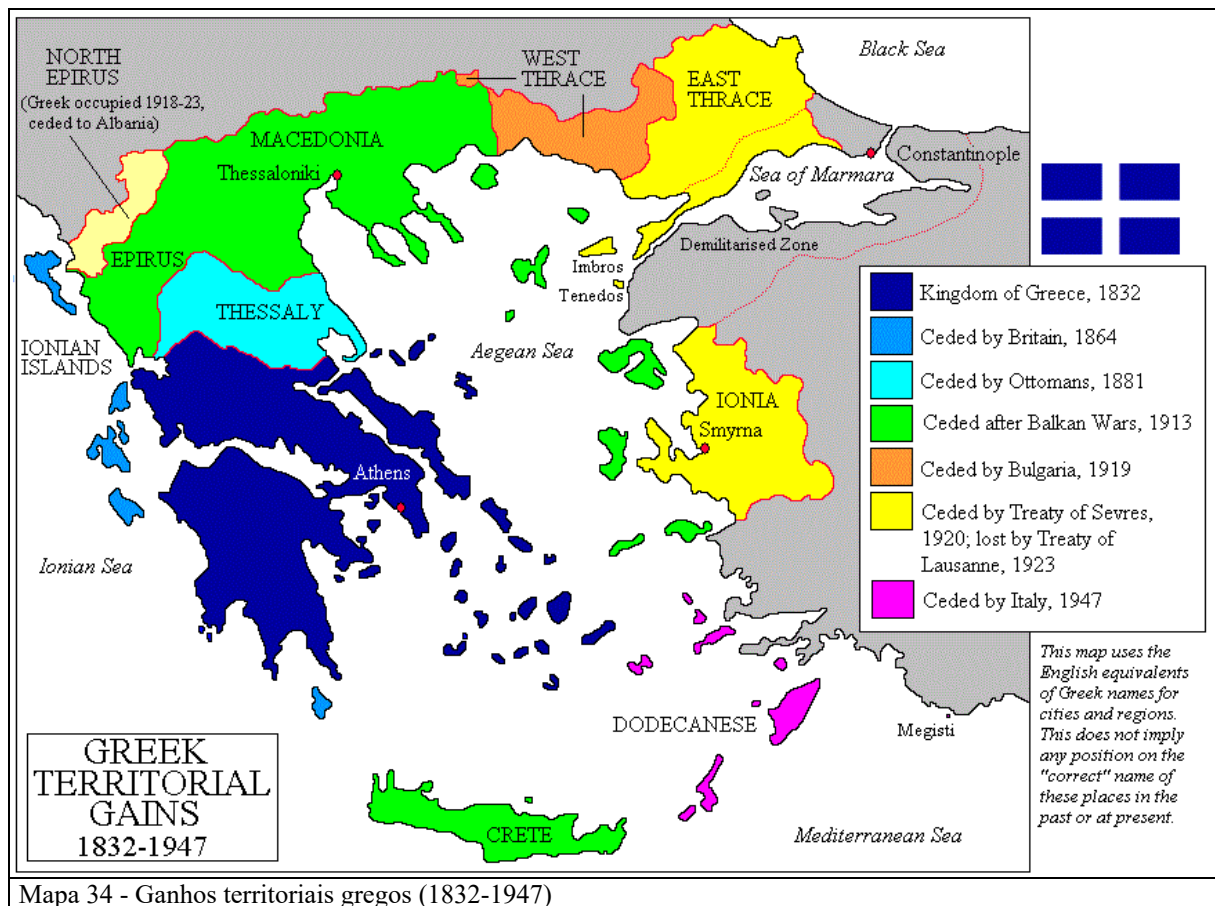
Neste contexto, a crise otomana põe com urgência às diplomacias europeias o problema da redefinição geopolítica da Europa danubiana-balcânica. A península vive uma forte instabilidade, ligada aos ímpetus nacionais das populações balcânicas, subordinadas ao sultão e às contrastantes políticas regionais, adotadas pelas potências europeias. A crise do Império Otomano representa uma grande oportunidade, tanto para a projeção naval russa sobre os Estreitos, quanto para as revoltas nacionais balcânicas. Ao mesmo tempo, ela representa uma séria ameaça às linhas de comunicação britânicas com a Índia e à projeção austríaca, ao longo do Danúbio, em direção ao Mar Negro e através do Sanjaco e da Macedônia, em direção ao mar Egeu.

A consciência do risco de uma guerra entre potências, no entanto, leva as diplomacias ocidentais a conterem a Rússia e, acima de tudo, a manterem vivo “o grande doente de Europa”, gerenciando a “Questão do Oriente” de forma a evitar um ajuste dos Estreitos a favor da Rússia. Para fins de estudo da evolução das fronteiras políticas na península balcânica, tema da presente pesquisa, será necessário destacar, nesta fase histórica, três conjunturas específicas.

1821 – 1830:

1.1) A Guerra de independência grega

Após a autonomia sob a forma de principado, sob soberania otomana, obtida em 1817 pela Sérvia, a partir de 1821, a Grécia é atravessada por violentas revoltas, reprimidas com dificuldade pelos turcos. As atrocidades cometidas pelos otomanos levam Grã-Bretanha e França a intervir, afundando, apenas na batalha de Navarino, toda a frota otomana. Diante do sucesso inglês e da vontade turca de não ceder à interferências estrangeiras, também a Rússia entra na guerra e, com uma campanha vitoriosa, obriga o sultão a assinar a paz de Adrianópolis e, em 1830, a conceder a independência à Grécia.

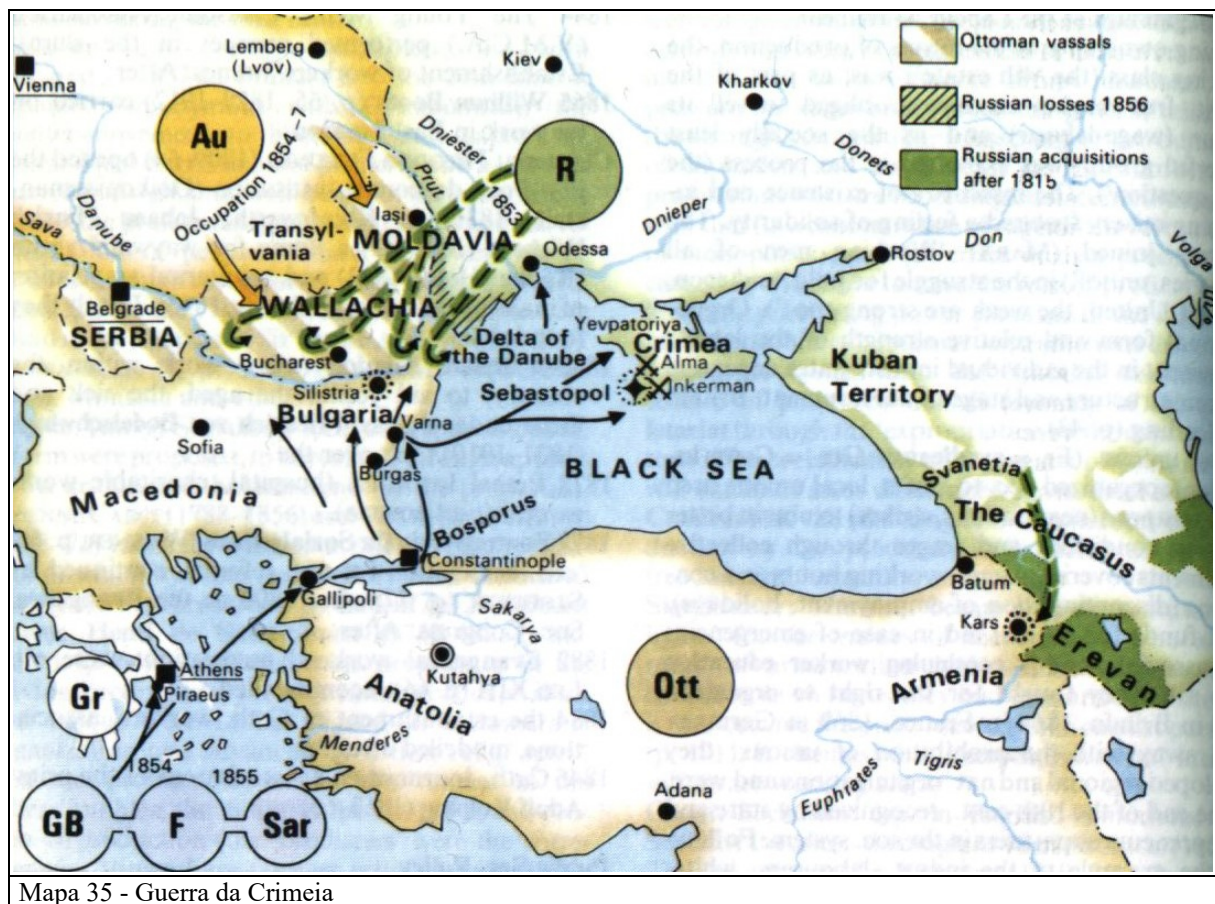


A Rússia atua para proteger a comunidade ortodoxa e os povos eslavos nos Bálcãs, exigindo a independência da Grécia e protegendo a autonomia da Sérvia. Mesmo as províncias da Moldávia e Valáquia obtêm, sob proteção russa, a autonomia político-administrativa, lançando as bases do futuro estado romeno. Nesta fase, a Rússia e a Grã-Bretanha lutam na mesma frente; no entanto, por trás da bandeira do apoio à Grécia, há uma clara competição e a consciência da inconciliabilidade dos respectivos objetivos estratégicos na região.

1852 – 1856:

1.2) A Guerra de Crimeia

O advento ao trono de Napoleão III reabre a “Questão do Oriente”: o monarca francês pretende enfraquecer as posições russas nos Bálcãs e tirar as populações eslavas da influência ortodoxa russa, se propondo como protetor das aspirações nacionais de sérvios e montenegrinos, bem como de romenos, com os quais compartilha a raiz latina. O choque ocorre pela obtenção do controle do acesso aos lugares sagrados, questão na qual a igreja ortodoxa conta com uma posição privilegiada, em relação à igreja católica. Na realidade, trata-se de um simples pretexto, para redefinir as relações de força entre as potências ocidentais e a Rússia, em uma área estratégica como o Mediterrâneo oriental.

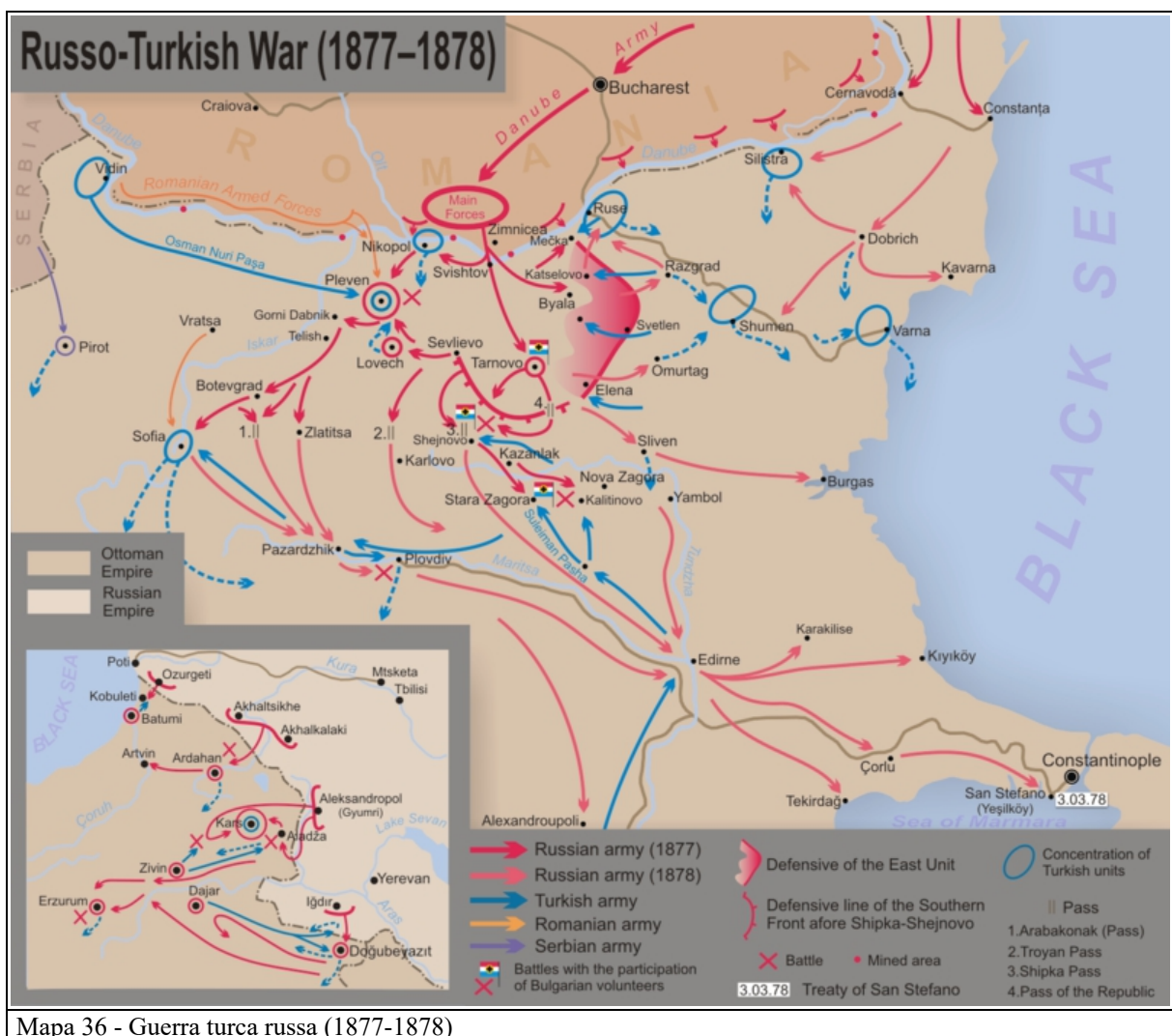


A disputa investe a Sublime Porta, que se aproveita da tensão, para se livrar da proteção czarista, causando uma crise internacional, que resulta em conflito: após a ocupação russa dos principados da Moldávia e da Valáquia, uma coalizão formada por França, Grã-Bretanha e Turquia ataca na Crimeia. Derrotada, a Rússia redimensiona as pretensões sobre os Bálcãs e após a ascensão de Alexandre II, vive um período de rápida e profunda modernização.

1875 – 1878:

1.3) A Grande Crise de Oriente

Os processos de unificação italiana e alemã reabrem o problema nacional nos Bálcãs. O *casus belli* amadurece da enésima tentativa europeia de instrumentalizar, para fins geopolíticos, a proteção dos súditos cristãos do sultão. Encorajados pelo imperador austríaco, em 1875, os camponeses da Herzegovina rebelam-se contra as autoridades turcas, seguidos pelos da Bósnia e da Bulgária. Em 1876, Sérvia e Montenegro declararam guerra ao sultão, em defesa dos povos eslavos, lançando o projeto de um estado comum aos eslavos do sul, enquanto Áustria e Rússia negociam em segredo: no caso de derrota otomana, a Bósnia-Herzegovina será anexada à Áustria, em troca de sua benevolente neutralidade. Diante do pedido de ajuda das populações em revolta, em 1877, a Rússia ultrapassa o Danúbio, entrando na guerra. O avanço russo, apoiado por sérvios e romenos, leva à rendição os turcos que, em março de 1878, são obrigados a assinar a paz de Santo Estêvão.



Mapa 36 - Guerra turca russa (1877-1878)

A paz de Santo Estêvão resulta muito onerosa para o Império Otomano. O sultão perde, de fato, a maioria dos territórios e a influência na Europa. Fica estabelecido que:

- Nasce a “Grande Bulgária”, principado autônomo, tributário de Constantinopla, com o príncipe eleito pela população e confirmado pelo sultão, após o consentimento das potências. Ligada à proteção do czar, ficará presidida por dois anos pelos russos.
- A Bósnia-Herzegovina não é atribuída à Áustria, conforme acordado, mas permanece otomana. O sultão compromete-se a realizar reformas administrativas e agrárias.
- Sérvia e Montenegro ganham plena independência, como a Romênia, que entrega a Bessarábia à Rússia. Sérvia e Montenegro recebem uma parte do Sanjaco, região tensionada por Viena, para penetrar a península, em direção ao Egeu.
- A questão dos Estreitos, essencial para a Rússia, não é abordada. A “Grande Bulgária”, na verdade, já constitui um posto avançado russo no mar Egeu. Além da Bessarábia, a Rússia recebe territórios no Cáucaso, em detrimento da Turquia.



Mapa 37 - Tratado de Santo Estêvão

O acordo resulta inadmissível tanto para a Grã-Bretanha, que vê a Rússia debruçando-se no Egeu, através da Bulgária, e no Adriático, através de Montenegro; quanto para a Áustria, que além de denunciar a violação do acordo pré-bélico, rejeita a projeção hegemônica russa nos Bálcãs e o bloqueio às suas veleidades de penetração em direção ao mar Egeu. Para evitar um perigoso entendimento anglo-austríaco, a Rússia concorda com a proposta de Bismarck, de uma conferência internacional, que se abre em Berlim em junho de 1878, onde fica definido:

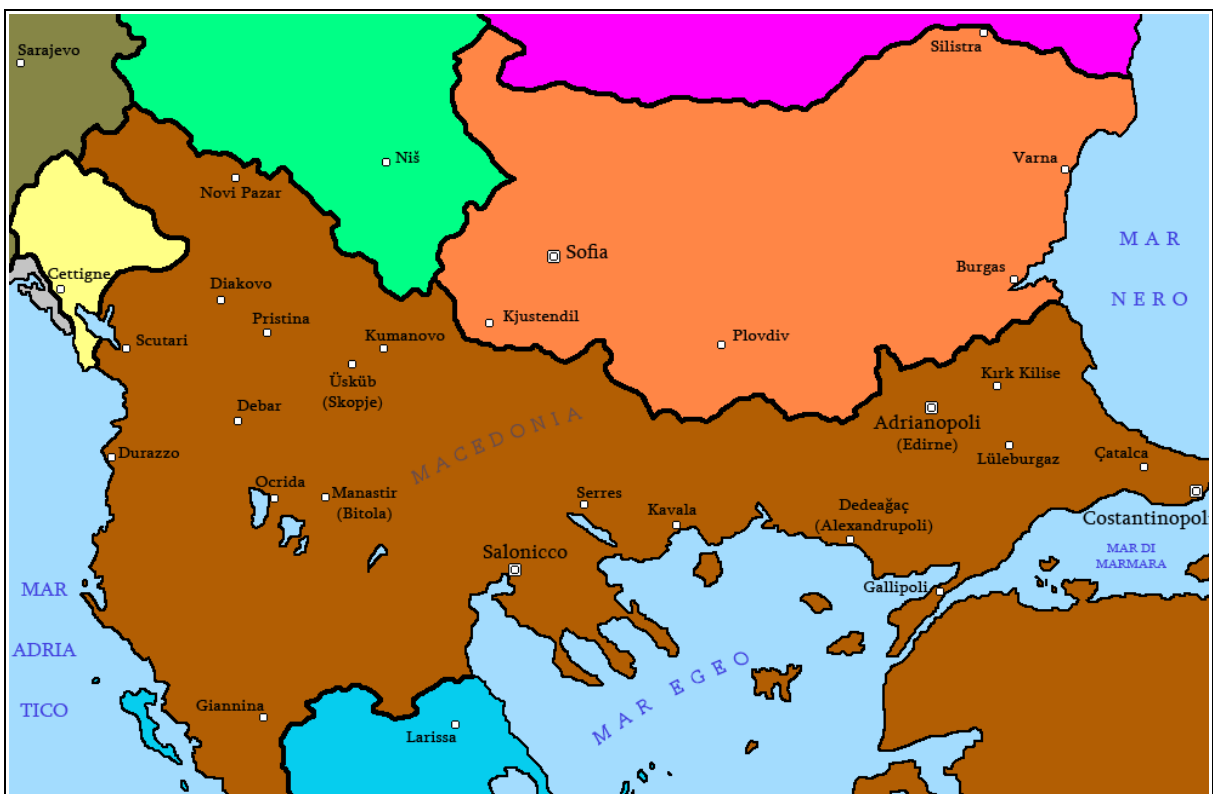
- A dissolução da “Grande Bulgária”, desmembrada em duas entidades: a Bulgária, no norte, onde a duração da ocupação russa é reduzida a apenas nove meses; a Rumélia oriental, no sudeste, cujo controle pertence - dentro de certas limitações - ao sultão;
- A ocupação e administração austríaca da Bósnia-Herzegovina e sua presença militar no Sanjaco, para proteger as rotas de comunicação para o Egeu e implementar o projeto de conexão ferroviária com o porto de Tessalônica.
- A plena independência da Sérvia, com uma modesta ampliação de território à custa da Bulgária; do Montenegro, para o qual os russos obtém o porto de Antivari; da Romênia, que perde a Bessarábia, mas recebe a Dobruja.



Mapa 38 - Tratado de Berlim

Santo Estêvão e Berlim reconfiguram os equilíbrios da região balcânica e da área eurásiana, desenhando dois cenários opostos. O primeiro, sancionado pela derrota militar do Império Otomano, baseia-se na força das armas russas. O segundo, acordado em Berlim, estrutura-se sobre o já precário equilíbrio de poder europeu e sobre a ameaça de intervenção militar britânica. A diferença entre os dois revela o peso relativo de diplomacia e estratégia, destacando os interesses das potências na região. De fato, o Congresso de Berlim representa uma séria derrota diplomática para a Rússia, colocada à margem da “Questão de Oriente”, sobre a qual debruça-se como nova protagonista a anfitriã Alemanha. Através da presença austríaca nos Bálcãs, o *Reich* alemão tentará lançar-se para o Oriente Médio, em busca de suas preciosas matérias-primas.

Finalmente, para compensar os benefícios territoriais, adquiridos pela Rússia na Ásia Menor, a Grã-Bretanha obtém do sultão o controle sobre a ilha de Chipre, desde a qual uma base naval controlará o acesso ao estratégico Canal de Suez³³. Em 1881, na Conferência de Constantinopla, a Grécia obtém a Tessália e, em 1885, a Bulgária anexa o território autônomo otomano da Rumélia oriental, depois de derrotar a Sérvia, alarmada pela expansão búlgara.



Mapa 39 - Guerras Balcânicas

³³ Projetado por um italiano e realizado por uma companhia francesa, o canal beneficia principalmente os britânicos, capazes de transformar o Mediterrâneo em uma rota de trânsito para as Índias.

1919 – 1938:	Conferência de Paris à Conferência de Munique 2) O período entreguerras
--------------	--

Se os eventos analisados na seção anterior constituem o precedente histórico, com base no qual o Mackinder geógrafo elabora a teoria geopolítica do *Heartland*, os desenvolvimentos históricos do período entreguerras representam o movimentado cenário, no qual o Mackinder político encontra-se operando.

1919 é um ano-chave. Por um lado, Mackinder é nomeado Alto Comissário Britânico para a Rússia meridional, com a tarefa de manter relações com o Exército Branco, uma galáxia de grupos contra-revolucionários, apoiados por Japão, Grã-Bretanha, França e Itália, no esforço de derrotar o Exército Vermelho e derrubar a revolução bolchevique. Mackinder compromete-se em primeira linha, com a unidade das forças contra-revolucionárias e o apoio ativo das milícias, por parte da Grã-Bretanha. O grande medo é que os bolcheviques possam consolidar o controle sobre a Rússia, reativar o desenvolvimento industrial e lançar as bases, para se tornar uma grande potência.

Por outro lado, em 1919, é publicado *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*, texto com o qual Mackinder consegue sensibilizar e convencer a diplomacia mundial, empenhada na Conferência de Paris, da importância decisiva da Europa oriental³⁴, tanto como acesso estratégico ao coração continental russo, quanto como *buffer space*, para separar Alemanha e Rússia. A solução proposta por Mackinder articula-se em uma ampla cunha de estados independentes, a serem interpostos entre os dois países, além do bloqueio da artéria danubiana, eixo de comunicação fluvial, que abre aos alemães o acesso ao Mar Negro e ao Oriente Médio.

O Tratado de Versalhes preverá a divisão da área danubiana em pequenos estados, com o alargamento da Romênia, para controlar o grande delta do Danúbio e a projeção da Sérvia ortodoxa, até as católicas Dalmácia e Croácia, para bloquear o acesso ao Adriático aos alemães.

³⁴ “Who rules East Europe commands the Heartland. Who rules the Heartland commands the World-Island. Who rules the World-Island commands the World” (MACKINDER, 1919, p. 106).

1947 – 1991:	Da Doutrina Truman ao colapso da União Soviética 3) A Guerra Fria
--------------	--

O contexto histórico, que introduz a contraposição da Guerra Fria, é o dos anos 1940, no auge da Segunda Guerra Mundial. Ingleses e soviéticos são, por agora, aliados contra a Alemanha de Hitler, e sua contraposição tomará forma junto com a derrota militar alemã e as negociações aliadas, em torno das “bases hierárquicas, funcionais e competitivas, da nova ordem mundial” (FIORI, 2004b, p. 85). O ponto de virada são as vitórias aliadas em Midway, El Alamein e Stalingrado, que resolvem praticamente a questão militar.

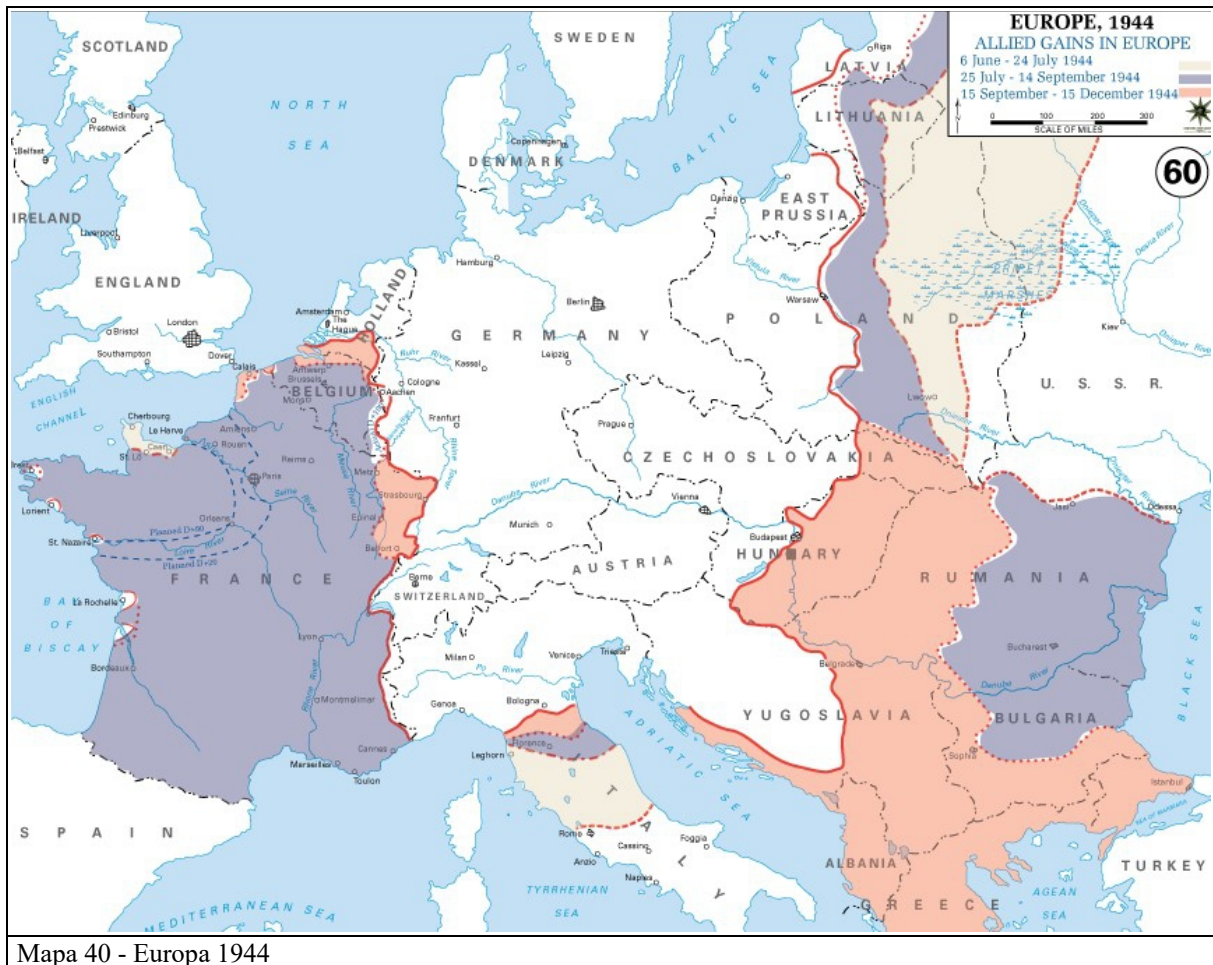
A partir desse momento, três são os planos ao longo dos quais se articulam as contraposições e as rivalidades políticas do conflito. A nível global, mais uma vez, o antagonismo entre a União Soviética e a Grã-Bretanha transcende a área em questão e se estende a outras regiões asiáticas, alimentando-se de uma contraposição ideológica, que atravessa as sociedades dos países envolvidos no conflito, assumindo a forma de resistência a fascismo e colonialismo, e de luta pelo comunismo e pela independência, conforme trate-se de contextos metropolitanos ou coloniais. Dentro deste horizonte revolucionário, no nível regional, a resistência jugoslava, que com a liderança croata de Tito aponta diretamente para a liderança política da região, rivaliza com a experiência insurrecional búlgara, territorialmente mais fraca, mas apoiada diretamente pelos tanques russos. Objeto da disputa, o controle de táticas e estratégias da resistência grega e a forma de um eventual estado macedônio, a ser fundado no coração dos Balcãs. Finalmente, a nível local, as antigas oposições entre liberais e conservadores, republicanos e monárquicos, confluem no conflito entre *partisans* e colaboracionistas.

Na véspera da guerra, a península balcânica não entra nos planos estratégicos de Hitler, interessado num rápido movimento de agressão à União Soviética, após a capitulação da França e a expulsão dos Aliados do continente: o petróleo do Cáucaso e o trigo do Koban são os verdadeiros objetivos estratégicos alemães, considerados essenciais para aguentar uma longa guerra transcontinental contra os potências anglo-saxãs.

É o aliado italiano, Mussolini, quem tece planos estratégicos para a conquista do Norte da África e dos Bálcãs, a projeção no Mediterrâneo oriental, no Mar Vermelho, até o Corno de África. O ataque à Grécia, no entanto, revela-se um fracasso: abre-se um vácuo político nos Bálcãs e geram-se dois rápidos movimentos, destinados a preenchê-lo. Por um lado, os britânicos, decididos a defender a última região europeia ainda livre da ocupação alemã, desde Creta enviam um contingente para o continente; por outro lado, os alemães, decididos a cobrir o flanco sul, em vista do ataque à União Soviética, ocupam a Jugoslávia e a Grécia, facilitados pela adesão ao Eixo da Romênia e da Bulgária. No choque que se segue, os britânicos são obrigados a retirar-se para o Egito, enquanto os Bálcãs caem nas mãos de Hitler, que em junho de 1941 ataca a União Soviética.

O ataque italiano e a invasão alemã abrem nos Bálcãs um período de ocupação nazi-fascista, que dura até setembro de 1944, quando a guerra tem uma virada: enquanto as tropas soviéticas avançam sobre Romênia e Bulgária, o exército alemão abandona os Bálcãs e a Grécia, onde rapidamente desembarcam efetivos ingleses. Em outubro, Churchill e Stalin encontram-se em Moscou e, sem dar conhecimento à Roosevelt, acordam-se sobre a divisão dos Bálcãs: em troca da Grécia, para os britânicos, Stalin obtém o controle de Romênia, Bulgária e igual influência sobre Jugoslávia e Hungria. A Grécia, estratégica para os britânicos, mas ainda nas mãos da resistência comunista, funciona, nas táticas de Stalin, como penhor a ser entregue, em troca do reconhecimento dos interesses soviéticos na Europa central e oriental.

O custo da operação, no entanto, é altíssimo: a situação na Grécia precipita. Os ingleses obtêm o que querem: desencadear uma espiral de violência, que isole politicamente a resistência, para depois intervir com a força e derrotá-la militarmente. É o que acontece em Atenas, em dezembro de 1944, no silêncio ensurdecido de Moscou. Na sucessiva conferência de paz, em Varkiza, sob a pressão soviética os delegados da resistência grega aceitam todas as condições impostas pelos britânicos, desde a renúncia à participação no governo até o caráter parcial da anistia para seus combatentes. Varkiza representa, sem dúvida, o fim da resistência e de suas profundas aspirações de renovação, experimentada na autogestão dos rebeldes nas montanhas. Com Varkiza, abre-se na Grécia uma contra-revolução legal e atroz, que a projeta para a guerra civil e a Guerra Fria.



A fase histórica, entre a libertação dos Bálcãs, outono de 1944, e o início da guerra civil grega, outono de 1945, vê britânicos, americanos e soviéticos envolvidos nas negociações sobre as “bases hierárquicas, funcionais e competitivas, da nova ordem mundial” (FIORI, 2004b, p. 85). Duas visões coexistem entre os aliados: por um lado, Roosevelt, disposto a reconhecer os interesses soviéticos na Europa central; por outro lado, Churchill, preocupado com o avanço soviético e ansioso para restaurar a antiga ordem internacional, baseada no equilíbrio de poder e estruturada nos impérios coloniais.

A morte de Roosevelt e as bombas atômicas de Truman, em Hiroshima e Nagasaki, “inauguram uma nova relação de poder com aliados e inimigos”, enquanto “o desenho hierárquico e as posições territoriais de cada um dos ganhadores vão sendo estabelecidas, na prática, caso a caso, em função dos interesses de cada um, e da correlação de poder local” (FIORI, 2004b, p. 86).

Em fevereiro de 1946, um longo telegrama da embaixada americana em Moscou alarma o governo dos EUA sobre o risco de os soviéticos preencherem o vácuo de poder não apenas nos Bálcãs, na Grécia, na Europa oriental, mas também no Oriente Médio, na Manchúria e na Coreia. Em março, em Fulton, Missouri, Churchill fala pela primeira vez de “cortina de ferro”, uma nova fronteira, do Báltico ao Adriático, capaz de reorganizar o cálculo estratégico das grandes potências, “recolocando a Rússia – velha concorrente imperial inglesa – na condição de nova adversária dos países anglo-saxões, agora sob a liderança dos Estados Unidos” (FIORI, 2004b, p. 86).



Mapa 41 - Influência soviética na Europa

Em março de 1947, a tese de Churchill é assimilada pelo *establishment* americano, que a transforma no “fundamento ético” da nova estratégia global dos Estados Unidos, de apoio aos povos livres e de contenção permanente e global da União Soviética. A Doutrina Truman abre oficialmente a Guerra Fria, enquanto, na frente grega, os Estados Unidos substituem a Grã-Bretanha, no apoio ao exército monárquico. Por outro lado, o exército democrático estruturou-se nas montanhas, graças ao apoio prestado pela recém-criada República Federativa Socialista da Jugoslávia.

No entanto, a autonomia jugoslava e os contrastes³⁵ com Moscou sobre o futuro político da Macedônia, provocam um grave conflito entre Tito e Stalin. A resistência grega, chamada a se posicionar, alinha-se à ortodoxia soviética, em troca da promessa de apoio búlgaro, obrigando Tito a fechar as fronteiras e a suspender as ajudas ao exército democrático. Sem perspectivas, em agosto de 1949, as últimas unidades do exército democrático deixam o solo grego, refugiando-se em Albânia. É o fim da guerra civil.



³⁵ A questão do nascimento do estado macedônio e da definição geral da configuração política da península é interpretada de forma diferente, entre Belgrado e Moscou. Tito privilegia um modelo federativo amplo, no qual a nova república macedônia encontra seu espaço, junto com as outras repúblicas autônomas, se constituindo graça a porções de território de Bulgária, Grécia e Jugoslávia. O formato garantiria a liderança jugoslava sobre a nascente federação comunista dos Balcãs. Stalin, pelo contrário, aposta para a solução búlgara: um estado macedônio autônomo, hegemônico pela Bulgária, verdadeira *longa manus* dos soviéticos nos Balcãs.

As três fases históricas consideradas apresentam dinâmicas geopolíticas sobreponíveis, embora, ao longo do tempo, mudem os contextos históricos e os perfis dos atores políticos envolvidos. Como já se repetiu outras vezes, o tema de fundo em agenda é o desafio para a hegemonia planetária, interpretado por duas perspectivas antitéticas.

Por um lado, a Grã-Bretanha e, mais tarde, os Estados Unidos, potências marítimas dominantes, identificam o desafio para a hegemonia planetária, lançado pela potência continental russa. Imperativo estratégico para Londres e Washington, além do domínio absoluto sobre os mares, é impor, nas terras marginais da Eurásia, um equilíbrio de poder, em relação às forças internas expansivas, que impeça as potências terrestres de dominar as áreas costeiras do continente e se expandir sobre os oceanos. Por outro lado, a Rússia, e, mais tarde, a União Soviética, potências continentais afirmadas no tabuleiro eurasiático, identificam na saída para os “mares quentes” o objetivo estratégico, que lhes permitirá transformar-se em potências anfíbias, enfrentar e vencer as potências marítimas e dominar o mundo. É possível identificar essas dinâmicas: na rivalidade estratégica, com a qual a Grã-Bretanha e a Rússia apoiam a guerra de independência grega; no confronto direto, com o qual se enfrentam na Guerra da Crimeia; na batalha diplomática, com a qual superam o impasse da Grande Crise do Oriente; na política de isolamento, imposta à Rússia durante a Conferência de Paz de Paris e na política de contenção da União Soviética, implementada com a Doutrina Truman.

Em um nível mais profundo, menos relacionado à dinâmica política e mais ligado às raízes étnicas, linguísticas e confessionais dos povos balcânicos, os setores meridional e oriental da península caracterizam-se por uma identidade grega ou eslava, mas, em todo caso, ortodoxa, o que facilita a projeção russa na região, em nome de códigos culturais, categorias intelectuais e alfabetos emocionais comuns, que mantêm em relação povos e culturas, mesmo geograficamente distantes. Paralelamente, a contraposição frontal entre a projeção russa e a contenção britânica tende a se articular com um terceiro ator em campo, enraizado no setor ocidental da península, de identidade eslava e católica, que, com referências latinas e germânicas, insere-se no jogo geopolítico balcânico, contribuindo a travar a expansão russa/soviética ortodoxa, e a favorecer a projeção austro-alemã católica na região.

Dinâmica regional e dinâmica sistêmica

A variabilidade das fronteiras políticas, no espaço balcânico, depende da relação entre as forças externas, de natureza geopolítica e geoeconômica, que investem a região, e os processos internos, de unificação e fragmentação política, que atravessam a península.

Como visto no Capítulo 2, no século XVII termina a longa duração da centralidade do Mediterrâneo: o jogo desloca-se para o Atlântico e atlânticas, e não mais mediterrâneas, são as potências que assumem posições de liderança no sistema internacional. Foi também apontado que, por este e outros motivos, desde o século XVIII, o Império Otomano vai perdendo sua força propulsiva, ficando à margem do jogo político e econômico eurasiático. Como resultado, nos últimos dois séculos, a península balcânica vive uma dimensão periférica, no marco do sistema internacional³⁶, enquadrada em termos subordinados, seja no que se refere às dinâmicas geopolíticas, seja no que se refere à divisão internacional do trabalho³⁷. O centro do mundo já está em outro lugar.

As três fases históricas, consideradas nesta seção, coincidem historicamente com três grandes momentos de reconfiguração política, após os conflitos mais sangrentos da história europeia e mundial: as guerras napoleônicas, seguidas pelo Congresso de Viena; a Primeira Guerra Mundial, seguida pela Conferência de Paris; a Segunda Guerra Mundial, seguida pelo anúncio da Doutrina Truman. Em todos os três casos, as potências vitoriosas, responsáveis pela redefinição das bases hierárquicas da nova ordem internacional, apostam, do ponto de vista político, em configurações balcânicas tendencialmente unitárias: evitar a desintegração do Império Otomano, no século XIX; inventar o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos e apoiar a Jugoslávia de Tito no século XX, respectivamente após a Primeira e Segunda Guerra Mundial³⁸.

³⁶ No entanto, é importante destacar como, na economia das regiões do Império Otomano, a península balcânica representou sempre a região maiormente produtiva.

³⁷ Do ponto de vista econômico, a segunda metade do século XIX caracteriza-se pelos processos de industrialização tardia de Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão, que dão vida à Segunda Revolução Industrial, um complexo de transformações produtivas, tecnológicas e organizacionais, articuladas com um papel cada dia mais forte da finança. Destes processos deriva uma divisão internacional do trabalho, que aposta na re-agrariação da Europa do leste e dos Bálcãs, em função da crescente demanda de produtos agrícolas, por parte do mundo industrializado.

³⁸ Grécia e Bulgária, de fato, assumem uma configuração político-territorial quase definitiva, já em correspondência das Guerras Balcânicas, que precedem a Primeira Guerra Mundial.

Essas configurações políticas, tendencialmente unitárias, referem-se a conjunturas históricas de forte contraposição entre potências oceânicas, Grã-Bretanha e Estados Unidos, e forças terrestres, Rússia e União Soviética. Vista desde o Mediterrâneo, a íngreme península aparece, nesta perspectiva, como a última barreira, para bloquear o avanço das forças terrestres sobre o mar. Especularmente, desde o Danúbio, os mesmos espaços assumem o aspecto do último espaço a ser conquistado, antes de alcançar os desejados “mares quentes”.

Certamente, na perspectiva britânica do século XIX, estrategicamente orientada para bloquear a projeção russa no Mediterrâneo, a manutenção de uma configuração política unitária nos Bálcãs – no caso o Império Otomano – resulta muito mais interessante do que a fragmentação política da península. O mesmo discurso vale para a invenção da Jugoslávia de Wilson, criada para contrastar a hegemonia de um ressurgente império central germânico, ou para o apoio à Jugoslávia de Tito, encarregada de bloquear o caminho aos tradicionais ímpetus expansionísticos russos, agora soviéticos. Menos evidente, mas igualmente forte é o interesse russo por uma configuração politicamente unitária dos Bálcãs, pelo menos dos Bálcãs orientais, estritamente ortodoxos. Um estado territorialmente significativo e politicamente subordinado, como a “Grande Bulgária” de Santo Estêvão, de fato, responderia perfeitamente aos requisitos estratégicos para uma projeção russa no Mediterrâneo.

Na história balcânica dos últimos dois séculos, em diferentes ocasiões, a Bulgária³⁹ representou o peão para os russos se projetarem nos Bálcãs, enquanto que, da sua independência, a Grécia constitui o baluarte não negociável da presença britânica, e depois americana, nas costas e ilhas da península. A Grécia, último estado ao sul da cunha estratégica dos estados-tampão, interpostos entre Alemanha e Rússia, representa na visão de Mackinder, um território irrenunciável para as potências navais: “A posse da Grécia por uma grande potência do *Heartland*, provavelmente acarretaria o controle da Ilha Mundial” (MACKINDER, 1919, p. 116).

³⁹ Como a Bulgária, também a Sérvia, eslava e ortodoxa, tenta se acreditar como referente russo na região. Dai, a forte rivalidade entre as duas nações. Após Berlim e o nascimento da “Grande Bulgária”, a Sérvia afasta-se temporariamente da influência russa, se aproximando à Áustria.

Ao relacionar a pressão competitiva do sistema com a tendência à fragmentação da península, é possível observar como a oposição sistêmica entre potência marítima e potência terrestre tende a comprimir a região, contendo as forças, que empurram na direção da fragmentação.

A península balcânica, já em sua configuração geográfica, apresenta vários obstáculos à integração, sendo uma paisagem predominantemente montanhosa e descontínua e, portanto, de difícil acesso e colonização. Sobre estes limites naturais, ao longo dos séculos, inscreveram-se novas fronteiras, de caráter linguístico, étnico e religioso, dando origem a espaços de civilizações diferenciados, contíguos e antagônicos, compostos e heterogêneos, antigos e atuais: mundo helênico *versus* mundo latino, gentes gregas *versus* gentes eslavas, universo ortodoxo *versus* universo católico *versus* universo islâmico. Sobre esta complexidade, desde o século XIX, insere-se prepotentemente a dinâmica política da guerra, gerando novas fronteiras e integrando novos territórios.

Quatro impérios governaram sobre a península balcânica (macedônio, romano, bizantino e otomano), integrando as diversidades de uma região íngreme e fragmentada, em um desenho imperial de alcance mediterrâneo. A crise otomana, no século XIX, abre as portas da península à política e à guerra. A região localiza-se em uma zona de atrito entre esferas de influência. Além da oposição entre o poder marítimo britânico e a força terrestre russa, a projeção sul-oriental do Império Austro-Húngaro investe a região desde o noroeste, ao longo da linha esloveno-croata dos eslavos católicos. A dinâmica política local busca a nação, mas move-se nos angustos espaços, que o enquadramento hierárquico do sistema internacional reserva para a região: “o grande doente não deve morrer!”

“A fronteira estratégica, capaz de organizar o cálculo estratégico das potências” (FIORI, 2004b, p. 86) atravessa a península à altura da *Via Egnatia*, ao norte da Grécia. Essa é a linha vermelha, que os russos não devem ultrapassar. Insistem sobre esta frente, o empurrar russo para o Mediterrâneo e a política de contenção britânica, a partir do mar. As opostas projeções comprimem a região, contendo os ímpetus nacionalistas, alimentados pelo explosivo precedente da alcançada independência grega.

Uma dinâmica semelhante é observável após a Primeira Guerra Mundial, quando, no ato de constituição do Reino dos Eslovenos, Sérvios e Croatas, durante a Conferência de Paris, o princípio wilsoniano da autodeterminação dos povos é declinado em termos plurinacionais, precisamente porque a fragmentação política da região não responde aos imperativos estratégicos das potências vencedoras. Assim, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, o projeto federativo de Tito, por mais ideologicamente adverso, responde à necessidade estratégica dos Aliados de colocar uma barreira no caminho da expansão soviética, em direção ao Mediterrâneo. A Jugoslávia de Tito, *partisan* croata, propõe novamente, em termos ainda mais fortes do que o Reino de Eslovenos, Sérvios e Croatas, o antigo projeto político de integração plurinacional, de acordo com o legado histórico do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano.

Durante as três fases históricas consideradas, portanto, os arranjos políticos da península balcânica descrevem três parábolas sobreponíveis. Os três períodos são inaugurados por eventos constituintes à ordem internacional: o Congresso de Viena, a Conferência de Paris e o anúncio da Doutrina Truman⁴⁰, realizados no final de conflitos bélicos de dimensões continentais, se não planetárias. Nessas circunstâncias, a redefinição geopolítica da Europa danubiano-balcânica e, especificamente, da península, prevê arranjos políticos regionais tendencialmente unitários, que respondam às exigências estratégicas das potências marítimas vencedoras: contrapor uma sólida barreira à projeção das potências continentais em direção ao Mediterrâneo. Este é o caso, como se viu, do Império Otomano, da Jugoslávia de Wilson e da Jugoslávia de Tito.

Durante essas fases de oposição geopolítica substancialmente “pacífica”, no entanto, crescem as forças internas à península, que apostam na sua fragmentação e aumentam, sobretudo, as forças externas, que as sustentam. O resultado é a efetiva desintegração política da região, processo que - em dois casos de três - antecipa a explosão de uma conflagração mundial. Mas este será o objeto de análise da próxima seção.

⁴⁰ Diferente é o caso da Segunda Guerra Mundial, quando “o desenho hierárquico e as posições territoriais de cada um dos ganhadores vão sendo estabelecidas, na prática, caso a caso, em função dos interesses de cada um, e da correlação de poder local” (FIORI, 2004b, p. 86).

Spykman e a explosão cíclica

As previsões de Mackinder, de uma era pós-colombiana, dominada a nível planetário por uma potência continental, foram desmentidas pela história: por três vezes, durante o século XX - em 1918, no final de I Guerra Mundial; em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial e em 1991, no final da Guerra Fria - os acontecimentos históricos contradisseram a filosofia da história do geógrafo britânico. O julgamento, dado pelo pensador francês Raymond Aron, é muito duro:

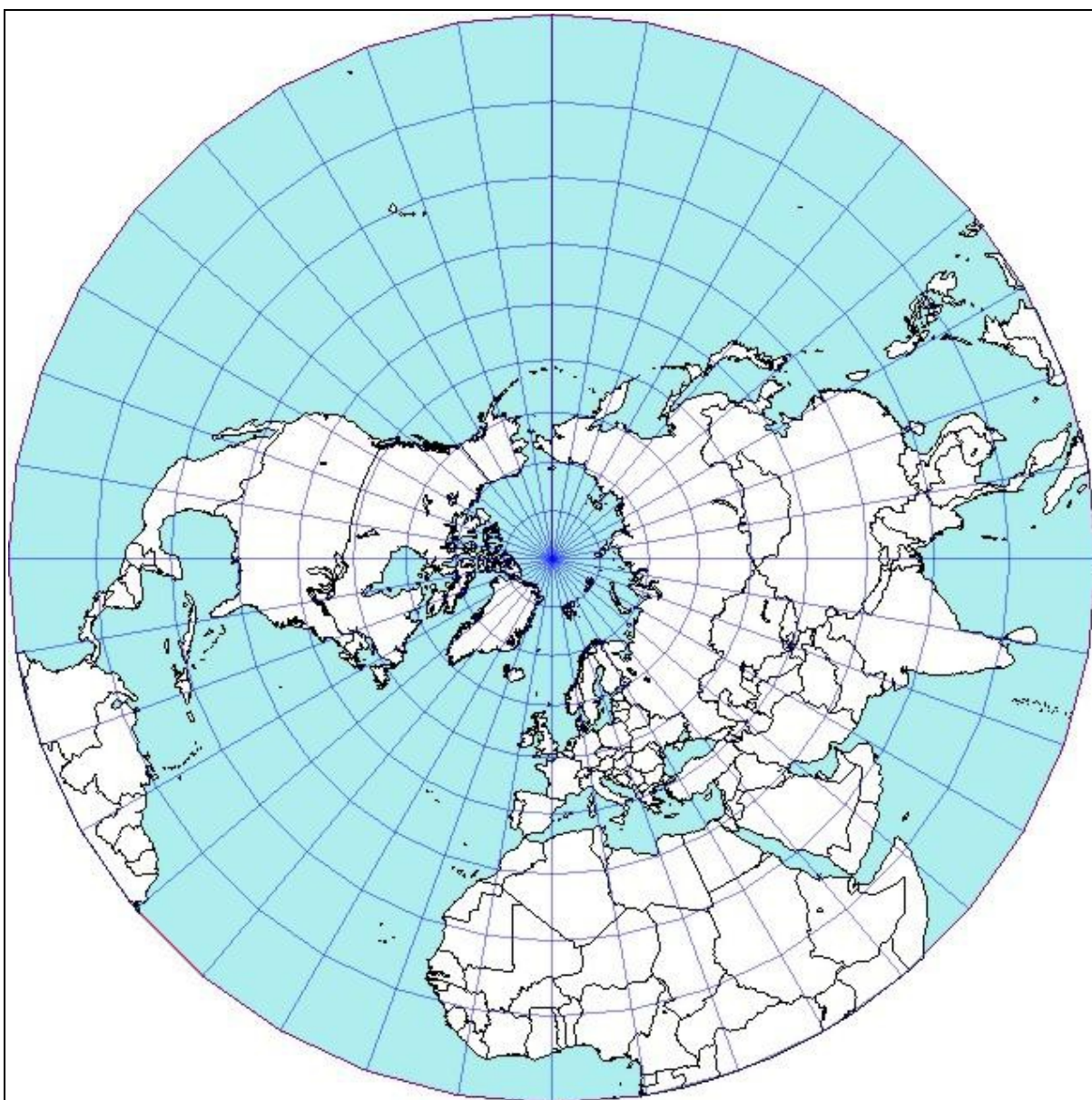
Relido em 1960, o geógrafo britânico parece ter tido a pior das sortes possíveis para um conselheiro do Príncipe: foi ouvido pelos estadistas, mas ignorado pelos acontecimentos (ARON, apud MELLO, 1999, p. 20).

Não se trata, no entanto, de abandonar a linha de pesquisa do geógrafo inglês, também porque, como foi evidenciado nas páginas anteriores, nem todos os acontecimentos históricos ignoraram as considerações do conselheiro do Príncipe. As fases históricas, analisadas na seção anterior, são a prova concreta da força do esquema interpretativo de Mackinder, aplicado com rigorosa perseverança por parte dos responsáveis pela política externa britânica, mesmo antes de sua própria formulação.

Em relação aos objetivos da presente pesquisa, no entanto, é apropriado integrar a análise de Mackinder com três categorias novas e muito valiosas: a primeira, no contexto da análise geopolítica, é a noção estratégica de *Rimland*, elaborada por Nicholas Spykman, que permite uma ênfase inovadora na leitura da clássica oposição geopolítica, proposta por Mackinder. A segunda, no contexto da interpretação da história, é a dimensão temporal do *Ciclo sistêmico*, duração específica dos processos de caráter econômico e político, que Fernand Braudel coloca em relação dialética com a perspectiva estrutural, de longa duração, com a qual trabalha o geógrafo britânico.

Graças a estas novas ferramentas analíticas, será possível enfrentar com maior clareza o estudo da dinâmica política da guerra e aprofundar a terceira categoria, o conceito de *Território*, para acompanhar a evolução das fronteiras, no contexto específico dos Bálcãs, desde os conflitos que os atravessam, até as fronteiras que os dividem.

Ao contrário de Mackinder, que atribui à Sibéria a centralidade tradicionalmente reconhecida à Europa, no âmbito da projeção convencional de Mercator, desenvolvendo o conceito estratégico de *Heartland* e a teoria do poder terrestre, Spykman elabora uma macroestrutura baseada em uma projeção azimutal equidistante, centrada no Pólo Norte, que redimensiona o espaço e a posição das massas continentais no hemisfério norte. O resultado é uma forte concentração de massas terrestres, com a América do Norte e a Eurásia projetadas para o Ártico, o Atlântico e o Pacífico, se cercando mutuamente. É precisamente nessa dinâmica de proximidade, de similaridade e, acima de tudo, de potencial cerco da América do Norte, pela Eurásia e da Eurásia, pela América do Norte, que Spykman identifica o *locus* de definição das principais linhas da política mundial.



Mapa 43 - Projeção azimutal

Spykman, geógrafo holandês, naturalizado americano, é um realista da escola de Maquiavel; em sua opinião, as relações internacionais baseiam-se na política de potência de estados soberanos, movidos pelos imperativos da segurança, da integridade territorial e da independência política. Nesta visão, um poder compensado é um poder neutralizado, enquanto um poder não compensado constitui um excedente, que, uma vez asseguradas a ordem interna e a independência externa, pode ser livremente projetado para o exterior, para melhorar a posição relativa e, no limite, alcançar a supremacia internacional. Nesse sentido, de acordo com Spykman, a hegemonia mundial pertence à potência, ou àquela coalizão de forças, capaz de acumular uma margem de poder excedente suficiente, para sitiar o outro continente.

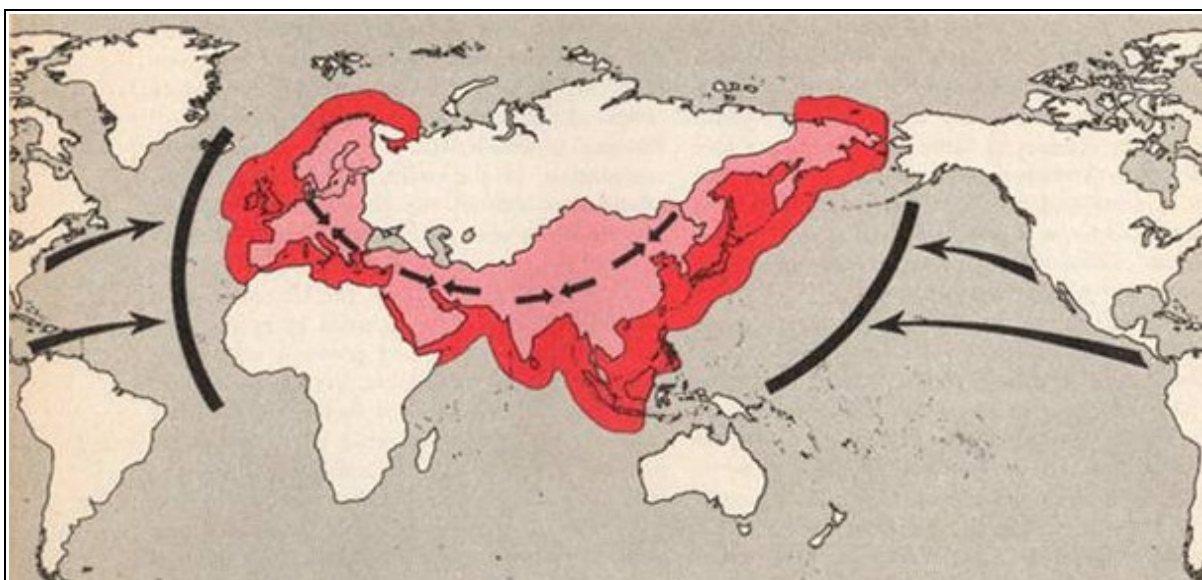
Contrariamente às teses isolacionistas, que animam o debate americano, fundadas em uma geopolítica de tamanho nacional e regional, em que os fossos do Atlântico e do Pacífico asseguram proteção ao continente, Spykman sustém a necessidade de uma visão geopolítica e de uma política externa de projeção mundial. Não está em jogo – argumenta ele – o equilíbrio de poder hemisférico, mas o equilíbrio de poder mundial!

Para poder montar uma (segunda) linha de defesa, ao longo do perímetro interno do hemisfério ocidental, como afirmam os isolacionistas, é necessário – segundo Spykman – estabelecer uma (primeira) linha de defesa do outro lado do Atlântico e do Pacífico, colocando contingentes americanos nas duas pontas do continente eurasiático. A grande estratégia norte-americana no mundo deve visar, em primeiro lugar, dividir e equilibrar os poderes na Europa e na Ásia e, ao mesmo tempo, assegurar uma incontestada hegemonia no hemisfério ocidental.

Na concepção geral da geografia do planeta, Spykman compartilha com Mackinder a ideia da unicidade da superfície líquida oceânica e da divisão da superfície terrestre em grandes Ilhas Continentes. Ao mesmo tempo, Spykman aceita a macroestrutura da Ilha Mundial, proposta por Mackinder, dividida em Coração Continental, Arco Interno e Arco Insular. No entanto, para definir mais precisamente as regiões costeiras, Spykman usa o termo *Rimland*, em vez de Arco Interno, enfatizando sua geografia anfíbia, dotada de uma frente continental e de uma frente oceânica.

O Rimland

O conceito estratégico de *Rimland* assume, na visão de Spykman, uma centralidade equivalente à de *Heartland*, na concepção de Mackinder. Concebida como região intermediária entre o coração continental e os mares marginais, o *Rimland* desempenha um papel de amortecimento entre poder marítimo e poder terrestre. No entanto, Spykman mina a rivalidade histórica, proposta por Mackinder, destacando como nos três grandes conflitos dos últimos dois séculos - guerras napoleônicas e guerras mundiais - Rússia e Grã-Bretanha não encontraram-se contrapostas, como sugere o esquema de Mackinder, mas lutaram do mesmo lado, contra uma potência do *Rimland*, empenhada em unificar sob seu próprio domínio a porção europeia da Eurásia.



Mapa 44 - Rimland

Do ponto de vista geográfico, falar de *Rimland* significa referir-se às penínsulas marginais da Ilha Mundial, que desde o continente lançam-se no Grande Oceano: a Europa, entre o Mar Báltico, o Mar do Norte, o Atlântico e o Mediterrâneo; o Oriente Médio, cercado pelo Mar Negro, o Mediterrâneo, o Mar Vermelho, o Mar da Arábia e o Golfo Pérsico; a Índia, estendida no Oceano Índico; a China, projetada sobre o Pacífico.

No seu movimento para o oeste, a península europeia vai se afinando gradualmente, compreendida entre dois mares fechados, o Báltico e o Mediterrâneo, que, nas suas enseadas continentais, aproximam-se perigosamente às fronteiras do *Heartland*.

A articulação das bacias fluviais de Reno e Danúbio, que cortam o *Rimland* europeu do noroeste para o sudeste, permite conectar os espaços atlânticos, que se abrem sobre o Mar do Norte, às profundidades continentais, que se insinuam para além do Mar Negro.



Mapa 45 - Eixo Reno - Danúbio

Através do Mediterrâneo oriental, o Mar Negro e o Mar Egeu garantem uma continuidade quase perfeita entre as penínsulas da Europa e do Oriente Médio, enquanto, mais a leste, os desertos persas e, mais ao sul, o istmo de Suez, as separam do *Rimland* oriental, nas suas declinações indianas e chinesas.

Neste marco geográfico, caracterizado pela convergência da massa eurásiana com a africana, a península balcânica, uma sub-península europeia e mediterrânea, representa uma interface de altíssimo valor estratégico, equidistante de Rússia, Europa e Oriente Médio e a meio caminho entre a Europa e a Índia. Terra de passagem entre continentes e crisol de migrações, a região constitui um reservatório de etnias, culturas e religiões, além de representar uma porta europeia para o Oriente, uma ponte que conecta com a Ásia Menor e uma plataforma de projeção, para toda a região do Oriente Médio.

Do ponto de vista cultural, é no *Rimland* onde se escreve a história⁴¹, ao longo de um anel, que cerca o coração continental e liga as margens da Ilha Mundial: por um lado, Europa, Oriente Médio e África do Norte compartilham o acesso ao Mediterrâneo, onde nascem o Cristianismo, o Judaísmo e Islã; por outro lado, Índia, China e Extremo Oriente, onde florescem o Hinduísmo, o Budismo e o Confucionismo. Mesmo as capitais culturais da Idade Antiga e Média lotam estas latitudes: de Atenas a Cartago, de Roma a Constantinopla, de Meca a Damasco e a Bagdá.

Do ponto de vista político, é interessante notar como já Mackinder identifica claramente o valor estratégico da faixa costeira da Ilha Mundial. Em sua análise fica evidente, onde acendem-se os pontos de fricção entre potência continental e potência oceânica e qual deva ser o imperativo estratégico desta última: agir sobre as regiões periféricas da Eurásia, mantendo um equilíbrio de poder em relação às forças internas expansivas, de forma a evitar que a potência continental se expanda sobre os oceanos. No entanto, a Mackinder, parado na oposição continentalismo *versus* oceanismo, herdada da fase pós-Napoleônica do século XIX, escapa o enorme potencial de protagonismo político, próprio às regiões do *Rimland*.

Em vez disso, a visão de Spykman é mais contemporânea: a adoção da perspectiva azimutal e do ponto de vista americano, bem como a experiência de uma fase histórica diferente, lhe permitem uma visão mais ampla e uma leitura histórica mais precisa. Deslocando a atenção do coração continental para a região estratégica do *Rimland*, Spykman apela à necessidade de concentrar a atenção em uma realidade estratégica, capaz com Napoleão, Wilhelm II e Hitler, de desafiar e por de joelhos a aliança, inédita apenas para Mackinder, entre potência marítima e potência continental.

A mudança de perspectiva, introduzida por Spykman, até o leva a quebrar a rigidez da oposição continentalismo *versus* oceanismo, chegando a teorizar a oportunidade de uma aliança com a potência do *Heartland*, a União Soviética. Esta, de acordo com Spykman, seria a única potência em condições de estabelecer um equilíbrio de poder na Europa, contrabalanceando a Alemanha e, na Ásia, compensando a China.

⁴¹ A expressão se encontra em SPYKMAN apud KAPLAN, 2013, p. 92.

O ciclo sistêmico e a dialética das durações

Para fins da nossa análise, é fundamental destacar como Spykman não se limita a dar um nome - *Rimland* - à região em disputa entre poder terrestre e poder marítimo. É a mesma disputa que, nesta perspectiva, assume um perfil novo e inédito, quebrando o rígido esquema mackinderiano de contraposição entre continentalismo e oceanismo. Em relação à leitura do geógrafo britânico, a França de Napoleão, a Alemanha de Wilhelm II e a Alemanha de Hitler representam importantes exceções, não apenas em termos estratégicos, mas sobretudo, do ponto de vista da articulação dos tempos históricos.

Na verdade, estamos diante do produto de ciclos de transformação sistêmica, isto é, de processos vinculados a transformações das estruturas políticas e econômicas do sistema internacional, que condicionam os movimentos do conjunto, investindo os destinos coletivos dos grupos humanos. Algo diferente da temporalidade ligada à geografia, com a qual trabalha Mackinder.

A decomposição dos tempos históricos, realizada por Braudel, resulta particularmente interessante neste ponto da investigação, pois permite conciliar a contradição aberta entre as noções estratégicas de *Heartland*, base da teoria do poder terrestre de Mackinder, e de *Rimland*, fundamento da teoria da contenção de Spykman. De acordo com o historiador francês, os objetos históricos podem ser organizados, com base nas respectivas durações. Desta forma, a duração de um fenômeno torna-se a chave, para definir diferentes níveis de temporalidades históricas, entre os quais estabelece-se uma relação dialética. Passado e presente estão intrinsecamente ligados: “Cada atualidade reúne movimentos de origem e de ritmos diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem e de outrora” (BRAUDEL, 1958, p. 735).

A proposta de Braudel é de “determinar uma hierarquia de forças, correntes e movimentos individuais” (BRAUDEL, 1958, p. 735), articulando, em níveis sobrepostos, três temporalidades diferentes, capazes de se influenciar reciprocamente: um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual.

Na base há um tempo geográfico, um movimento muito lento, de longa duração, feito de mudanças imperceptíveis e de paisagens que criam possibilidades e obstáculos. É o tempo “quase imóvel” da geografia, das forças ambientais, permanentes e imutáveis, que, interagindo com a história, geram tendências, que nos séculos nos alcançam. É o tempo das civilizações, das reações firmes e audaciosas ao ambiente natural e dos mitos decorrentes desta grande experiência coletiva. O tempo da descoberta da agricultura, dos cereais, dos animais domésticos e das árvores frutíferas. É um tempo quase indiferente à temporalidade das vidas individuais e um tempo que escapa à percepção consciente de quem o vive. As transformações são lentas e as durações expandidas, mais próximas às temporalidades da humanidade, do que às dos indivíduos.

Num plano superior, com uma frequência mais rápida, gravitam os ciclos de média duração, as conjunturas, transformações sistêmicas em âmbito demográfico, agrícola, econômico e político. É o tempo do social, das grandes forças coletivas e impessoais, dos movimentos do conjunto e dos destinos gerais. O tempo da economia e da política, da guerra e da paz: o tempo dos territórios e dos arranjos geopolíticos. Mais acima, finalmente, em superfície, no ritmo frenético dos eventos, as vicissitudes diárias da diplomacia e das batalhas seguem-se em um presente efêmero e contraditório, de oscilações curtas, rápidas e nervosas, da dimensão mais do indivíduo do que do homem.

Nesta dialética, Braudel reconhece ao nível mais profundo, à temporalidade “quase imóvel” da longa duração, uma força de inércia capaz de estruturar e comandar a direção e o sentido das histórias de superfície. As formas de interação entre o homem e o meio físico desempenham então uma centralidade indiscutível na sua pesquisa, assim como na perspectiva de Mackinder.

No entanto, ao contrário do geógrafo inglês, que tenta - sem sucesso - acomodar num esquema interpretativo de longa duração, a explosiva dinâmica conjuntural, Braudel, graças à decomposição dos tempos históricos, é capaz de distinguir e relacionar a permanência da geografia e da relação do homem com o meio ambiente, com a natureza cíclica da economia, da política e da guerra, valorizando o espaço como elemento mediador entre objetos históricos, durações e temporalidades diferentes.

Os territórios como conexão ideal entre espaço e política

Em Mackinder, o espaço e os movimentos de populações ao longo da Ilha Mundial são investigados numa perspectiva de longa duração: à permanência das forças ambientais responde a continuidade das civilizações, reações firmes e audaciosas aos desafios postos pelo meio físico. A contraposição entre continentalismo e oceanismo nasce como reelaboração, em chave geopolítica, da persistente ameaça dos povos das estepes sobre a civilização europeia, por sua vez, inscrita em claras relações de causalidade geográfica.

Da mesma forma, a ameaça contemporânea, representada pela Rússia czarista e bolchevique, versão atualizada da pressão mongol, com a potência do trem substituindo o ímpeto do camelo, é ainda o produto de relações de necessidade geográfica, onde não há espaço para a opção política. Como escreve Spykman, “Alexandre I, Czar de Todas as Rússias, legou a Josef Stalin, um simples membro do Partido Comunista, não apenas seu poder, mas também sua eterna luta por acesso ao mar” (SPYKMAN apud KAPLAN, 2013, p. 31).

É o mesmo Spykman, no entanto, quem anuncia a novidade da articulação do *Rimland*, afirmando que “na atual fase da história mundial, a tensão se orienta no sentido contrário. Agora é a zona do litoral que tenta encrostar-se nas terras centrais da Europa. A Alemanha avança na direção do Oriente e, na Ásia, o Japão se movimenta para o Ocidente” (SPYKMAN, 1944, p. 183). Já não é o coração da Eurásia quem exerce uma pressão centrífuga sobre as zonas costeiras do continente, mas é a aliança entre uma potência do *Rimland* e uma força oceânica – Alemanha e Japão – que tenta conquistar o coração eurasiático.

Neste novo contexto estratégico, o movimento de articulação do *Rimland* à conquista do coração continental, responde a processos, políticos e econômicos, cuja duração define um tempo social mais rápido, em comparação com o tempo geográfico de Mackinder, e cuja origem - toda política - se refere à dinâmica das relações, desiguais e assimétricas, do sistema internacional, mais que à das relações geográficas, descritas por Mackinder.

O campo de ação desta nova dinâmica já não são os espaços e os tempos geográficos da Ilha Mundial, mas os territórios políticos que integram o sistema internacional. De acordo com Jean Gottman, um território “é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (GOTTMAN, 1975, p. 526). A lógica política impõe-se sobre a geografia, enquanto os imperativos de segurança e reprodução material transformam os espaços em territórios. Abandonado o nomadismo, o aumento das ameaças externas e dos riscos de rebeliões internas fazem necessária a organização do espaço, para lidar com uma maior pressão competitiva.

A escolha de se sedentarizar inaugura um novo desafio fundamental para a segurança e a defesa do território: a fronteira torna-se um problema permanente. Dentro desse ângulo, pelo paradoxo do “dilema de segurança”, vinculado à natureza anárquica do sistema, o imperativo de autodefesa de um território converte-se num processo constante de acumulação de poder e num contínuo movimento de conquista, transformando a paz na principal justificativa da guerra. Esta mesma guerra, pela conquista de posições privilegiadas, dinamiza o sistema, integra os territórios, define as fronteiras e estabelece as hierarquias de poder entre as unidades políticas territoriais, formando um sistema rico em conexões.

Este sistema, desprovido de um governo centralizado, titular do monopólio da violência, não resulta necessariamente caótico, na medida em que existe uma fronteira “capaz de organizar o cálculo estratégico das grandes potências” (FIORI, 2004b, p. 86). Através da diplomacia e da força, o núcleo central das grandes potências limita a mobilidade ascendente das pequenas e médias potências, conferindo ao sistema uma estrutura hierárquica e oligopolística. Historicamente, após a primeira revolução industrial e a primeira divisão internacional do trabalho, alguns países “fizeram *catch up* com a Inglaterra adotando políticas mercantilistas ou nacionalistas, como os EUA, a Alemanha e o Japão” (FIORI, 2004a, p. 50).

O contexto político internacional

Graças ao conceito estratégico de *Rimland*, introduzido por Spykman, à categoria política de *Território*, definida por Gottmann e à dimensão temporal de *Ciclo sistêmico*, proposta por Braudel, a presente pesquisa tenta reinterpretar a história contemporânea da península balcânica, explorando as sobreposições que ciclicamente impõem-se à teoria do poder terrestre de Mackinder, em termos de articulações do *Rimland*.

Passando do nível das relações geográficas ao da política internacional contemporânea, é possível observar como, na segunda metade do século XIX, a unificação alemã abre um ciclo político e econômico novo, baseado na superação da fragmentação westfaliana da Europa central. A obra-prima de Bismarck é o produto de transformações políticas e econômicas estruturais, que, como já viu-se, respondem a temporalidades diferentes do tempo geográfico, com o qual trabalha Mackinder. Claro, também esses processos se movem dentro de uma geografia coercitiva, que fixa limites e oportunidades, mas a natureza política e econômica das transformações em curso, recalibra a distribuição de poder no espaço, produzindo novas correntes gravitacionais, novas tensões geopolíticas, novos conflitos e novas fronteiras.

A novidade geopolítica da reconfiguração unitária do espaço político alemão altera as regras do equilíbrio europeu, redefinindo o cálculo estratégico das potências. Neste sentido, a vitória alemã na guerra franco-prussiana confere ao 1870-1871 o significado de ano de cesura: a França perde definitivamente a posição histórica de primeira potência no continente, enquanto mudam as tradicionais relações de força. Depois de séculos de potências, nascidas às margens da Europa, desde a Espanha, ao Império dos Habsburgos, à França, à Rússia e à Inglaterra, contando com um quadro fragmentado no centro, sancionado pela Paz de Westfalia, a unificação política alemã transforma o centro da Europa, de teatro de choque entre potências, em pólo ativo de projeção de poder, na base do qual vibra a economia nacional mais forte do continente (STURMER, 1988, p. 250). A pressão competitiva sobre o sistema internacional aumenta, realinhando os interesses estratégicos das potências, *in primis* os da Grã-Bretanha, França e Rússia.

A primeira evidência histórica, que contradiz o esquema de contraposição frontal entre potência continental e potência oceânica, elaborado por Mackinder, está no protagonismo da região estratégica, que Spykman define como *Rimland*. Ao contrário do geógrafo britânico, que vê na região costeira da Ilha Mundial exclusivamente um objeto de disputa entre potência terrestre e potência marítima, Spykman reconhece uma clara subjetividade estratégica à região e aos atores políticos nela instalados.

A segunda evidência histórica tem a ver com a origem desse protagonismo. Enquanto Mackinder faz remontar a contraposição entre potência continental e potência oceânica às características da morfologia física da Ilha Mundial e às relações geográficas que a definem na longa duração, Braudel fornece as ferramentas analíticas para interpretar o protagonismo estratégico das forças do *Rimland* como produto histórico da potência do ciclo político e econômico. Trata-se de um tempo social, de média duração, que interessa os movimentos de conjunto do sistema internacional e que define territórios e configurações geopolíticas.

A unificação política alemã, que transforma o centro da Europa, de teatro de confronto entre potências, em pólo ativo de projeção de poder, é a manifestação plástica do protagonismo do *Rimland*, em relação ao qual o esquema de contraposição clássica entre potência continental e potência oceânica tem pouco valor explicativo. Por outro lado, a força propulsiva da economia nacional mais vigorosa do continente, da qual alimenta-se esse protagonismo político, é a expressão histórica da potência do ciclo político-econômico de média duração, em relação ao qual a temporalidade geográfica de longa duração, com a qual trabalha Mackinder, resulta uma dilatação excessiva.

Do ponto de vista estratégico, a contraposição entre potência do *Heartland* e potência oceânica recompõe-se, deixando o lugar a uma dupla articulação do *Rimland* europeu: geo-estratégica, ao ataque do coração eurasiático, por um lado; geo-econômica, à busca dos recursos do *Rimland* turco-médio-oriental, pelo outro. O *Rimland* balcânico, que em Mackinder funciona como barreira de contenção da expansão russa, na perspectiva alemã se torna plataforma de lançamento para o Oriente Médio. Assim, sob a pressão competitiva, que a Alemanha transmite ao sistema, as frágeis configurações políticas dos Bálcãs vão se desintegrando.

A projeção alemã para os Estreitos e o Oriente Médio é algo qualitativamente diferente da expansão continental russa para os “mares quentes”. A Rússia responde a um imperativo estratégico, vinculado a uma característica geográfica de seu território, a ausência de saídas para mares não congelados, configurando políticas de expansão, que - em aliança com a comunidade dos povos eslavos, de confissão ortodoxa - visam a conquista do *Rimland* balcânico e a expulsão do Império Otomano do sudeste da Europa. O movimento estratégico russo, portanto, por um lado, aponta para a substituição do poder otomano nos Bálcãs, por outro, legitima-se como política de proteção dos cristãos de Oriente, expostos à violência arbitrária do sultão.

O movimento alemão responde a um duplo imperativo geoeconômico. Projetada para o Mar do Norte e envolvida numa corrida armamentista com a marinha britânica, a Alemanha não sofre a falta de uma saída para o mar, mas sim das matérias-primas, necessárias para alimentar seus cruzadores e seu exército. A projeção geoeconômica alemã para a região do Oriente Médio, portanto, não se dá em contraposição com o poder otomano, mas, pelo contrário, graças a uma articulação com o sultão, que se transforma em aliança, por ocasião da Primeira Guerra Mundial. A penetração alemã através dos Bálcãs, em competição com a expansão russa, tende a dividir e contrapor os povos eslavos, armando eslovenos e croatas, de confissão católica, contra sérvios e macedônios, de fé ortodoxa, com efeitos divisórios na ordenação política da península.

Além da projeção para o Oriente Médio, ameaçando o acesso privilegiado aos poços de petróleo do Iraque otomano, fatores de caráter histórico, político e ideológico⁴², contribuem para impulsionar e legitimar o chamado *Drang nach Osten*, o impulso rumo ao Leste. Nesta visão, a península balcânica e a Europa oriental representam espaços considerados essenciais para o desenvolvimento demográfico, econômico e financeiro alemão: territórios econômicos, a serem enquadrados num esquema de especialização de exportação de matérias-primas para a Alemanha e proibidos da possibilidade de um desenvolvimento industrial e de uma inserção internacional autônoma. Uma espécie de “Índia alemã”!

⁴² Desde a colonização germânica de áreas eslavas e bálticas, realizadas entre os séculos XII e XV, ao Tratado de Versalhes, com qual o Império Alemão é privado das possessões coloniais, passando pela conceitualização de *Lebensraum* – espaço vital – e *Ergänzungsraum* – espaço de abastecimento.

Frente à projeção alemã para o Oriente, é difícil encontrar opostas políticas britânicas de contenção, como acontece em correspondência com toda tentativa russa, de alcançar os Estreitos. A importância estratégica de uma Alemanha forte no centro da Europa, capaz de compensar o poder continental da França, a oeste, e da Rússia, a leste, além dos capitais investidos pelos bancos britânicos no financiamento da indústria alemã, explicam a “desatenção” da Inglaterra, com a qual a Alemanha estabelece “uma relação de complementaridade virtuosa e cumulativa” (FIORI, 2004a, p. 51), que alimenta seu crescimento e seu impulso revisionista, transformando-a na sua principal adversária estratégica.

Se, então, a oposição entre potência continental e potência oceânica tende a congelar as fronteiras balcânicas, comprimindo um espaço político esquizofrênico, caracterizado por fortes impulsos internos à fragmentação, a marcha alemã para o leste, não encontrando uma equivalente oposição inglesa, resolve-se numa brutal competição com a Rússia, numa luta entre povos eslavos e na conflagração dos conflitos mundiais.

Considerando o período histórico contemporâneo, desde o Congresso de Viena (1815) até o início do século XXI, podemos identificar *grosso modo* três conjunturas históricas de forte penetração alemã na península balcânica.

1878 – 1917:	Do Congresso de Berlim à Revolução Bolchevique 1) A Questão Balcânica e a Primeira Guerra Mundial
[1918 – 1938]	-----
1939 – 1946:	Da invasão da Albânia à guerra civil grega 2) A Segunda Guerra Mundial
[1947 - 1990]	-----
1989 – 1999:	Da queda do Muro de Berlim à guerra no Kosovo 3) As Guerras de Jugoslávia

1878 – 1917: Do Congresso de Berlim à Revolução Bolchevique
1) A Questão Balcânica e a Primeira Guerra Mundial

O Congresso de Berlim representa um ponto de virada histórico. De acordo com o esquema de Stavrianos⁴³, após uma primeira fase de penetração capitalista nos Bálcãs, inaugurada pela Guerra da Crimeia, a Conferência de Berlim abre uma segunda fase, mais propriamente imperialista, em que os Bálcãs, analogamente às colônias, tornam-se terreno de choque entre rivalidades europeias. Na conferência, que consagra a potência geopolítica do *Reich* alemão, Bismarck empurra a Áustria para a arena dos Bálcãs, tornando-se árbitro da competição austro-russa na região. Enquanto o chanceler, atento à delicada gestão dos interesses estrangeiros na área, empresta a Áustria uma ajuda puramente defensiva, para evitar um alargamento balcânico russo, a rivalidade não ameaça a paz europeia. No entanto, com a renúncia forçada de Bismarck e o dinamismo de Wilhelm II, a competição nos Bálcãs leva rapidamente a Europa à conflagração mundial de 1914.

Entre as iniciativas de penetração alemã nos Bálcãs, é preciso mencionar a estratégia de colonização econômica do Império Otomano e a estruturação de diferentes eixos de influência ao longo dos Bálcãs, do Médio Oriente até o Golfo Pérsico, ameaçando fechar aos russos o acesso aos Estreitos e aos britânicos a rota para a Índia.



Mapa 46 - Eixo Mar do Norte – Mar Negro

⁴³ STAVRIANOS, 1958.



Mapa 47 - Eixo Mar do Norte – Golfo Pérsico

Do ponto de vista territorial, o Congresso de Berlim satisfaz os pedidos nacionais de Sérvia, Montenegro, Romênia e Grécia, mas deixa aberta a questão macedônia, que se transforma na preocupação das chancelarias europeias e no objetivo estratégico de Sérvia, Bulgária e Grécia, atrás das quais operam respectivamente Rússia, Alemanha e Grã-Bretanha. Esta última, no entanto, a partir da construção de uma base naval em Chipre (1878) e da invasão militar do Egito (1882), tende a se desengajar da área dos Estreitos, podendo contar com um suficiente sistema de proteção do Canal de Suez e da rota para a Índia. O desengate britânico, juntamente com a crescente projeção econômica alemã sobre o Império Otomano, leva a um acordo entre Grã-Bretanha e Rússia em 1907, sobre a repartição das esferas de influência na Ásia, a última peça para a formação da Tríplice Entente, entre Grã-Bretanha, Rússia e França.

Os efeitos da reconfiguração estratégica são imediatos e 1908 é um ano denso de acontecimentos: aproveitando-se da fraqueza turca e do desengajamento dos ingleses, o príncipe da Bulgária proclama a independência, enquanto a Áustria se anexa a Bósnia-Herzegovina. Também na Sublime Porta abre-se uma fase de grande instabilidade, que culmina com a revolução dos Jovens Turcos. A mudança de regime em Constantinopla, onde o estado se fortalece, graças a reformas rápidas e radicais, alerta os estados balcânicos, que agora, para implementar suas políticas nacionais, colocam como objetivo estratégico comum a definitiva expulsão dos turcos do solo europeu.

Em 1912, começa a Primeira Guerra Balcânica: Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia, unidas na Liga Balcânica, atacam os territórios turcos. Após uma campanha vitoriosa, em 1913, o Tratado de Londres redimensiona as pretensões búlgaras sobre a Macedônia e fecha as ambições sérvias sobre o Adriático, com a criação da Albânia.



Mapa 48 - I Guerra Balcânica

Um mês após a assinatura do tratado, a Bulgária ataca gregos e sérvios, para lhes arrancar as recentes conquistas macedônias, (Segunda Guerra Balcânica), mas é derrotada. A maioria da Macedônia fica entre Sérvia, Montenegro e Grécia, com base nos Acordos de Bucareste.



Mapa 49 - II Guerra Balcânica

As aquisições macedônias fazem da Sérvia o mais potente estado balcânico, que aspira reunir, sob a própria liderança política, todos os componentes dos eslavos do sul, dentro de uma comunidade jugoslava, que começa a ser desejada também pelos eslavos, submissos ao Império Austro-Húngaro, criando inevitáveis fricções com Viena.

A interferência das grandes potências nas diatribes regionais agrava a tensão na região e exaspera a competição entre os nacionalismos dos emergentes estados balcânicos: desde o sonho quebrado da Grande Bulgária⁴⁴ até as ambições da Grande Sérvia⁴⁵ e da Grande Ideia Grega⁴⁶, os diferentes projetos nacionalistas visam reunir os próprios grupos étnicos, disseminados ao longo da península balcânica, em entidades políticas, a serem constituídas pelos territórios, onde cada etnia resulte maioria, independentemente da natureza plurinacional, herdada da desintegração do Império Otomano.



Mapa 50 - Aspirações geopolíticas nos Bálcãs

⁴⁴ Veja os acordos de Santo Estêvão, retificados no Tratado de Berlim (1878).

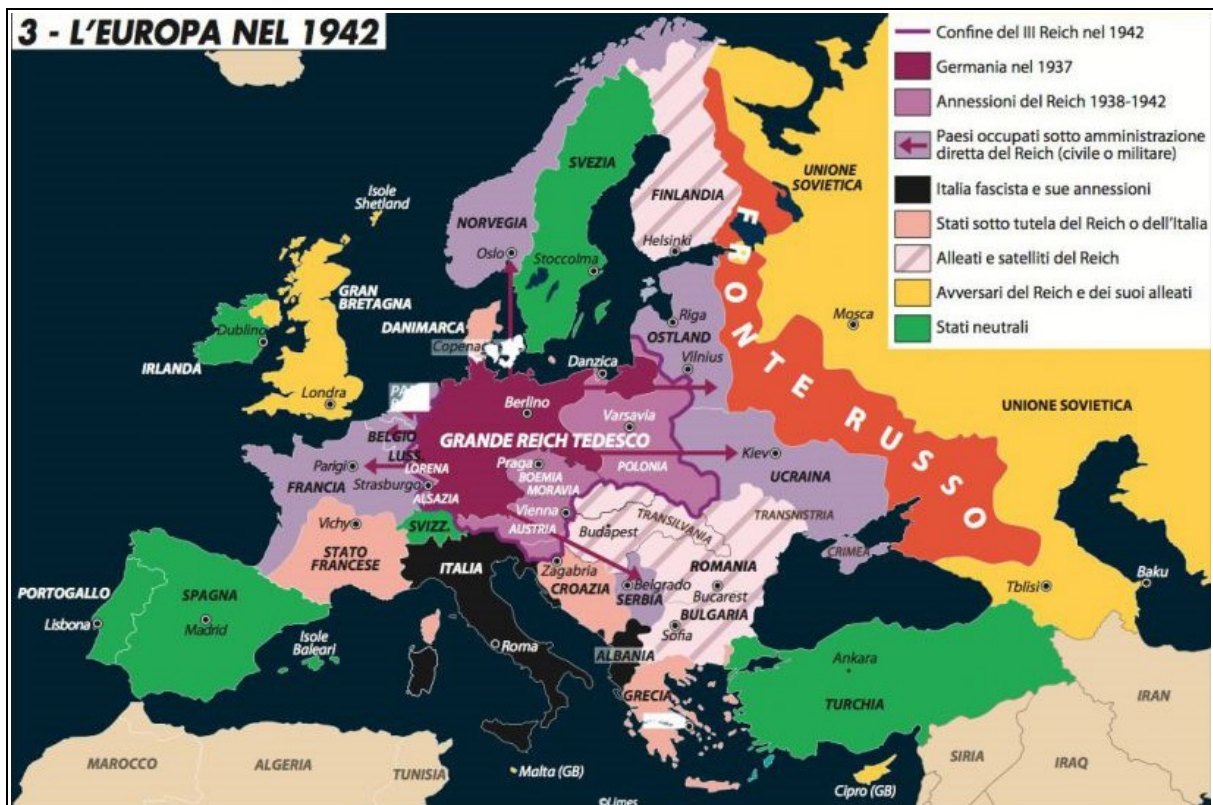
⁴⁵ Seriam sérvios todos os eslavos que falam o dialeto *stokaviano*, base da língua servo-croata.

⁴⁶ O conceito da *Megali Idea* reconciliava a tradição helenística com a tradição religioso-ortodoxa.

1939 – 1946: Da invasão da Albânia à guerra civil grega
1) A Segunda Guerra Mundial

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, os Bálcãs não entram nos planos estratégicos de Hitler, interessado, em vez disso, no petróleo do Cáucaso e no trigo do Kuban, considerados vitais para sustentar uma longa guerra transcontinental contra as potências anglo-saxãs. É Mussolini, quem tece planos estratégicos para a conquista dos Bálcãs, a projeção no Mediterrâneo oriental, no Mar Vermelho, até o Corno de África.

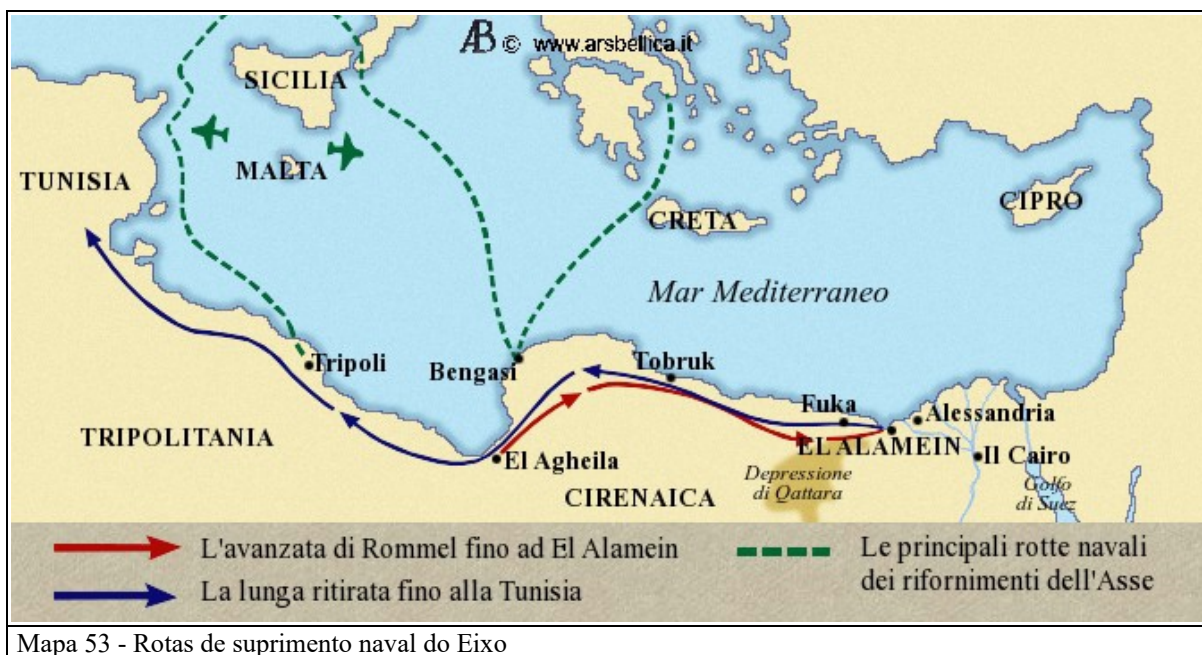
Desde a Albânia, ocupada em 1939, os italianos lançam o ataque à Grécia, que revela-se um ressonante fracasso: abre-se um vácuo político nos Bálcãs e geram-se dois rápidos movimentos, destinados a preenchê-lo. Por um lado, os britânicos desembarcam na península, para defender a última região europeia ainda livre da ocupação nazista; por outro lado, os alemães, facilitados pela adesão ao Eixo da Romênia e da Bulgária, em seis semanas, conquistam a Jugoslávia e a Grécia. Toda a península balcânica cai nas mãos de Hitler, que, em junho de 1941, lança a Operação Barbarossa, atacando a União Soviética. A partir de agora, novamente, Grã-Bretanha e União Soviética são aliadas.



Mapa 51 - Europa 1942

A ocupação alemã e italiana da península balcânica é apoiada, localmente, pelos exércitos aliados de Bulgária e Romênia e pelas milícias da Croácia fascista e da Grande Albânia, novos estados vassallos das potências do Eixo. A divisão do território em zonas de ocupação apresenta um perfil antigo: os Bálcãs ocidentais, tradicionalmente ligados a Veneza, à Áustria e à autoridade católica do Papa, são repartidos entre italianos e croatas. A Macedônia e os Bálcãs orientais, de tradição ortodoxa, retornam sob o domínio búlgaro. Finalmente, a Sérvia e os pontos estratégicos de acesso e de trânsito através da península, permanecem sob controle alemão, como as rotas de conexão aos portos de Atenas e Tessalônica, de onde saem os suprimentos para as forças de Rommel na África do Norte.





À raça, ideologia e orientação sexual, fatores centrais, em torno dos quais organiza-se a política de extermínio na Europa ocupada, acrescentam-se, nos Bálcãs, elementos discriminatórios de natureza religiosa e confessional, que historicamente diferenciam, dentro da mesma família dos eslavos do sul, a comunidade católica, composta por eslovenos e croatas, da comunidade ortodoxa, composta por sérvios, macedônios e búlgaros, da comunidade muçulmana, composta por Bosníacos⁴⁷ e Torbesh⁴⁸.

Entre as vítimas balcânicas do extermínio nazi-fascista, portanto, é possível encontrar, além de judeus e ciganos, também cidadãos croatas pertencentes à resistência, testemunhando a brutalidade do confronto ideológico⁴⁹. Além desses, na específica versão balcânica da tragédia, existem também grupos de croatas muçulmanos e sérvios ortodoxos, exterminados por causa da diferente identidade religiosa ou, mesmo, da diferente afiliação confessional, dentro da mesma família cristã⁵⁰.

⁴⁷ Os *Bosníacos* são descendentes de populações eslavas que converteram-se ao Islã durante o período otomano; atualmente eles vivem prevalentemente na Bósnia-Herzegovina, no Sanjaco, entre Sérvia e Montenegro, além de constituir uma minoria no Kosovo.

⁴⁸ Os *Torbesh* são uma população eslava, de religião e cultura muçulmana, presentes nas regiões ocidentais da Macedônia; atualmente vivem na porção sul-ocidental, próxima à fronteira com a Albânia

⁴⁹ NOLTE, 1994.

⁵⁰ Zerjavić subdivide por etnias o número dos caídos em território croata: 322.000 sérvios, 255.000 croatas muçulmanos, 20.000 judeus e 16.000 ciganos (ŽERJAVIĆ, 1989).

1989 – 1999:	Da queda do Muro de Berlim à guerra no Kosovo 3) As Guerras de Jugoslávia
--------------	--

Mais uma vez, a fase histórica em exame abre-se em Berlim, com a queda do Muro que divide as duas Alemanhas. O evento, precedido por uma década de “idéias e ações convergentes em torno de uma mesma estratégia anticomunista”, aberta pelas eleições de Karol Wojtyla em 1978, Margaret Thatcher em 1979, Ronald Reagan em 1980 e Helmut Kohl em 1983, é a manifestação plástica da “força política e ideológica da resposta conservadora aos movimentos emancipatórios dos anos 60 e à crise econômica da década de 1970” (FIORI, 2015, p. 204), capaz de fazer implodir o mundo socialista⁵¹.

A queda da “cortina de ferro” priva inexoravelmente a Jugoslávia do precioso papel de “estado-tampão”, construído com inteligência por Tito, na Guerra Fria. Os Bálcãs voltam a ser o tabuleiro em que as grandes potências movem seus peões, com a inédita novidade da ausência geopolítica russa. A reestruturação da ordenação geopolítica da Jugoslávia está, portanto, na agenda, de acordo com os interesses da nova potência unipolar americana e da Alemanha reunificada.

Os Estados Unidos identificam na intervenção do FMI, a alavanca para dismantelar a estrutura política e econômica da federação e financiar a conversão da Jugoslávia numa economia de mercado. Com o desvio das receitas fiscais, tradicionalmente destinadas às repúblicas, para o pagamento da dívida externa, recém contrada, os reformadores conseguem, de um só golpe, quebrar a estrutura fiscal da Federação Jugoslava e ferir mortalmente suas instituições políticas. Com efeito, o corte das artérias financeiras, entre Belgrado e as repúblicas, fortalece inevitavelmente as tendências separatistas já em ato. Desta forma, o colapso econômico vai estimulando a deriva secessionista, enquanto as secessões vão exacerbando a crise econômica⁵².

⁵¹ Com a importante exceção de Cuba.

⁵² CHOSSUDOVSKY, 1999.

Neste contexto, uma compacta frente católica, composta por Alemanha, Áustria e pelo Vaticano lança a iniciativa unilateral, para reconhecer a subjetividade do direito internacional de Eslovênia e Croácia, antigos territórios dos Habsburgos, no contexto da dissolução política da Jugoslávia. O movimento, acompanhado pela venda de armas da produção alemã⁵³ às repúblicas rebeldes e destinado a aprofundar a dinâmica das novas guerras balcânicas, constitui a primeira campanha alemã de *Blitzdiplomatie*, após a reunificação (DREIFUSS, 2000, p. 357), visando definir a Eslovênia como zona de influência alemã e a Croácia como histórica linha de contenção. Neste caso também, o desmantelamento da estrutura federativa jugoslava é condição necessária, para avançar na construção, no coração da Europa, de um enorme bloco industrial integrado, no qual gravitem as áreas produtivas dos países vizinhos, com baixos custos salariais e câmbios deprimidos.

Por outro lado, a intervenção americana, inicialmente orientada a sabotar as frágeis tentativas de mediação europeia, após o envolvimento da Bósnia no conflito, tende a se articular ao longo da chamada “dorsal verde”, o eixo filo-islâmico que descreve a antiga linha de penetração otomana na Europa, unindo - ao longo das cordilheiras balcânicas - a Turquia à Bósnia, através de Bulgária, Albânia, Macedônia e Kosovo. O objetivo é criar um “cinturão islâmico”, que sitie a área ortodoxa, quebrando o eixo de relação entre Belgrado e Moscou, e separando definitivamente a Europa da Rússia.

Fecha-se, assim, um ciclo de mais de setenta anos de apoio ocidental ao projeto da “Grande Sérvia”, adotado pela Jugoslávia de Wilson, para contrastar a hegemonia de um ressurgente império central germânico e retomado pela Jugoslávia de Tito, para bloquear o caminho aos tradicionais ímpetus expansionísticos russos e depois soviéticos. Vencida a Guerra Fria e atenuado o pesadelo do revanchismo alemão, desaparecem as condições, que determinaram o nascimento do estado balcânico em Versalhes: a Sérvia é abandonada a si mesma, até a tragédia da limpeza étnica em Kosovo, que legitima aos olhos do mundo uma guerra pensada para eliminar o *establishment* de Belgrado. O *século breve* termina lá, onde tinha começado: nos Bálcãs, quando amadurece a sangrenta dissolução da Jugoslávia.

⁵³ Sobre a venda ilegal de armas a Eslovenia e Croacia, veja STRAZZARI, 2008 e PIRJEVEC, 1993.

Algumas remotas estratégias defensivas dos Habsburgos contribuem para tornar particularmente dramáticos os fenômenos de limpeza étnica, que as Guerras de Jugoslávia desencadeiam entre as populações dos Bálcãs. Em particular, uma estratégia defensiva, adotada ao longo da fronteira croata-otomana, entre os séculos XVI e XVIII, proporcionava condições de colonização e acesso à terra, particularmente favoráveis, aos povos eslavos, que fugiam dos turcos e concordavam em se instalar nas áreas fronteiriças, com o compromisso de permanecer e de contribuir para a defesa. Embora o convite tenha sido dirigido principalmente aos sérvios ortodoxos, a iniciativa contribuiu para criar nos Bálcãs ocidentais uma notável diversidade cultural, desde o ponto de vista étnico, linguístico, religioso e confessional, e gerar importantes espaços de convivência e tolerância, dos quais ainda hoje sobrevivem testemunhos nas paisagens, na literatura e na memória coletiva.

Quando, no entanto, a região é atingida pela guerra na década de 1990 e a contraposição política entre república sérvia, croata e bósnia assume a dimensão do conflito interétnico, os programas de limpeza étnica, visando uniformizar uma região profundamente heterogênea, como os Bálcãs, atacam e destroem esse patrimônio de diversidade cultural, acumulado por séculos, ao longo das áreas da antiga fronteira otomana, dando vida a verdadeiros episódios de extermínio coletivo.



Mapa 54 - Áreas afetadas pela guerra (1991-1995)

Dinâmica regional e dinâmica sistêmica

Retomando o nexos de “causalidade geográfica”, identificado pelo Mackinder geógrafo, é possível representar as tensões, que atravessam o contexto geopolítico balcânico, dentro do mais amplo quadro europeu e eurasiático, a partir das relações geográficas da Ilha Mundial: elas gerariam uma constante tensão centrífuga, capaz de projetar as forças terrestres, localizadas no coração eurasiático, para as zonas costeiras do continente, contrapondo-as às forças marítimas, que, a partir do oceano, buscam bloquear qualquer acesso ao mar. Trata-se de tensões permanentes, de longa duração, ligadas às características geográficas dos espaços, com que as comunidades humanas interagem e em que resolvem as questões relacionadas à sua própria sobrevivência. Estamos na temporalidade das fronteiras culturais entre civilizações.

Aprofundando o quadro geográfico-estratégico e trazendo-o para os contextos históricos e políticos, que marcam a história contemporânea, destaca-se como essas tensões explicitam-se numa constante contraposição entre a potência terrestre, localizada no coração continental, e a potência marítima, dominadora dos oceanos: da oposição secular entre o Império Britânico e o Império Czarista, durante os séculos XVIII e XIX, até a oposição bipolar, entre Estados Unidos e União Soviética, durante o século XX, passando pela hostilidade entre exército branco e exército vermelho, após a revolução bolchevique, o determinismo de Mackinder não deixa espaço a evoluções alternativas.

A dialética das durações de Braudel, no entanto, permite pesquisar um nível intermédio, menos profundo do que a história de longa duração, que trata Mackinder, mas também menos superficial e contraditório do que a história dos eventos cotidianos. É a temporalidade das transformações sistêmicas, ciclos políticos e econômicos, que transformam os espaços geográficos em territórios, a partir da sua divisão e diversificação, em função de razões políticas e decisões relativas a abrigo, proteção e oportunidades econômicas. É a temporalidade das fronteiras políticas entre territórios, onde a guerra, orientada para a conquista de posições privilegiadas de tipo monopolístico, dinamiza o sistema, integra territórios e define as hierarquias de poder entre unidades políticas territoriais, formando um sistema rico em conexões.

A partir da centralidade da guerra, é possível, então, construir uma periodização cíclica da história contemporânea da península balcânica, dentro da mais ampla dinâmica do sistema europeu e internacional. Desde as Guerras Napoleônicas do início do século XIX, até as Guerras de Jugoslávia, do final do século XX, é possível identificar três grandes fases históricas, que se abrem, na conclusão de um conflito sistêmico, com uma grande conferência internacional, em que as potências vencedoras definem as bases hierárquicas da nova ordem internacional e uma “nova doutrina estratégica, com a escolha do inimigo e a definição das fronteiras e das regras da contraposição” (FIORI, 2004b, p. 86).

Eis, então, o Congresso de Viena, depois das Guerras Napoleônicas, que marca “o ponto mais próximo do governo universal, ao qual a Europa tenha chegado, desde o colapso do Império de Carlos Magno” (KISSINGER, 2015, p. 66); a Conferência de Paz de Paris, após a Primeira Guerra Mundial, onde “não existe acordo entre a Inglaterra e a França sobre as bases da nova ordem mundial, nem muito menos sobre o lugar e o papel que estão dispostas a conceder aos Estados Unidos, dentro do clube das Grandes Potências” (FIORI, 2004b, p. 80); as inconclusivas Conferências de Yalta e Potsdam, após a Segunda Guerra Mundial, apesar das quais “o desenho hierárquico e as posições territoriais de cada um dos ganhadores vão sendo estabelecidas, na prática, caso a caso, em função dos interesses de cada um, e da correlação de poder local” (FIORI, 2004b, p. 86).

Além das diferenças entre os contextos históricos específicos, nos três casos, são os britânicos que indicam o inimigo estratégico na Rússia czarista, na Rússia bolchevique, e que sugerem aos Estados Unidos, a União Soviética. As três fases históricas, portanto, abrem-se, estruturando-se sobre a oposição, já revelada por Mackinder, entre a potência continental e a potência oceânica, onde a primeira responde ao imperativo estratégico de alcançar uma saída para os “mares quentes” do planeta e a segunda, de evitar isso. É este o “conflito central, mais permanente, que serve como eixo organizador de todo sistema” (FIORI, 2004a, p. 53).

Dentro dessas configurações sistêmicas, definidas no final de um conflito igualmente sistêmico, o espaço político no centro da Europa resulta fragmentado ou desarmado ou dividido. São as condições, nas quais encontra-se a realidade política alemã: fragmentada, de acordo com os ditames de Westfália, depois do Congresso de Viena; derrotada e desarmada, de acordo aos medos franceses, depois da Paz de Versalhes; derrotada e ocupada, no confronto bipolar, após o fracasso de Potsdam.

Ao mesmo tempo, na periferia sudeste da Europa, as potências vitoriosas intervêm na realidade política balcânica, patrocinando configurações geopolíticas, tendencialmente unitárias, com o objetivo de bloquear a expansão das potências continentais para os Estreitos e o Mediterrâneo. A essas configurações políticas, impostas de fora, as populações balcânicas respondem de maneira unitária. É uma frente unida, a dos Bálcãs ortodoxos, que se rebela contra à autoridade otomana; é uma frente unida, ainda maior, a dos eslavos do sul, reunidos na Jugoslávia de Wilson, como aquele que, através da resistência ao nazi-fascismo, dá vida à Jugoslávia de Tito.

No entanto, escreve Spykman: “na atual fase da história do mundo, a tensão se orienta no sentido contrário” (SPYKMAN, 1944, p.183). É interessante observar como o tempo social da política e da guerra, das grandes forças coletivas e dos destinos gerais, se sobrepõe ao tempo geográfico da contraposição de longa duração, entre potência continental e potência oceânica, fazendo com que a fragmentada Confederação Germânica atinja com Bismarck a unificação política; com que a desarmada Alemanha de Versalhes comece com Hitler a se rearmar; com que a Alemanha dividida pela Guerra Fria consiga com Kohl se reunir.

Cada um desses eventos, que coroa um processo cíclico de natureza política e econômica, abre uma subfase histórica, na qual a potência geopolítica e geoeconômica alemã, resultado do pulsar da economia mais forte do continente, projeta-se ao longo da península balcânica para o Oriente, em busca dos recursos energéticos para alimentar seu próprio desenvolvimento. Começam, assim, a se registrar, entre o espaço político alemão e o balcânico, sinais de articulação do *Rimland*, ao longo de antigas vias fluviais e novas conexões ferroviárias, que apontam para Oriente, entrando em forte contradição com os interesses estratégicos russos, nos Estreitos, e britânicos, no Golfo Pérsico.

A transformação sistêmica no centro da Europa recalibra a distribuição do poder no espaço europeu e eurasiático, produzindo novas correntes gravitacionais, novas tensões geopolíticas, novos conflitos e novas fronteiras. A novidade geopolítica alemã impõe a redefinição do cálculo estratégico, enquanto aumenta a pressão competitiva do sistema, realinhando os interesses, *in primis* da Grã-Bretanha, da França e da Rússia.

O surpreendente efeito da conjuntura política e econômica alemã é de produzir alianças, antitéticas com respeito à tradicional oposição geopolítica, entre potência continental e potência oceânica. Acontece, então, que décadas de oposição, diplomática e estratégica, entre o Império Britânico e o Império Czarista, resolvem-se no acordo anglo-russo de 1907, que precede o início da Primeira Guerra Mundial. De forma análoga, décadas de políticas de isolamento contra a Rússia bolchevique, por parte do Império Britânico, esgotam-se na grande aliança com Stalin contra a Alemanha de Hitler, após o lançamento da Operação Barbarossa, durante a Segunda Guerra Mundial. A potência do ciclo alemão mina as doutrinas estratégicas existentes, impondo a redefinição da escolha do inimigo e reaproximando – até a aliança – a potência continental, russa e depois soviética, com a potência marítima britânica.

Os efeitos sobre a península balcânica desta revolução estratégica copernicana são dramáticos. O atraso, com o qual a potência marítima britânica capta a urgência de recolocar a potência, com a qual mantém uma “relação de complementaridade virtuosa e cumulativa” (FIORI, 2004a, p. 51) no papel de inimigo estratégico, agrava a competição entre Rússia e Alemanha, na área balcânica. Falta uma política de contenção por parte britânica e a penetração alemã insinua-se na península, chocando diretamente com as estruturas, políticas e culturais, sobre as quais a Rússia construiu ao longo de séculos sua presença nos Bálcãs. A unidade política da região torna-se impossível e a divisão entre os povos balcânicos tende a assumir o caráter da repartição de territórios entre potências. O resultado é a feroz contraposição entre nações balcânicas, que rapidamente se armam umas contra as outras, aderindo, com base em categorias pré-políticas, de natureza étnica, cultural e religiosa, à batalha geopolítica desta ou daquela potência.

Durante as Guerras Balcânicas, no início do século XX, Croácia e Bósnia, localizadas nos Bálcãs ocidentais, estão firmemente sob controle germânico, fazendo parte do Império dos Habsburgos. A contraposição, então, explode nos Bálcãs orientais, ortodoxos, onde a Bulgária, cooptada pelos impérios centrais, ataca a Sérvia e a Grécia, para recuperar aquelas áreas e articulações estratégicas em território macedônio, que resultam essenciais para uma projeção germânica, em direção ao Egeu.

Diversamente, nos anos que precedem o início da Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia apresenta uma estrutura política plurinacional unitária, resultado do trabalho diplomático de Versalhes. Neste caso, a penetração nazi-fascista, que desde abril de 1941 assume a forma de ocupação militar, quebra a unidade balcânica, desencadeando os setores ocidentais dos Bálcãs, Croácia e Albânia, contra o coração balcânico ortodoxo, composto por Sérvia e Macedônia. O objeto da disputa, mais uma vez, são as linhas de conexão entre Europa central, Mediterrâneo e África do Norte.

Finalmente, na delicada fase de implosão do mundo socialista, o declinar da presença de um ator político, com grande tradição histórica nos Bálcãs, como a Rússia, altera os equilíbrios políticos da península, minando a unidade plurinacional da Jugoslávia de Tito e abandonando a Sérvia a uma deriva militarista, em ocasião da projeção alemã e austríaca sobre Eslovênia, Croácia e Bósnia e da articulação americana, ao longo da “dorsal verde”, que une a Turquia à Bósnia, através das montanhas de Bulgária, Albânia, Macedônia e Kosovo.

Mais uma vez, as diferenças religiosas e confessionais, produzidas, ao longo da história dos Bálcãs, por dinâmicas de longa duração, que interessam a relação do homem com o meio físico, funcionam como eficaz material inflamável, para alimentar conflitos, projetados em outras capitais e ativados em nome de interesses políticos e econômicos, estranhos às heterogêneas identidades étnicas, linguísticas, religiosas e confessionais dos povos balcânicos. Desta forma, o horizonte político das estratégias das grandes potências insinua-se em pré-existentes fronteiras e fraturas culturais, desencadeando guerras locais, funcionais à conquista de posições privilegiadas e a reprodução de relações desiguais e assimétricas, no sistema internacional.

CONCLUSÕES

Partir da geografia de seus espaços, recorrer a geo-história de suas civilizações, para chegar a pensar a península balcânica, como um sistema de territórios, atravessado pelas tensões produzidas pelas relações competitivas entre as unidades político-territoriais, que compõem o sistema internacional, foi uma jornada fascinante e um exercício complexo, visando capturar os movimentos de origem e os ritmos diferentes, que cada atualidade guarda e projeta para o futuro.

Depois de ter analisado a posição da península balcânica, no marco de dois sistemas geográficos mais amplos, como a Ilha Mundo de Mackinder e o Mediterrâneo de Braudel, sobrepos-se, como folhas transparentes, três diferentes representações desta parcela de espaço, destacando suas características físicas, as dinâmicas étnicas, linguísticas e religiosas e os movimentos de conquista.

Assumindo que cada categoria de fenômeno, enquanto objeto histórico, tem uma duração específica e, enquanto objeto geográfico, uma peculiar configuração espacial, contida e descrita por específicos limites ou fronteiras, utilizou-se a dialética das durações, proposta por Braudel como metodologia de investigação histórica, para identificar e colocar em relação dialética a variabilidade das fronteiras políticas com a permanência das fronteiras geográficas e a continuidade daquelas culturais.

A análise geográfica do primeiro capítulo destacou a delicada posição de dobradiça, entre Europa e Oriente Médio, da península balcânica, articulada em torno de um ponto de passagem chave - os Estreitos - que a projeta para a península anatólica e para a região mediorienta. Sua morfologia, predominantemente montanhosa e íngreme, articula-se do noroeste para o sudeste, com cordilheiras paralelas, que deixam pouco espaço para desenvolvimentos planos, localizados principalmente, a oeste, ao longo da costa adriática, a leste, em proximidade dos Estreitos e, a norte, ao longo do Danúbio. Entre essas planícies, uma ampla espessura montanhosa, de difícil acesso, constitui o coração da península dos Balcãs, atravessável mais facilmente desde os Estreitos para o Danúbio, do que em outras direções, de e para o Adriático.

A análise geo-histórica do segundo capítulo destacou, por outro lado, como na longa duração das civilizações, “espaços trabalhados constantemente pelos homens e pela história” (BRAUDEL, 1982, Vol. 2, pag. 107), a península balcânica encontrou-se numa posição intermediária, disputada entre dois importantes centros civilizadores da Idade Antiga e Média: no Ocidente, Roma, além do Adriático, e no Oriente, Constantinopla, além da Cordilheira dos Balcãs. A luz, irradiada por estas capitais, investe e ilumina as regiões marginais da península, tentando se insinuar entre seus relevos centrais e subir as encostas do seu coração montanhoso, deixando inevitavelmente algumas zonas na sombra.

O resultado é uma dorsal adriática de colonização latina, que chega até o rio Drina, além da qual resiste a civilização grega, que, convertida ao cristianismo, torna-se ortodoxa. Da mesma forma as planícies orientais, próximas de Constantinopla e boa parte do coração balcânico, sérvio e macedônio, são recorridas pelos evangelizadores orientais. No entanto, nas partes mais inacessíveis e afastadas da sede do Papa de Roma e do Patriarca de Constantinopla, naquelas montanhas, onde o anúncio do evangelho e a ordem da lei acham dificuldades para chegar, alguns séculos mais tarde, se infiltra a civilização islâmica, desde a Turquia até a Bósnia, passando por Bulgária, Macedônia e Kosovo, oferecendo aos camponeses “sem deus” um acesso à terra, livre de gravames feudais. As idéias religiosas, os projetos políticos, a percepção do direito e as expressões artísticas desses povos tenderam, portanto, desde longo tempo, a se orientar para pontos de referência diferentes e opostos, pegando caminhos evolutivos discordantes.

A análise geopolítica do terceiro capítulo destacou, por outro lado, como a península balcânica representa uma área de atrito entre as esferas de influência do Império Russo, do Império Austro-Húngaro, do Império Otomano e do Império Britânico. Nesta dinâmica, a fragmentação de longa duração dos Balcãs, já resultado da descontinuidade física da península e das fraturas culturais que a atravessam, é investida pela pressão competitiva do sistema internacional, com êxitos contrastantes: a tendência à fragmentação política é contida pelo contraponto estrutural, que a potência marítima opõe à expansão para o Mediterrâneo do *Heartland* continental. No entanto, a cíclica articulação do *Rimland*, projetando-se geoeconomicamente sobre a região, na busca dos recursos energéticos do Oriente Médio, investe a península balcânica, exacerbando sua fragmentação política, ao longo de pré-existentes linhas de fratura cultural de longa duração.

BIBLIOGRAFIA

AHRWEILER, H. Byzance et la mer. Presses Universitaires de France, 1966.

ARON, R. Paz e guerra entre as nações. Brasília: UNB/IPRI, 2002.

AYMARD, M. La Méditerranée chrétienne et l'essor du monde moderne (XIIIe-XVIIIe siècles) - Espace et économie urbaine: métropoles, mégapoles, mégalopolis.

BLACK, J. The Rise of European Powers. New York: Edward Arnold, 1990.

BRAUDEL, F. (1949) La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. Paris: Armand Colin, 1982.

BRAUDEL, F. Histoire et Sciences sociales: La longue durée. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 1958. Vol. 13. pp. 725-753.

BRAUDEL, F. La Méditerranée. L'espace et l'histoire. Paris: Flammarion, 1985.

BRAUDEL, F. O espaço e a história no Mediterrâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, F. Uma lição de história de Fernand Braudel. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1989.

BRAUDEL, F. (1987) Gramática das civilizações. Fontes: São Paulo, 1989.

BRAUDEL, F. (1986) Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Vol. 03. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BRZEZIŃSKI, Z. Game Plan: The Geostrategic Framework for the Conduct of the US--Soviet Contest. Harper Collins Publishers, 1986.

BRZEZINSKI, Z. Strategic vision: America and the crisis of global power. Basic Books, 2013.

CHOSSUDOVSKY, M. A Globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CVIJIĆ, J. Grundlinien Der Geographie und Geologie Von Mazedonien und Altserbien, Nebst Beobachtungen in Thrazien, Thessalien, Epirus und Nordalbanien. 1908.

DE PLANHOL, X. De la plaine pamphylienne aux lacs pisidiens: nomadisme et vie paysanne. Vol. 3. Dépositaire Librairie Adrien-Maisonneuve, 1958.

DREIFUSS, R. A. A Visão Estratégica na Construção do Futuro da Alemanha. Em: Alemanha: visões brasileiras. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

FAROQHI, S. et al. An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914. Cambridge University Press, 1994.

FIORI, J. L. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. Em: FIORI, J. L. (org.), O poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. Em: FIORI, J. L. (org.), O poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. O poder global: e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. Information. International Social Science Council. 1975. 14.3. pp. 29-47.

GRAVES, R. The Greek Myths. London: Penguin, 1955.

GUILAINE, J. La mer partagée: la Méditerranée avant l'écriture, 7000-2000 avant Jésus Christ. Hachette littératures, 2005.

GUILLERM, A. La marine dans l'antiquité. Presses universitaires de France, 1995.

KAPLAN, R. A vingança da geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KISSINGER, H. *Diplomacy*. Simon and Schuster, 1994.

KISSINGER, H. *Ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LACOSTE, Y. Braudel geógrafo. Em: Vários (org.). *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus, 1989.

LACOSTE, Y. and FRANCA, M. C. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1997.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, 1904, 23, pp. 421-37.

MACKINDER, H. J. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. New York: Holt, 1919.

MELLO, L. I. A. *Quem tem medo da geopolítica?*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

METRI, M. *Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MINI, F. *Mediterraneo in guerra. Atlante d'un mare strategico*. Torino: Einaudi, 2012.

NOLTE, E. *La Guerra Civil Europea, 1917-1945: nacionalsocialismo y bolchevismo*. Cidade de México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

OUTRAM, A. K. et al. The earliest horse harnessing and milking. *Science* V. 323. n. 5919. 2009.

PIRJEVEC, J. *Il giorno di San Vito. Jugoslavia 1918-1992. Storia di una tragedia*. Roma: Rai Eri, 1993.

POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. New York: Farrar & Rinehart Inc, 1944.

RAPP, R. T. The Unmaking of the Mediterranean Trade Hegemony: International Trade Rivalry and the Commercial Revolution, *The Journal of Economic History*, 1975.

REDDÉ, M. *Mare nostrum*. Parigi: Befar, 1986.

RYAN, W. and PITMAN, W. *Noah's Flood: The new scientific discoveries about the event that changed history*. Simon and Schuster, 2000.

SIERRA, C. E. Tecnología bélica medieval. Giro en la historia de la tecnología. *Revista Universidad de Antioquia*, 315, 2014.

SPYKMAN, N. J. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*, New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

SPYKMAN, N. J. *The Geography of the Peace*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.

STAVRIANOS, L. S. *The Balkans since 1453* (1958) Em: CASTELLAN, G. *Histoire des Balkans XIVe - XXe siècles*. Paris: Fayard, 1991.

STRAZZARI, F. *Notte Balcanica*. Bologna: Il Mulino, 2008.

STURMER, M. *L'impero inquieto. La Germania dal 1866 al 1918*, Bologna: Il Mulino, 1988.

TODOROVA, M. *Imaging the Balkans*. Oxford: University Press, 2009.

VAN ANDEL, T. H. SHACKLETON, J. C. Late Paleolithic and Mesolithic Coastlines of Greece and the Aegean. Em: *Journal of Field Archaeology*. Vol. 9. no. 4. 1982. pp. 445–454.

ŽERJAVIĆ, V. *Gubici stanovništva Jugoslavije u drugom svjetskom ratu*. Jugoslavensko viktimološko društvo, 1989.